



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,  
REVISÃO E REDAÇÃO  
SESSÃO: 092.3.55.0**

**DATA: 26/04/17**

**TURNO: Matutino**

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa**

**Extraordinária - CD**

**LOCAL: Plenário Principal - CD**

**INÍCIO: 09h00min**

**TÉRMINO: hmin**

**DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO**

<b>Hora</b>	<b>Fase</b>	<b>Orador</b>
12:12	BC	PAES LANDIM

**Obs.:**

**Ata da 092ª Sessão, em 26 de abril de 2017**

**Presidência dos Srs.:**

**ÀS 09 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:**

Rodrigo Maia

Fábio Ramalho

André Fufuca

Giacobo

Mariana Carvalho

JHC

Rômulo Gouveia

Dagoberto Nogueira

César Halum

Pedro Uczai

Carlos Manato



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Não havendo quórum regimental para abertura da sessão, nos termos do § 3º do art. 79 do Regimento Interno, aguardaremos até meia hora para que ele se complete.

*O Sr. Pedro Uczai, 3º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rômulo Gouveia, 4º Secretário.*

### **I - ABERTURA DA SESSÃO**

**O SR. PRESIDENTE** (Rômulo Gouveia) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 52 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

### **II - LEITURA DA ATA**

**O SR. PRESIDENTE** (Rômulo Gouveia) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

### **III - EXPEDIENTE**

**(Não há expediente a ser lido)**

**O SR. PRESIDENTE** (Rômulo Gouveia) - Passa-se às

### **IV - BREVES COMUNICAÇÕES**

**O SR. PRESIDENTE** (Rômulo Gouveia) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

*Ato da Presidência*

*Nos termos da alínea "m" do inciso I do art. 17, c/c o inciso II do art. 22, todos do Regimento Interno, esta*



*Presidência decide constituir Comissão Especial destinada a propor medidas para a modernização e reestruturação do Sistema Penitenciário, e*

**RESOLVE**

*I - designar para compô-la, na forma indicada pelas Lideranças, os Deputados constantes da relação anexa;*

*II - convocar os membros ora designados para a reunião de instalação e eleição, a realizar-se no dia 26 de abril, quarta-feira, às 14h30, no Plenário 12 do Anexo II.*

*Brasília, 25 de abril de 2017.*

*Rodrigo Maia*

*Presidente da Câmara dos Deputados*

**COMISSÃO ESPECIAL destinada a propor medidas para a modernização e reestruturação do Sistema Penitenciário**

**PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB**

**Titulares:** Adail Carneiro (PP), Alberto Fraga (DEM), André Amaral (PMDB), Andre Moura (SC), Arnaldo Faria de Sá (PTB), Carlos Henrique Gaguim (PTN), Hildo Rocha (PMDB), Josi Nunes (PMDB), Laudivio Carvalho (SD), Lincoln Portela (PRB), Mauro Pereira (PMDB), Pastor Eurico (PHS), 3 vagas.

**Suplentes:** Alexandre Baldy (PTN), Dr. Jorge Silva (PHS), Roberto Alves (PRB), Sabino Castelo Branco (PTB), 11 vagas.

**PT/PSD/PR/PROS/PCdoB**



---

**Titulares:** Delegado Éder Mauro (PSD), Delegado Edson Moreira (PR), Eros Biondini (PROS), João Rodrigues (PSD), José Airton Cirilo (PT), Margarida Salomão (PT), Moisés Diniz (PCdoB), Paulo Teixeira (PT), Robinson Almeida (PT), 1 vaga.

**Suplentes:** Adelmo Carneiro Leão (PT), Rubens Pereira Júnior (PCdoB), 8 vagas.

**PSDB/PSB/PPS/PV**

**Titulares:** Eliziane Gama (PPS), 6 vagas.

**Suplentes:** 7 vagas.

**PDT**

**Titular:** Subtenente Gonzaga.

**Suplente:** Julião Amin.

**PSOL**

**Titular:** Glauber Braga.

**Suplente:** Jean Wyllys.

**PSL**

**Titular:** 1 vaga.

**Suplente:** 1 vaga.

**O SR. PRESIDENTE** (Rômulo Gouveia) - Para dar como lido, por 1 minuto, concedo a palavra ao Deputado Celso Maldaner.

**O SR. CELSO MALDANER** (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, eu quero encaminhar aqui três pronunciamentos e dá-los como lido.

Gostaria de destacar que Santa Catarina sediará, nesta semana, a AveSui, o maior evento da América Latina do setor de aves e suínos.



Também gostaria de ressaltar, num outro pronunciamento, que foi aprovada, na Comissão de Finanças e Tributação, a preferência, nas licitações públicas, em favor dos produtos de origem vegetal, para os produtos nacionais.

Eu tinha um projeto proibindo a importação da maçã, mas o substitutivo do Deputado Hildo Rocha mudou-o, dando preferência aos produtos nacionais, desde que os preços destes sejam até 25% mais elevados do que os produtos importados.

Por último, quero encaminhar o pronunciamento de que o PMDB catarinense comemorou 51 anos de história. Destaco aqui o nosso ex-Governador Luiz Henrique da Silveira, que implantou a descentralização em Santa Catarina, a marca do seu governo.

Portanto, gostaria que esses pronunciamentos fossem divulgados na *A Voz do Brasil*.

#### PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

**O SR. CELSO MALDANER** (PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de destacar que Santa Catarina sediará nesta semana a AveSui, maior evento da América Latina para o setor de aves e suínos. Palco de inovações, a AveSui reúne de terça a quinta-feira as maiores e as melhores empresas dos setores em uma feira internacional de negócios, além de uma extensa programação técnica que oferece a seus visitantes conhecimento e tecnologia, para auxiliar no desenvolvimento da produção de aves e suínos no Brasil. Estão na programação, por exemplo, o II Congresso de Zootecnia e Precisão e o XVI Seminário Técnico de Aves e Suínos.

Após as turbulências causadas pela Operação Carne Fraca, vale ressaltar que o setor terá mais uma ótima oportunidade para mostrar aos investidores



---

internacionais e aos consumidores internos o trabalho, as inovações e cuidados envolvidos durante toda a cadeia produtiva.

A abertura oficial do evento terá a entrega do Prêmio “Quem é Quem”, promovido pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), com o apoio da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e das Revistas Suinocultura Industrial e Avicultura Industrial, para as cooperativas de aves e suínos de destaque nacional.

Trata-se de um importante encontro para Santa Catarina e para o nosso país.

**O SR. CELSO MALDANER** (PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de destacar que recentemente a Comissão de Finanças e Tributação aprovou projeto que determina que frutas e hortaliças in natura produzidas no País terão preferência nas licitações realizadas por órgãos públicos, desde que o preço seja até 25% superior ao de produto similar importado. A proposta original, de minha autoria proibia a compra de maçã importada para assim beneficiar a maçã de produção nacional. A nova versão cria uma regra de preferência para todos os produtos in natura de origem vegetal. O objetivo da mudança, segundo o deputado Hildo Rocha que apresentou o substitutivo é estender a proposta para outros diversos produtos brasileiros, beneficiando assim os produtores.

O projeto adota a chamada margem de preferência a empresas nacionais, um mecanismo previsto na Lei de Licitações (Lei [8.666/93](#)). Por meio da margem, o poder público pode priorizar produtos nacionais, até um determinado teto de preço.

Trata-se de uma melhoria importante num projeto que traz muitos benefícios para os produtores de hortifrútiis.

Muito obrigado.



---

**O SR. CELSO MALDANER** (PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PMDB catarinense comemorou no domingo (23) 51 anos de história. Destes, 34 eu acompanho e faço parte. Mais do que um partido político, temos uma bandeira de luta pelos catarinenses que querem um país melhor. Hoje temos 100 prefeitos eleitos e 71 vices, mostrando a grandiosidade do nosso partido no estado.

Nossa recente participação na história de Santa Catarina foi destacada por meio da descentralização administrativa promovida por nosso líder Luiz Henrique da Silveira em seus dois mandatos como governador, com a criação das Secretarias de Desenvolvimento Regional, aproximando o governo dos catarinenses.

É oportuno quando falar de partido político, ressaltar a operação Lava Jato e lutar pelo fim do foro privilegiado, assunto que tenho defendido através da PEC 247 que apresentei nesta casa e que pede o fim do foro especial por prerrogativa de função.

Precisamos passar o Brasil a Limpo, cumprindo nosso papel e acabar com a maior rede de corrupção já vista no país.

O partido PMDB está acima de qualquer suspeita, e eu sinto orgulho em contribuir com meu trabalho para a história política do nosso partido e do nosso estado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rômulo Gouveia) - Concedo a palavra, para dar como lido seu pronunciamento, à Deputada Benedita da Silva.

Antes, Deputada, quero parabenizar V.Exa. pelo seu aniversário. Que Deus a abençoe. Saúde, paz e vida longa!



**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada. Eu agradeço imensamente os parabéns que têm me dado. São 75 anos de vida dados pelo Todo Poderoso, Senhor Jesus Cristo.

Eu quero neste momento, Sr. Presidente, pedir a divulgação do meu pronunciamento, que estou dando como lido, porque o dia 28 será um dia em que os movimentos sociais, os movimentos sindicais, os partidos políticos, a sociedade brasileira estará nas ruas defendendo o direito à vida, porque, quando estamos contra essas reformas, estamos defendendo o direito à vida.

Essa manifestação será uma manifestação de indignação, Sr. Presidente, contra essas reformas nefastas que vão tirar os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, que são conquistas árduas, direitos que levamos décadas e séculos para conquistar. Portanto, eles não podem sofrer retrocesso. Por isso, estaremos no dia 28 nas ruas.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado, nobre Deputada Benedita da Silva.

Parabéns! Não é todo dia que se fazem 50 anos de idade.

*Durante o discurso da Sra. Benedita da Silva, o Sr. Rômulo Gouveia, 4º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Rômulo Gouveia por 1 minuto.



**O SR. RÔMULO GOUVEIA** (PSD-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um alerta sobre a perspectiva de liberação da importação do camarão oriundo do Equador, que tem gerado uma certa preocupação ao mercado interno, aos carcinicultores, produtores de camarão. Neste pronunciamento, Sr. Presidente, faço, inclusive, um relato das doenças que podem vir de outros países e também sobre o que isso acarretará para o Brasil. Então, o Nordeste, especialmente Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, tem um papel muito importante na carcinicultura.

Estivemos, recentemente, tratando da questão com o Presidente do Senado, Eunício Oliveira, e também com o Ministro da Agricultura. Estamos empenhados na não vinda da carcinicultura, do camarão, do Equador, o que irá gerar vários problemas ao Brasil.

Solicito que o meu pronunciamento seja dado como lido e divulgado nos meios de comunicação da Câmara e no programa *A Voz do Brasil*. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - O pronunciamento de V.Exa. será divulgado no programa *A Voz do Brasil*, Deputado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

**O SR. RÔMULO GOUVEIA** (PSD-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero no dia de hoje, chamar a atenção de todos para a perspectiva de liberação da importação do camarão oriundo do Equador, o que tem gerado uma certa preocupação em relação ao nosso mercado interno e os riscos que podem decorrer com o seu consumo.



---

A produção no Equador apresenta dez doenças de alto risco epidemiológico, segundo regras da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE). Sete dessas enfermidades ainda não são encontradas no Brasil, o que aumenta e muito os riscos com sua importação.

Os prováveis danos à carcinicultura (criação de camarões) nacional ligaram o alerta e a precaução do setor.

É necessário manter a barreira fitossanitária para impedir a propagação de doenças vindas de outros países ao camarão brasileiro.

A indústria de carcinicultura carrega consigo o risco de proliferação de agentes patógenos que afetam não apenas os crustáceos, mas principalmente a saúde dos humanos que acabariam consumindo.

Não tem sentido importarmos camarões que vão destruir a nossa fauna e atentar contra a nossa saúde.

Em meio a recuperação da carcinicultura, que projeta crescimento para 2017, o setor se depara com a abertura do mercado brasileiro ao camarão importado.

Proibida desde 1999 no Brasil, caso seja autorizada pelo Governo Federal, a importação além de trazer o risco de contaminação por novas doenças trará mais prejuízos para o setor, que enfrenta queda na produção nos últimos anos. A criação do crustáceo em viveiros caiu devido a doença da mancha branca - que atingiu o Ceará no ano passado fazendo a safra cair 60%, no estado vizinho, e os preços do crustáceo disparar no mercado de todo País.



---

No Rio Grande do Norte, os criadores convivem com o vírus - que mata o animal em pouco dias, mas sem prejuízo para os humanos — há pelo menos 4 anos.

A doença do grupo, não representa nenhum risco à saúde humana, mas gera prejuízos, dizimando a produção.

Diante deste cenário, a importação poderia agravar as dificuldades e o risco de contaminação do produto com outras doenças a partir da liberação da importação do produto originário do Equador.

É preciso proteger o nosso camarão dos perigos que a entrada de um plantel doente pode trazer para o mercado interno.

No Equador, o crustáceo tem custo/impostos quase zero, devido às regras do MERCOSUL e entraria no Brasil com vantagem competitiva frente ao custo de produção nacional. Basta compararmos o custo Brasil e custo de produção de outros países para avaliar.

O fato de ser uma atividade recente no Brasil, faz o cultivo de camarão brasileiro ser o que tem menos doenças. A mancha branca chegou aos países asiáticos em 1988, no Equador, em 1999, e no Brasil só em 2004.

Face há tudo o que foi exposto, concluímos que os camarões do Equador apresentam alto número de doenças e alto risco de contaminação, o que configura um perigo eminente para a população brasileira caso seja liberada sua importação.

Muito obrigado.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira.

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA** (PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço que seja divulgado este pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Parabenizo a primeira turma do STF pela decisão de cassar a liminar que tinha soltado o goleiro Bruno.

Gostaria de orientar o delegado que recebeu o goleiro Bruno na Delegacia de Varginha. Uma vez cassada a liminar, cessa-se. Ou seja, não precisa de mandato de prisão para recolher o Bruno à prisão. Tinha de ter recolhido o Bruno à prisão na hora, porque a liminar foi cassada e não tem mais nenhum efeito. Então, ele tinha que ser recolhido naquele dia e não esperar e ligar para o que fórum oriente.

Ali, é claro, se a liminar foi cassada por decisão da Primeira Turma, recolha-se à cadeia. Ele apresentou cadeia nele e fim de papo! Então, eu gostaria de orientar esse delegado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Delegado Edson Moreira.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Lopes, do PCdoB. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães. S.Exa. tem 1 minuto.

**O SR. DAVIDSON MAGALHÃES** (PCdoB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de dar como lido e que fosse divulgado amplamente no programa *A Voz do Brasil* pronunciamento em que relato que a



resistência a essas reformas nefastas do Governo Temer tem se estendido a todo o interior.

No dia 21 de abril, sexta-feira, era feriado, mas a Câmara de Ibirataia estava efetivamente com uma participação maciça de pessoas. Quero parabenizar o companheiro Carlito, Presidente do PCdoB de Ibirataia, e os Vereadores Marcos Vinicius e Gamaliel por terem realizado esse evento, do qual participei.

Nesta oportunidade, a cidade de Ibirataia discutiu a participação na grande manifestação, que é a greve geral que nós teremos no dia 28, na próxima sexta-feira. Portanto, todo o interior da Bahia está se movimentando contra a reforma da Previdência.

Um abraço a todos de Ibirataia. Vamos à luta contra a reforma da Previdência!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Davidson Magalhães.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

**O SR. DAVIDSON MAGALHÃES** (PCdoB-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, hoje eu subo a essa Tribuna para proferir pronunciamento, para falar do debate sobre a reforma de Previdência que realizamos ontem, dia 21 de abril, na Câmara Municipal de Ibirataia.

Foi evento muito representativo, contamos com a presença massiva da comunidade local, representações dos estudantes, professores, Secretários Municipais da região.



Tivemos, ainda, a presença do Presidente do PCdoB de Ibirataia, Carlito e dos vereadores da cidade Marcos Vinicius e Gamaliel.

Nesse sentido, todas as manifestações e questionamentos dos cidadãos e cidadãs presentes ao debate é pela não aprovação do dessa PEC que vai acabar com a aposentadoria de toda a população.

Por isso, votarei contra a Reforma da Previdência para reafirma cada vez mais o meu compromisso com o povo baiano e com a população brasileira.

Espero que os Srs e as Sras Deputados e Deputadas Federais possam rejeitar essa malfadada PEC 287/2016, que prejudicará todos os brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Líder Ivan Valente, pelo PSOL, por 1 minuto.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria dar como lido nosso pronunciamento "*Contra a tentativa de extermínio da CLT, todos às ruas no dia 28 de abril!*"

O nosso Relator disse que a reforma trabalhista é para modernizar o trabalho. É mentira! A reforma trabalhista é para escravizar os trabalhadores brasileiros. Todos os direitos que estão nessa reforma podem ser revogados através de uma única questão, a do negociado se sobrepor ao legislado. Não há mais direito nenhum! Nós voltamos à escravidão, ao trabalho individual, à pejetização, ao trabalho intermitente! É a escravização dos trabalhadores disfarçada e com o apoio da patronal. Só os patrões apoiam isso. Não tem trabalhador que apoie essa reforma.

Por isso, a grande manifestação do dia 28 é a resposta dos trabalhadores: parar o Brasil!



---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) -“Contra a tentativa de extermínio da CLT, todos às ruas no dia 28 de abril!”

Com uma manobra absurda no plenário da Câmara dos Deputados, através da qual o governo aprovou o regime de urgência para aprovar a reforma trabalhista, depois de ter sido derrotado na terça-feira da semana passada, o governo pretende votar a matéria nessa quarta-feira em plenário. A aprovação forçada da celeridade lembra os lamentáveis e autoritários métodos de Eduardo Cunha, que previam novas votações até que o objetivo posto fosse alcançado. A urgência desse governo, entretanto, em atacar os direitos dos trabalhadores, salta à vista.

Enviada pelo Executivo, a proposta de reforma trabalhista, PL 6787/2016, tornou-se mais agressiva e abrangente depois das emendas sofridas na Câmara. Seu relator, Rogério Marinho (PSDB/RN), citado na investigação da Lava Jato, apresentou o texto na semana passada. Não há mais a necessidade de aprovação do relatório na comissão especial, embora tudo indique que o mesmo será analisado amanhã e levado ao plenário na quarta-feira.

Não há garantia de que o governo conseguirá seu intento contra os trabalhadores. A base governista, inconsistente e fisiológica, sofre com a pressão da investigação da Lava Jato e teme as consequências eleitorais da retirada de direitos. Por todo o país, há movimentações e luta ocorrendo. Semana passada, policiais civis entraram em conflito com a polícia legislativa em um momento de protesto contra a reforma da previdência – a qual será analisada em comissão própria



---

durante a semana. Certamente, o evento serve de alerta, assim como as manifestações de massa ocorridas em 15 de março em todo o território nacional.

O que está em jogo é um verdadeiro ataque de morte à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943. Em nome da “modernização” do mercado de trabalho, leia-se liberdade para a exploração do trabalhador, o principal ponto da reforma implica em substituir o legislado pelo negociado. Ou seja, fazer com que as negociações entre patrões e empregados prevaleçam em relação à lei. Isso é gravíssimo, pois coloca os trabalhadores numa posição de profunda vulnerabilidade. Pontos como salários, planos de carreira e férias serão decididos em acordos coletivos, os quais terão dois anos de validade. Se o acordo for ruim, toda a categoria perde. Sabemos que a pressão dos patrões em cima dos empregados é muito alta. Ainda mais em um cenário de crise e desemprego nas alturas, o medo da demissão dará enorme poder para precarizar as relações de trabalho.

Outra questão na reforma é o trabalho intermitente. Por ele, trabalhadores poderão ter contratos temporários, receber por hora trabalhada, atuar de maneira descontínua, dentre outros aspectos. A estabilidade proposta na CLT, aquela que garante ao trabalhador e à trabalhadora condições de planejarem suas vidas, por essa medida cai por terra.

A terceirização, já aprovada a toque de caixa pela Câmara através de outra manobra indecente pela qual aproveitou-se de uma votação no Senado ocorrida no fim dos anos 90, foi aperfeiçoada de maneira a não deixar dúvidas quanto a flexibilização das atividades-fim. Qualquer função poderá ser terceirizada. Pessoas poderão ser alugadas por uma empresa a outra. Não por outro motivo a



---

terceirização tem sido denunciada como uma verdadeira servidão moderna. O governo quer que o ataque seja claro e sem margem para interpretações.

O fim do imposto sindical compulsório, regulação do teletrabalho, multas para empresas que descumprirem as leis entraram no corpo do texto, embora o que mais importa para o governo sejam os pontos que permitem a exploração do trabalhador e o alívio para o empresário. O PL 6787/2016 permite inclusive que mulheres grávidas trabalhem em condições insalubres e que funcionários sejam demitidos e recontratados como terceirizados, para cumprir as mesmas funções. A “pejotização”, uma forma de contratar a pessoa como se ela própria fosse uma empresa, serve somente para não garantir direitos consolidados. Algo muito grave que já assola diversas categorias.

Pensando nisso o relator Rogério Marinho anunciou, semana passada, na Câmara Americana de Comércio Brasil-Estados Unidos (Amcham), entidade patronal, todo seu empenho em “modernizar” as relações de trabalho.

A reação das centrais, sindicatos, movimentos sociais, estudantes e de todos que não aceitam a retirada de direitos tem se mostrado muito maior do que o esperado pelo governo ilegítimo de Michel Temer. O medo da luta assombra os golpistas. Diversas categorias prometem a maior paralisação no país dos últimos trinta anos, nessa próxima sexta-feira, 28 de abril, dia que ficará marcado na história das lutas sociais. O país irá parar para dizer em alto e bom som que o seu povo não tolerará retirada nenhuma de direitos conquistados, sobretudo a previdência e os direitos trabalhistas. As frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular têm realizado assembleias nos centros e periferias das cidades e no campo. Sindicatos mobilizaram trabalhadores. O dia 28 de abril será um aviso aos governos e patrões.



---

Ou retiram os ataques ou será apenas o início de uma luta digna e democrática contra o governo corrupto de Temer e em defesa de quem trabalha e constrói esse país todos os dias.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Wadih Damous, por 1 minuto.

**O SR. WADIH DAMOUS** (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, hoje esta Casa — espero que isto não aconteça, e vamos nos mobilizar para que não aconteça — pode se transformar em coveira da CLT, em coveira dos trabalhadores brasileiros. O que será votado aqui, caso se transforme em lei, significará levar a classe trabalhadora brasileira à barbárie, ao século XIX.

O substitutivo do Deputado Rogério Marinho conseguiu ser muito pior do que o projeto original. É um projeto de revogação de direitos, de destruição dos princípios basilares do Direito do Trabalho.

A CLT significou, na história do Brasil, um pacto civilizatório entre capital e trabalho, que esta Casa está se propondo destruir, caso aprove esse projeto de lei.

Então, no dia 28 de abril, greve geral! Nós vamos dar a resposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Robinson Almeida. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Angelim.

**O SR. ANGELIM** (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria dar como lido o editorial do jornal *A Gazeta do Acre* deste dia sob o título *Armando Palanque*.



A BR-364, que corta praticamente todos os Municípios do meu Estado, quando esteve sob responsabilidade do Governo estadual, teve trafegabilidade durante mais de 4 anos, em 365 dias por ano. Depois que passou a estar sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT, ficou simplesmente intrafegável, o que dificulta o transporte intermunicipal, a ida de produtos para as regiões mais distantes.

A Oposição quer discutir de quem é a culpa e abrir uma CPI, quando deveria somar esforços para levar recursos para a manutenção dessa estrada, que, além de fazer a integração, é o caminho por onde passam todos os nossos produtos.

Então, faço aqui um apelo para que toda a bancada federal se una no sentido de fazer melhorias e manutenção nessa estrada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Angelim.

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Janete Capiberibe, do PSB do Amapá. S.Exa. tem 1 minuto.

**A SRA. JANETE CAPIBERIBE** (PSB-AP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, essa modernização da legislação trabalhista é uma ofensa à trabalhadora e ao trabalhador brasileiro. Esse é o maior retrocesso já visto na legislação trabalhista em nosso País. Nem na ditadura militar aconteceu isso.

Registro, lamento e repudio o assassinato de nove trabalhadores rurais por jagunços encapuçados, a mando de fazendeiros, na Gleba Taquaruçu, no Município de Colniza, no interior do Mato Grosso.



E finalizando, Sr. Presidente: demarcação já das terras indígenas! Esse Governo tem que se sensibilizar para a reforma agrária, para a demarcação das terras indígenas e quilombolas.

Os índios estão aqui na Esplanada dos Ministérios e ontem foram recebidos com violência, *spray* de pimenta e bala. Entre eles estão mulheres idosas, crianças, homens e mulheres.

Então, não à reforma trabalhista! Demarcação das terras indígenas já!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputada. Nós vamos divulgar o discurso de V.Exa. no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Leo de Brito, do PT do Acre.

**O SR. LEO DE BRITO** (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero chamar a atenção da opinião pública para essas matérias que estão sendo feitas pelo *Bom Dia Brasil* a respeito da Estrada do Pacífico, que é uma grande vitória do povo peruano, do povo brasileiro, do povo do meu Estado do Acre.

Na verdade, a Rede Globo tenta diminuir a importância de uma obra como essa. Esta obra tem propiciado, Deputada Erika, a integração cultural entre os povos do Brasil e do Peru. São centenas de milhares de pessoas que passam por esta estrada, que vão até o Peru ou que vêm do Peru para o Brasil.

A integração econômica, agora, da industrialização do Estado do Acre com as indústrias relacionadas ao extrativismo e ao agronegócio tem propiciado, inclusive, o crescimento do PIB do Estado do Acre, e — claro! — temos que considerar a importância que tem uma região com mais de 100 milhões de consumidores.



Então, há uma importância estratégica, ela não pode ser diminuída. É claro que existem interesses em relação à Ferrovia Bioceânica, para que ela não passe pelo Acre, nós estamos lutando para que ela passe pelo Acre.

Peço o registro no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Será atendido, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Passo a palavra para o Deputado Leonardo Monteiro, do PT de Minas Gerais, por um minuto.

**O SR. LEONARDO MONTEIRO** (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero manifestar aqui a nossa posição contrária à reforma da Previdência e à reforma trabalhista, que nós sabemos que virá ao plenário hoje.

É possível e é necessário que nós todos nos mobilizemos, Deputados e Deputadas, para que possamos resistir e garantir que no dia 28 a população brasileira possa ir às ruas manifestar a sua posição. Mais de 90% da população brasileira é contrária à reforma trabalhista. Nós não podemos votar este absurdo aqui, porque este absurdo, que este Governo sem voto nos apresenta, sem dúvida nenhuma, prejudica e desorganiza toda a relação do capital e do trabalho no nosso País. Portanto, a nossa posição é contrária.

Quero, aqui também, Sr. Presidente, aproveitar para dar como lido o pronunciamento que preparei em que falo do II Festival do Leite, no nosso Município de Teófilo Otoni, Minas Gerais, na comunidade de Brejão.

Quero parabenizar o nosso Prefeito Daniel Sucupira e também o nosso Vereador Gilson Dentista, articulador, organizador desse grande evento que coloca a nossa cidade de Teófilo Otoni entre as 200 cidades com maior produção de leite



---

no Brasil, localizada lá no Vale do Mucuri, em Minas Gerais. Por isso, parabéns ao nosso Prefeito Daniel Sucupira, parabéns ao nosso Vereador Gilson Dentista!

Sr. Presidente, queríamos dar como lido o pronunciamento que preparamos em que ressaltamos e destacamos todos aqueles e aquelas que contribuíram para a realização desse grande evento, que mostra a força do trabalho no Vale do Mucuri, em Minas Gerais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

**O SR. LEONARDO MONTEIRO** (PT-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores da Casa e dos Gabinetes Parlamentares, profissionais da imprensa, ouvintes da Rádio Câmara, telespectadores da TV Câmara, faço uso dessa tribuna para registrar a realização com sucesso a segunda edição do Festival do Leite no Povoado de Brejão localizado no município de Teófilo Otoni, Minas Gerais.

Importante ressaltar que Teófilo Otoni figura no ranking do IBGE entre as 200 cidades brasileiras com maior produção de leite com uma produção média de 37.707 litros.

Essa importante marca é graças ao Povoado de Brejão que produz grande parte do leite do município e ainda abriga fazendas centenárias do período colonial. O povoado de Brejão pertence ao distrito de Bias Fortes fica a 55 quilômetros de Teófilo Otoni e tem uma população estimada de 250 habitantes.

Também é preciso ressaltar o trabalho do vereador Dr. Gilson Ferreira Gonçalves, o Gilson Dentista (PP), idealizador e organizador do evento ao lado da educadora Natally Amaral, com o apoio do secretário Municipal de Agropecuária e



---

Abastecimento, Sérgio Marcos Franca e do prefeito Daniel Sucupira, do meu partido o Partido dos Trabalhadores.

O festival contou com a boa música de Edimilson Batista, e muitos pratos e aperitivos preparados à base de leite. A Comunidade de Brejão também pode assistir a equipe de Governo do prefeito Daniel Sucupira fazendo a prestação de contas dos 100 Dias de Governo.

O prefeito Daniel Sucupira relatou sobre as ações dos primeiros meses de governo e entregou um ônibus escolar, que vai atender os estudantes da Comunidade da Saudade.

Estivemos presentes naquele importante evento ao lado do prefeito, todos os secretários municipais e os vereadores Fábio Lemes, Gilson Dentista, Felipe Costa e João Paulo.

Muito Obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues, do PSOL do Pará, e depois às Deputadas Luiza Erundina e Erika Kokay.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) - Presidente, o projeto de reforma trabalhista, originalmente, tinha nove páginas e alterava sete artigos da CLT — Consolidação das Leis do Trabalho. Ele foi apresentado pelo Relator com 132 páginas e altera cerca de 200 dispositivos da CLT.

Eu quero dizer de forma muito clara: a bancada governista é criminosa! Está cometendo um crime contra a humanidade, tentando destruir a dignidade do povo brasileiro.



---

Esta não é a única iniciativa: há também a privatização de terras públicas, com a MP 759; a destruição das florestas nacionais, dos parques, como aconteceu com a MP 748. Enfim, são, em todos os campos da vida, a destruição.

Não aceitaremos! Resistiremos!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado, nobre Deputado Edmilson Rodrigues.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra à nobre Deputada Luiza Erundina, do PSOL de São Paulo, por 1 minuto.

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSOL-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, sexta-feira, dia 28, o povo brasileiro, os trabalhadores e os servidores públicos estarão nas ruas deste imenso País para dar uma resposta muito clara a este Governo golpista que atenta contra os direitos e as conquistas da sociedade brasileira.

É preciso desmontar a farsa desse discurso mentiroso que diz que essas reformas vêm no sentido de modernizar e de aperfeiçoar os mecanismos legais que o povo brasileiro conquistou a duras penas.

No dia 28, temos um encontro marcado com as ruas, para dar um basta a este Governo que promove um desmonte nas conquistas e na construção democrática do povo brasileiro.

Estaremos juntos dando a nossa resposta e dando um basta muito claro a este Governo golpista.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Manato) - Obrigado, Deputada.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Sócrates dizia que a arma, no sentido literal da palavra, a força bruta é a expressão dos fracos. O que nós vimos aqui no dia de ontem, tratar indígena com gás de pimenta, com bala de borracha, significa armas dos fracos, dos que não conseguem dialogar com a nossa brasilidade.

O que nós estamos vivenciando hoje neste Parlamento, cercado por policiais que protegem a elite e a casa grande do povo brasileiro, é a expressão de que como se busca acabar com os direitos de trabalhadores e trabalhadoras.

No dia de hoje, a casa grande se assanha, a casa grande ousa, a casa grande bate palmas para poder construir as senzalas, metaforicamente falando.

Não há modernidade em pedir acesso à Justiça do trabalho; não há modernidade em retirar direitos e direito ao próprio tempo.

Por isso “não” à reforma trabalhista.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado, Deputada.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Marcus Pestana. Em seguida, usarão a palavra os Deputados Valmir Prascidelli e Luiz Couto.

**O SR. MARCUS PESTANA** (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os tempos estão nebulosos. Perplexidade, indignação, pessimismo, angústia e incerteza se misturam, contaminando o ambiente do País. O desemprego bate à porta de milhões de famílias, fruto de uma política equivocada. As revelações da Lava-Jato corroem as bases de legitimidade



do sistema político como um todo. Seria o fim de um ciclo? Não existe luz visível no final do túnel.

A lista do Ministro Fachin frequenta diariamente a imprensa. As redes sociais explodem em radicalismo e intolerância.

Nas ruas é fácil encontrar frases do tipo “*não acredito mais em ninguém*”, “*são todos corruptos*”.

Nunca foi tão necessário o sistema político produzir decisões relevantes para mudar a vida do cidadão brasileiro.

Em 2018 nos reencontraremos nas urnas com nosso destino e futuro. Que a atual crise gere esperança e mudança e não pessimismo e desagregação.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

**O SR. MARCUS PESTANA** (PSDB-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tempos nebulosos. Perplexidade, indignação, pessimismo, angústia e incerteza se misturam, contaminando o ambiente do país. O desemprego bate na porta de milhões de famílias. As revelações da Lava Jato corroem as bases de legitimidade do sistema político como um todo. O esgotamento do modelo de representação política parece evidente. Seria o fim de um ciclo? Não existe luz visível no final do túnel.

A lista do Fachin frequenta diariamente a imprensa. As redes sociais explodem em radicalismo e intolerância. Jornais de TV veiculam as delações premiadas como se fossem novela. Mas o roteiro não se assemelha a um romance, mais parece uma combinação de thriller policial com filme de terror. A voracidade condenatória é impressionante. Justos e pecadores, corruptos e pessoas de bem se



---

embaralham no mesmo cesto diante de uma opinião pública revoltada, mas também cansada. O direito de defesa fica quase impossível. As justificativas dos denunciados são veiculadas de forma pasteurizada e mecânica, minando qualquer possibilidade de eficácia. A voz dos delatores, réus confessos em busca de penas menores, é apresentada como o parâmetro da verdade. O processo judicial poderá levar seis, sete anos. Mas para quem tem vida pública há um julgamento instantâneo produzido, justa ou injustamente, por essa máquina de sepultar biografias. A presunção da inocência naufraga no clima de quase Inquisição. Todos os principais partidos frequentam a linha de tiro. Ao senso comum parece que ninguém escapa, que são todos iguais. E não são.

Nas ruas é fácil encontrar frases do tipo “não acredito mais em ninguém”, “são todos corruptos”. Uma extrema direita autoritária se assanha pedindo intervenção militar ou o fechamento do Congresso Nacional. Os espaços de diálogo se encurtam. A produção de consensos fica cada vez mais difícil. A conversa entre diferentes é vista com desconfiança, como suposto acordão ou pacto de impunidade.

Diante de tudo isto, é preciso reagir, mudar, fazer do limão a limonada. É hora de dizer aos quatro cantos em alto e bom som: viva a democracia! Vamos reinventar o Brasil, vamos refundar a República, vamos consolidar o aprendizado a partir dessa monumental crise. As respostas têm que nascer da alma e do coração da sociedade brasileira.

Nunca foi tão necessário o sistema político produzir decisões relevantes. A economia começa a mostrar a reversão da crise e indicadores positivos. Juros caindo, emprego e crescimento sendo lentamente retomados, inflação em queda. As



---

reformas trabalhista, previdenciária, tributária e política estão na mesa de discussões. Mesmo com toda a instabilidade política, podemos abrir 2018 com um horizonte muito mais animador.

Em 2018 nos reencontraremos nas urnas com nosso destino e futuro. Que a atual crise gere esperança e mudança, e não pessimismo e desagregação. Mas enquanto as eleições não chegam, cabe arregaçar as mangas e fazer o dever de casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Valmir Prascidelli. Depois, usará a palavra o Deputado Luiz Couto.

**O SR. VALMIR PRASCIDELLI** (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os jornais hoje trazem a notícia de que o Governo exonerou três Ministros para virem hoje votar aqui a reforma trabalhista.

O que o Governo não está percebendo é que a população sabe bem o que está acontecendo aqui: eles querem destruir o direito dos trabalhadores, querem destruir a nossa Previdência Social.

Não adianta liberar os Ministros, vir aqui tentar forçar a base aliada, porque os Deputados também começaram a perceber.

A nossa expectativa é derrotar essa tragédia para o povo brasileiro aqui no plenário. E a expectativa é que toda a população brasileira paralise as suas atividades amanhã, dia 28.

Greve geral para derrotar este Governo ilegítimo.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.



---

**O SR. LUIZ COUTO** (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, dia 25 de abril, foi mais um dia de horror neste Congresso Nacional. Primeiro foi aprovado o PL que trata da “deforma” trabalhista, do retrocesso e de mais uma retirada de direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, deste País.

Depois os ataques desnecessários aos nossos indígenas que faziam uma manifestação pacífica em defesa de seus direitos que também estão ameaçados pelos golpistas e usurpadores da República.

Convoco os brasileiros para paralisarem no dia 28. O dia 28 vai ser o dia da maior paralisação nacional e do maior Fora Temer e Fora Golpistas já vistos no Brasil. Vamos lutar pelos nossos direitos na rua. A democracia só foi ferida, mas nunca morreu, pois, o povo é o executor da participação popular.

Vamos às ruas! A solução está nas mãos de todos vocês brasileiros e brasileiras.

Peço a publicidade nos meios de comunicação da Casa, inclusive no programa *A Voz do Brasil*.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

**O SR. LUIZ COUTO** (PT-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, dia 25 de abril, foi mais um dia de horror neste Congresso Nacional, para ser bem específico tivemos a aprovação do PL que trata da deforma trabalhista, ou seja, do retrocesso e de mais uma retirada de direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, deste país.



---

Também, em frente ao Congresso Nacional tivemos ataques desnecessários aos nossos indígenas que faziam uma manifestação pacífica em defesa de seus direitos também ameaçados pelos golpistas e usurpadores da Republica.

Após o golpe de 2016, o objetivo central não é edificar a esperança de um mundo fraterno, igualitário e livre. Ao contrário, o que se vota e como se vota nestas Casas é o ódio transfigurado na proposta de humilhar, assassinar, amedrontar e fazer da vida um mero instrumento de barganha política. É a absurda ideologia do caos pelo caos, o terror pelo terror.

Impossível permanecer insensível aos acontecidos, ainda mais agora em que se completa o plano de destruir direitos e aprisionar o povo brasileiro em correntes de medos e incertezas. O que aconteceu com os índios ontem, ou mesmo com mais uma votação golpista, em comissões especiais, não é fato típico e sim atípico aos costumes e vontades do povo.

Contudo não se pode ficar alheio ao terror que orgulhoso, no palácio do planalto, se exhibe para o mundo, encoberto com o manto covarde de um arrogante desmonte coletivo. Não se pode calar diante de toda atrocidade acometida em pouco tempo. Dia 28 de abril é o dia da maior paralisação nacional e do maior “Fora Temer” e “Fora Golpistas” já visto no Brasil. Vamos lutar pelos nossos direitos na rua. A democracia só foi ferida, mas nunca morreu, pois, o povo é o executor da participação popular.

Vamos as ruas! A solução está nas mãos de todos vocês brasileiros e brasileiras.

Era o que tinha a dizer.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Assis Carvalho, por 1 minuto.

**O SR. ASSIS CARVALHO** (PT-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só parabenizar os bispos e os pastores do meu País que ainda acreditam nesta Nação, que se manifestam publicamente contras as reformas criminosas, aquelas que revogam a Lei Áurea, como foi a terceirização, ou a reforma agora; como a liquidação da CLT, em que os trabalhadores perdem todos os seus direitos; ou o desmonte do Brasil, como tirar o direito de um homem ou de uma mulher de se aposentar nesta Nação.

Eu fico feliz porque todos os católicos e aqueles que acreditam em Jesus Cristo estão sendo chamados pela CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e os evangélicos pelos pastores que não se renderam a ponto de crucificar o povo brasileiro como foi, lamentavelmente, Jesus Cristo, como bem apresentado na Semana Santa.

Espero que o povo do meu País, depois de amanhã, dia 28, se levante, pare, para que nós possamos dizer, em alto e bom som, que este Governo corrupto não pode vender o povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Celso Maldaner, do PMDB de Santa Catarina.

Enquanto V.Exa. vai à tribuna, eu gostaria de aproveitar para registrar e tranquilizar os pescadores do Estado do Espírito Santo de que a bancada daquele Estado agora às 11 horas e 30 minutos tem uma audiência com o Ministro Sarney Filho.



O nosso pleito é para tirar 15 espécies de peixes do Espírito Santo que são comercializados do rol dos peixes que estão proibidos. Então, às 11 horas e 30 minutos nós estaremos lá. Gostaria só de tranquilizar os pescadores.

V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

**O SR. CELSO MALDANER** (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, eu gostaria aqui de expressar algumas afirmações de Almir Pazzianotto, ex-Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, ex-Ministro do Trabalho.

Eis as palavras dele:

*Onde há insegurança jurídica o capital não se instala. Deste modo, afirmo que nenhum direito será tirado dos trabalhadores com a reforma trabalhista, nem na terceirização, nem na modernização da lei, pois sem emprego não existe direito.*

*O que gera emprego é o mercado. Quando há mais dinheiro, há mais salário. Quando há menos dinheiro, há menos salários. Há 30 anos, defendo a terceirização, pois ela é muito benéfica.*

Estou passando as palavras do ex-Ministro Almir Pazzianotto:

*Os sindicatos devem aprender a conviver sem as contribuições obrigatórias. Precisamos de um diferencial para as micros e pequenas empresas e combater o passivo oculto (encargo financeiro não previsto e*



---

*indesejado), um item que, às vezes, é alimentado pela Justiça do Trabalho.*

*Só para exemplificar — segundo Almir Pazzianotto —, de 2005 a 2015, o passivo oculto foi de 143,6 bilhões de reais. Os empreendedores não contavam com essas despesas.*

*O recibo de quitação tem que valer, pois infelizmente hoje ele não vale.*

O recibo de quitação, mesmo sendo feito com o sindicato patronal, com o sindicato dos trabalhadores, não tem valor.

Particularmente, eu acredito que a nenhum empregador interessa demitir pessoas. O desemprego reduz a demanda, prejudicando os negócios. Portanto, temos o dever de criar oportunidades para o nosso povo.

Eu queria só mostrar as palavras do nosso ex-Ministro e destacar a grande responsabilidade que nós temos hoje de votar a modernização da legislação trabalhista em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Celso Maldaner.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

**O SR. CELSO MALDANER** (PMDB-SC. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Resposta para Câmara de Vereadores sobre a Modernização da Legislação Trabalhista.



---

Conforme afirmações de Almir Pazzianotto, ex-ministro do Tribunal Superior do Trabalho e ex-ministro do Trabalho: “onde há insegurança jurídica, o capital não se instala”. Deste modo afirmo que nenhum direito será tirado dos trabalhadores com a Reforma Trabalhista, nem na terceirização e nem na modernização da lei, pois sem emprego não existe direito.

O que gera emprego é o mercado. Quando há mais dinheiro há mais salário, quando há menos dinheiro, há menos salários. Há 30 anos defendo a terceirização, pois ela é muito benéfica.

Os sindicatos devem aprender a conviver sem as contribuições obrigatórias. Precisamos de um diferencial para as micro e pequenas empresas e combater o passivo oculto (encargo financeiro não previsto e indesejado), um item que as vezes é alimentado pela Justiça do Trabalho. Só para exemplificar, de 2005 a 2015 o passivo oculto foi de R\$ 143,6 bilhões. Valores que os empreendedores não contavam com essas despesas.

O recibo de quitação tem que valer pois hoje infelizmente não vale”. Particularmente acredito que nenhum empregador interessa demitir pessoas. O desemprego reduz a demanda, prejudicando os negócios. Portanto, temos o dever de criar oportunidades para o nosso povo.

Quero colocar alguns pontos que justificam meu apoio a modernização da legislação trabalhista:

1- Todos os direitos trabalhistas serão respeitados e consolidados. Não estamos mexendo na Constituição Federal. Mentem aqueles que são contra e dizem que vamos tirar 13º salário, férias proporcionais e tantos outros direitos;



---

2- A modernização trabalhista traz uma carência de 18 meses, onde não se pode trocar trabalhadores formalizados por terceirizados;

3- Dentro da mesma empresa, onde existem uniformes, saúde ambulatorial, alimentação, higiene, transporte, no mesmo ambiente será igual para formalizados e terceirizados;

4- A questão "horas *in itinere*" onde os empresários que fornecem transporte para facilitar a locomoção e a comodidade, além do ganho de tempo, correm o risco de serem punidos e pagarem horas extras para seus empregados. Hoje os empresários são penalizados nas ações trabalhistas, por isso preferem não oferecer esse benefício para o trabalhador;

5- Trabalho intermitente dará oportunidade para milhares de trabalhadores como garçons e dos profissionais de tecnologia e informática, a exemplo da empresa MC Donalds que hoje possui 20 mil trabalhadores e em seis meses dobrará o número de contratações;

6- A contribuição sindical, tanto patronal como dos trabalhadores, será optativa e não obrigatória, sendo hoje 15% são sindicalizados e 100% são obrigados a contribuir;

7- O Negociado terá valor sobre o Legislativo como diz na Constituição Federal, as Convenções Coletivas, os acordos terão força de Lei;

8- As ações de Dano Moral terão valor mínimo 5 vezes o salário contratual, médio 20 vezes e o máximo 50 vezes o salário;

9- Mais autonomia nos acordos entre Sindicatos patronais e Sindicatos dos Trabalhadores e com prazo de 15 dias para o Juiz do Trabalho homologar o acordo



---

que terá força de Lei entre patrões e empregados e o recibo de quitação terá validade;

10- Terá corresponsabilidade de ambas as partes, inclusive nas ações trabalhistas por parte de advogados trabalhistas e reclamantes nos custos processuais, principalmente as de má fé e fraudes;

11- Súmulas do TST – Tribunal Superior do Trabalho – interpretações extensivas a ponto de criar direitos não previstos em Lei, a jurisprudência não pode “cobrar direitos”, invadindo a esfera do Poder Legislativo. Exemplo: Súmula 277 TST: “o preposto deve ser empregado”, isso gera revelia e grandes condenações, sem que o fato do preposto ser empregado esteja previsto em Lei;

12- Possibilidade de fracionamento das férias em três períodos, sempre dependendo da concordância do trabalhador. Um dos períodos não pode ser inferior a 14 dias e as férias não poderão iniciar em dia que coincida com feriado ou final de semana;

13- Trabalho da mulher, todos os direitos constitucionais estão sendo mantidos, inclusive modernizando alguns pontos na CLT, revogando o artigo onde afirma que a mulher trabalhar numa oficina do marido não tem direitos trabalhistas, dentre outros absurdos;

14- Período de trabalho em tempo parcial é o trabalho em meio expediente, limite de 30 horas semanais, pensado para as mulheres que tiverem filho recentemente, jovens que estão na escola e os idosos terão todos os direitos trabalhistas;



15- Tele trabalho, Home Office, trabalho remoto, nova modalidade que será regulamentada inspirada em Lei recente dos órgãos públicos federais, especialmente feita pelo Ministério Público Federal;

São alguns pontos, entre outros, que poderia citar. Temos que lembrar que 60% das novas empresas fecham antes de completarem 5 anos de vida.

No país hoje temos mais de 17 mil sindicatos, sendo que a média no mundo é em torno de 100 Sindicatos. Os gastos são da ordem de R\$ 3,63 bilhões de reais/ano.

O Brasil representa 2% dos trabalhadores e 98% das ações trabalhistas no mundo. Como diz o Presidente do TST, Dr. Ives Gandra Martins..."O maior inimigo do Brasil é o excesso do Estado".

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Benedita da Silva. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Rômulo Gouveia. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira. S.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesses últimos 10 anos, eu não sei como, eu não sei se alguma facção orientou os assaltantes de bancos, mas esses ladrões começaram a usar técnicas de guerrilha. Eu não sei se eles foram a Cuba ou a outro lugar para treinar ou se alguém deu aula para eles dessas técnicas de guerrilha que eles passaram a usar.

Agora eles começaram a roubar explosivos das mineradoras e das pedreiras; explodindo caixas-fortes, fechando as estradas com caminhões incendiados, usando



---

armamento pesadíssimo, sofisticado: fuzil 556, fuzil 762, AK-44, calibre ponto 50, calibre ponto 30. Roubam caminhonetes, fazem bipé para tracionar o armamento, usam granadas. Quer dizer, são coisas todas de guerrilha.

Com isso, a criminalidade se sofisticou, ficou internacional, passou das fronteiras. Os criminosos foram para a Bolívia, roubaram carro-forte e causaram uma explosão em La Paz. Vários brasileiros do PCC foram presos lá. Agora houve essa do Paraguai. E outras mais, como a de Ribeirão Preto e aquela de Santos, em que eles usaram um caminhão e quebraram o muro com vários explosivos nessas ações, matando policiais, tanto brasileiros como paraguaios e bolivianos.

Quer dizer, o crime se aperfeiçoou, principalmente o tráfico de drogas. Mataram aquele brasileiro na divisa do Paraguai com o Mato Grosso do Sul. Agora, puseram os tentáculos dentro da Bolívia, na Floresta Amazônica. Pela Colômbia, via Paraguai, são vários os caminhos pela fronteira para trazer droga pesadíssima. O que está acontecendo? O crime está dominando o País.

Esta noite, em Santa Catarina, atiraram em vários quartéis da Polícia Militar e em delegacias. Passaram a noite espalhando o terror na ilha de Florianópolis. Vejam bem: estão desafiando o sistema.

A criminalidade está dominando o País. Daqui a pouco, vão entrar aqui, dar um golpe de Estado, Sr. Presidente, e tomar o Brasil. Com essas ações, o crime está ganhando uma dimensão muito grande no nosso País, e a polícia não está dando conta de todo esse aparato, de todos esse armamento pesado que o crime organizado tem, que inclui fuzis.



Portanto, o Congresso Nacional, Câmara e Senado, e o Executivo precisam fazer gestões, falando com o Judiciário, para minimizar essas ações do crime organizado no País.

Gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado do programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Chico Lopes. (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Mauro Pereira. (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Davidson Magalhães.

Enquanto V.Exa. se encaminha à tribuna, concedo a palavra ao Deputado André Amaral.

**O SR. ANDRÉ AMARAL** (PMDB-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de pedir a esta Casa para ficar atenta em relação à Lei da Aprendizagem na mudança agora da nova lei trabalhista, para que não permitamos que, em momento algum, os nossos jovens sejam penalizados.

Dados do ano passado demonstram que, de 1 milhão de vagas para jovens de 14 a 24 anos que deveriam estar disponibilizadas no Brasil, somente 400 mil foram disponibilizadas.

Nós vivemos na era da baleia azul, da drogadição e de diversos males da sociedade que avançam sobre a nossa juventude. É importante que esta Casa esteja sintonizada e tenha responsabilidade para que possamos profissionalizar os nossos jovens e dar a essa juventude condição de se desenvolver.



---

Essa é a nossa preocupação, essa é a nossa demanda, para que esta Casa, verdadeiramente, esteja sintonizada com os anseios da juventude e da sociedade brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado André Amaral.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães.

V.Exa. dispõe de até 3 minutos na tribuna.

**O SR. DAVIDSON MAGALHÃES** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria que este nosso pronunciamento fosse amplamente divulgado pelos meios de comunicação desta Casa, inclusive, pelo programa *A Voz do Brasil*.

A Bahia tem o maior litoral contínuo do Brasil, e a pesca artesanal tem um papel importantíssimo, principalmente nas pequenas comunidades do interior.

Eu sou do sul da Bahia, e estive este final de semana com o Presidente da Colônia de Pescadores de Ilhéus, companheiro Zé Neguinho. Na oportunidade, discuti com ele e com os companheiros também das colônias de Canavieiras e do extremo sul da Bahia, que estão em verdadeiro estado de perplexidade com a Portaria nº 445, de 2014, do Ministério do Meio Ambiente.

Qual o problema principal? Nós defendemos a pesca sustentável. Mas foi proibida a pesca de quase 700 espécies. Isso inviabiliza a pesca artesanal no nosso litoral.

Tive presente em uma manifestação em Canavieiras no sábado. Estive lá com o Prefeito e com o Vereador Ricardo Dantas. Nesta oportunidade, houve uma



manifestação grande de pescadores e da própria cidade de Canavieiras, onde nasceu a produção de cacau do nosso Estado.

A preocupação é com o sustento básico dessas famílias de Canavieiras, dessas famílias do sul da Bahia, de Ilhéus, de Santa Cruz Cabrália e de vários lugares que sobrevivem com a pesca artesanal. Portanto, que haja uma discussão com as comunidades por parte do Ministério do Meio Ambiente. Que sejam efetivamente relacionadas as espécies, naquele litoral, que estão em extinção, para serem protegidas. No entanto, não da forma burocrática, de cima para baixo, como foi estabelecido, com prejuízo enorme para a pesca artesanal no nosso Estado.

Quero inclusive parabenizar o Prefeito de Canavieiras, Dr. Almeida, que participou dessas manifestações, lideradas também pelas colônias de pesca e pelo Vereador Ricardo Dantas.

Quero dizer aqui que estarei engajado nesta luta para discussão, debate e viabilização da pesca artesanal no Estado da Bahia, especialmente na região sul.

Queremos rediscutir esta Portaria nº 445. Inclusive, hoje, o próprio Deputado Manato estará com o Ministro do Meio Ambiente, e estarei participando desta reunião junto com ele, para que esta portaria seja revista e adequada à atual realidade brasileira.

Viva a pesca artesanal do Estado da Bahia! Pela revisão da Portaria 445!

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

**O SR. DAVIDSON MAGALHÃES** (PCdoB-BA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje quero registrar que participei de uma manifestação no dia 21 de abril, no município de Canavieiras sobre



---

a Portaria 445/2014, do Ministério do Meio Ambiente que reconhece a Lista Nacional de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção – Peixes e Invertebrados Aquáticos e proíbe qualquer beneficiamento humano advindo destas por meio de pesca e aquicultura.

Estiveram presente conosco o Prefeito Dr. Almeida e o vereador Ricardo Dantas, juntamente com representantes da colônia de pescadores de Canavieiras, e com o presidente da Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-34 de Ilhéus, Reynaldo (Zé Neguinho).

É importante registrar que essa Portaria foi suspensa em 2015 por ordem judicial e atualmente encontra-se em vigor por decisão do TRF. Porém, essa Portaria vem acabando com a possibilidade da pesca artesanal no interior do estado da Bahia.

Os pescadores estão com uma sensação de insegurança e apreensivos com as sanções previstas, pois a Lista disponibilizada no anexo da portaria é muito técnica e inacessível para a linguagem dos pescadores e não referencia os pescados por região do nosso país.

Pela importância do tema, gostaria que fosse divulgado nos meios oficiais este pronunciamento.

*O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*



---

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivan Valente. Antes, porém, concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo, por 1 minuto.

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tenho certeza de que estes assaltantes de bancos não são treinados em Cuba, porque lá nem assalto há. Podemos andar em Havana às 2, 3, 4 horas da manhã, tranquilamente, pois isso não existe lá, em Cuba.

Já fiquei lá por uma semana, e andei tranquilamente, à noite e em qualquer hora, sem segurança nenhuma, sozinho, e não tive problema algum.

Tenho certeza de que a escola deste povo está na Região Sudeste do Brasil. Talvez, em São Paulo, pois dá para se esconder melhor, naqueles túneis. Basta a justiça brasileira encarar este problema.

Infelizmente, o País está desgovernado. Houve um Ministro do Governo Temer que, após três mortandades no Brasil, em presídios, em vez de cair, subiu — virou Ministro do Supremo! Não há como freiar isso.

E não há só grandes assaltos. No interior do Brasil, estão assaltando, roubando motos, com o sol quente, ao meio-dia, duas horas da tarde, Sr. Presidente. Está um caos no País esta questão da violência.

Queria que meu pronunciamento fosse registrado pelo programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Deferido.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Moses Rodrigues, por 1 minuto. Após, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivan Valente.



**O SR. MOSES RODRIGUES** (PMDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero comunicar a esta Casa que, na semana passada, nós aprovamos o relatório do PNE — Plano Nacional de Educação —, de acompanhamento e monitoramento, dos anos 2015 e 2016.

Como Relator, quero agradecer ao nosso Presidente Leo de Brito, que presidiu esta Subcomissão, na Comissão de Educação. Este relatório terá uma grande importância para o desenvolvimento da educação nos próximos 10 anos — até 2024.

Eu tenho certeza de que o relatório do PNE produzido pela Subcomissão será encaminhado aos órgãos CNE e MEC e a entidades de classe para acompanharem.

Quero ressaltar aqui também, Sr. Presidente, que ontem nós tivemos reunião com o Ministro da Educação, Mendonça Filho, para tratar dos cursos de Medicina no Brasil. Ele assumiu o compromisso de lançar até o mês de junho um edital de licitação para que as cidades de todo o Brasil possam concorrer e apresentar as suas propostas para receber cursos de Medicina.

O Estado do Ceará, que no Governo anterior tinha a opção de cinco cidades, poderá novamente encaminhar suas propostas para que o Ministério da Educação as avalie.

Sr. Presidente, quero solicitar que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e agradecer a V.Exa. a oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Deferido.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente, por 3 minutos.



---

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós temos prevista para hoje a votação da reforma trabalhista.

Essa reforma está fazendo parte de um pacote de maldades e atrocidades do Governo golpista de Temer contra os direitos dos trabalhadores. Foi a PEC do teto de gastos, 20 anos de congelamento, as terceirizações selvagens, a reforma trabalhista, a reforma previdenciária, a MP 759, que desregulamenta toda a lógica da terra urbana, rural, venda de imóveis, etc.

O Governo Temer é um governo ilegítimo, corrupto, imoral e não tem condições de legitimidade para impor sacrifícios à classe trabalhadora brasileira.

Particularmente, queremos dizer que, na verdade, ao impor esse tipo de regra, foi piorada nesta Casa a proposta que veio do Governo pelo Relator Rogério Marinho. E ele tenta se basear em modernidade, quando estamos falando não em modernizar, mas em escravizar a classe trabalhadora brasileira. Estamos falando em precarizar o trabalho, estamos falando da conjuntura de uma recessão, e a maior já existente: em 2 anos, acumulamos mais de 7,5% negativos do PIB.

Nessas condições que o Relator, cínica e hipocritamente, vem nos falar do direito do trabalhador. A vontade dele tem que ser respeitada contra o Estado. É pela vontade. Ele tem que ter o direito de negociar a sua submissão ao patronato. Isso é um direito dele.

Negociar como? Com a sua vulnerabilidade, o elo mais fraco da cadeia do trabalho se submeterá ao patronato no nosso País.

São mais de 100 mudanças na CLT. E pior: dizer que a CLT vem da Carta del Lavoro, de Mussolini, é outra hipocrisia. Ela nasceu para a proteção dos



trabalhadores, na década de 40, e foi sendo aperfeiçoada no direito ao trabalho. Não é à toa que o Brasil é signatário de todas as Convenções da OIT. Ele é membro e, sendo membro, mesmo que ele não assine uma convenção, ele é obrigado a seguir.

E não se fala que se está rompendo com artigos da Constituição Federal do Brasil ao mudar artigos da CLT, que são direitos dos trabalhadores brasileiros.

E essa avalanche de mudanças por uma maioria circunstancial do Congresso Nacional. É isso que o Presidente golpista está fazendo todo dia. Ele só quer dizer o seguinte: *“Eu tenho uma maioria parlamentar e vou praticar todas as maldades, mesmo que 94% da população seja contra a reforma da Previdência, mesmo que 85% seja contra a reforma trabalhista. Não tem importância. O que vale é que eu tenho essa maioria circunstancial. Eu não sou candidato depois. Então, os Parlamentares é que se elejam depois.”* Isso totalmente apoiado pela patronal, pelos grandes meios de comunicação e pelo mercado financeiro.

Ontem, a bolsa subiu, o dólar caiu. Isso é o que importa. Se os trabalhadores vão passar mais fome, se vai se aprofundar a pobreza e a falta de direitos, não importa. Por isso, no dia 28 vamos...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Tem a palavra o Deputado Mauro Pereira. S.Exa. tem 3 minutos.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** - Vou reclamar: o Deputado Mauro Pereira não está inscrito na minha frente, Deputado. Vamos seguir. Hoje, temos um debate seríssimo. Querem destruir a CLT.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Veja o número 6 aí. Veja o...



---

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** - Eu nunca protesto contra isso, mas não é justo para quem chega aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Veja o número 6.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** - Eu estou na Comissão da Previdência.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Veja o número 6.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** - Eu tenho a CFT como qualquer Deputado tem ações em várias atividades ao mesmo tempo...

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Veja o número 6.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** - E não é justo que chame Deputados que não estão inscritos... Eu não tenho autoridade para mexer no Regimento. Não! Sinceramente...

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira, por 3 minutos.

**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de dizer ao meu colega Edmilson Rodrigues que, graças a Deus, eu sou um dos primeiros Deputados a chegar na Casa, juntamente com o Delegado Edson Moreira.

Eu me inscrevi às 8h30min da manhã e eu sou o número 6. Se há uma pessoa que sabe respeitar as leis, esta pessoa sou eu. Pode ficar bem tranquilo disso, Dr. Edmilson.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** - Eu vou dar um passeio e depois volto. Quero a minha reinscrição.



---

**O SR. MAURO PEREIRA** - Quero cumprimentar a nossa sociedade e dizer que agora, pela manhã, estive numa importância audiência com o Ministro dos Transportes, Maurício Quintella Lessa.

O Ministro Maurício Quintella atendeu-nos, para tratar de assuntos relacionados à BR 116 em Caxias do Sul, importante via da região. Ao mesmo tempo, fui agradecer ao Ministro Maurício Quintella pela importante obra que está sendo feita na BR 116, ligando Caxias do Sul a Nova Petrópolis, porque metade da BR 116 caiu. Em 30 dias tomaram a decisão de restaurá-la, a obra já começou e ela está praticamente pronta.

Portanto, nós temos que valorizar o Governo Federal e valorizar o nosso amigo, Ministro Maurício Quintella, que é Deputado desta Casa, pelo excelente trabalho juntamente com a equipe de servidores do DNIT.

Eu gostaria de dizer que nós estamos começando a votar a reforma trabalhista e vamos começar a votar a reforma da Previdência nos próximos dias. Eu estou dizendo isso, olhando nos olhos das pessoas que estão em casa, porque o Partido dos Trabalhadores, o PCdoB, o PSOL, a Rede e outros que ajudaram o Governo Dilma, que quebraram o nosso Brasil, estão dizendo que nós somos os traidores que votamos contra os trabalhadores.

Nós nem começamos a votar as reformas ainda, iremos começar a votá-las agora, e uma coisa nós temos que deixar bem claro: nós estamos debatendo as reformas, nós vamos melhorar a legislação trabalhista, nós vamos facilitar a geração de empregos, e os trabalhadores não vão perder direito algum, porque nós somos responsáveis.



O Partido dos Trabalhadores deixou a pior coisa que existe, que são 13 milhões de desempregados. E as centrais sindicais, quando a Presidenta Dilma estava destruindo o Brasil, ficaram quietinhas. Ela estava quebrando o Brasil, arrebatando com o nosso País, e eles estavam quietinhos. Agora, todos viraram leões.

E eu quero dizer mais: nós temos, sim, que votar aqui que a contribuição sindical seja facultativa. Se o sindicato merecer, se estiver trabalhando direito, o empregado contribui; se não estiver trabalhando direito, o empregado não contribui. Isso vai estar na nossa legislação, isso é modernização.

Eu quero deixar bem claro para o povo brasileiro que todos os Deputados desta Casa querem o melhor para o nosso País. Nós queremos o melhor para o nosso País. Aqui não há ninguém melhor do que ninguém. A única diferença é que alguns fazem um discurso fácil, mas, na hora em que eram Governo, não fizeram nada. Nós — o Presidente Temer, a equipe e os Deputados Federais que querem o melhor para o nosso País — estamos fazendo.

Então, vamos com calma, vamos parar de falar inverdades por aí, porque o povo brasileiro não merece, mais uma vez, ser passado para trás por esses partidos que, no Governo Dilma, no Governo Lula, quebraram o Brasil, derreteram o Brasil. Agora nós estamos saindo das cinzas, mas estamos saindo. A inflação está caindo, o juro está caindo, os empregos estão voltando, e, se Deus quiser, para desespero deles, o Brasil vai melhorar, o Brasil vai melhorar, o Brasil vai ter sucesso, e nós vamos gerar empregos, e é isso que é preciso para a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Delegado Edson Moreira.



**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Wadih Damous. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Robinson Almeida. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Arolde de Oliveira. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Janete Capiberibe. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Leo de Brito. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado João Daniel. S.Exa. tem 1 minuto.

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dia 28, próxima sexta-feira, todas as centrais sindicais combativas, todos os membros dos movimentos sociais e populares e a população em geral vai às ruas para dar a resposta a este Governo que tem uma política econômica contrária aos interesses populares, a esse Governo que representa os banqueiros, o setor financeiro, que quer retirar, a todo custo, os direitos da classe trabalhadora.

Portanto, vamos às ruas com grandes mobilizações. Ainda poderemos impedir a reforma da Previdência e a reforma trabalhista.

Eu peço que seja registrado meu pronunciamento na *A Voz do Brasil*, no grande ato que fizemos sábado, na cidade de Propriá, contra a reforma da Previdência.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ocupo esta tribuna para registrar e pedir a



---

divulgação na Voz do Brasil que no último sábado (22/4) participamos de um ato público sobre a reforma da Previdência, na cidade de Propriá.

Podemos debater diretamente com a população em um espaço tão popular que é a Feira, podemos dialogar, ouvir e esclarecer a população de Propriá sobre todos os direitos que estão sendo ameaçados com essa proposta de reforma da Previdência.

Parabenizo o Vereador Heldes, o Sindicato União dos Produtores, Agricultores e Trabalhadores Rurais de Propriá – SUPRATRARP, representado por sua presidenta a senhora Kátia, Sindicato dos Servidores Públicos do Município – SINDSERV representado por seu presidente Claudio Herculano, a Associação do Desenvolvimento do Povoado São Vicente e Adjacências, representado pelo presidente José Carlito de Oliveira, o Acampamento Estrela localizado no Distrito Industrial de Propriá que esteve representado por todas as famílias.

Queremos parabenizar a rádio Propriá FM e todos os radialistas em nome de Paulo Dantas que abriram democratamente para a sociedade intervir e pudemos fazer um grande debate sobre a reformas trabalhista e da previdência, esta emissora engrandece a comunicação democrática ainda eu minoria em nosso país.

Esse é um tema que está sendo debatido por toda a sociedade e é claro que o povo está apreensivo com a velocidade que esta proposta está sendo debatida e encaminhada aqui na casa, junto com a reforma trabalhista, o projeto de terceirização e o congelamento de gastos o povo brasileiro vê uma série de conquistas históricas serem destruídas.



A precarização das relações de trabalho e perspectiva que a maioria dos cidadãos não conseguirão aponta para um único caminho massacrar cada vez mais os pobres e classe trabalhadora, tudo em nome dos poucos que dominam o capital.

Por isso, nós acreditamos que a única saída para interromper este processo é através das mobilizações de rua para pressionar os Parlamentares a não aprovar essas reformas.

Mais uma vez queremos parabenizar o povo e as lideranças do município de Propriá no estado de Sergipe.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Deferido!

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Leo de Brito. S.Exa. tem 3 minutos.

**O SR. LEO DE BRITO** (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há mais ou menos 1 ano nós ouvimos aqui, nesta tribuna, todas as semanas, discurso como o que nós ouvimos agora há pouco: o Brasil vai melhorar — o Brasil vai melhor — o Presidente Michel Temer está fazendo o Brasil melhorar.

Já faz 1 ano que este Governo golpista e ilegítimo está aí, mas nada melhorou. Nada melhorou! Eles disseram que iam fazer a economia crescer, assim que o Michel Temer assumisse. Não cresceu nada, pelo contrário, no ano passado, houve menos 3,6 pontos de decréscimo na economia brasileira.

O desemprego aumentou em 2 milhões de desempregados de lá para cá. Ano passado, aprovaram a Emenda Constitucional nº 95, que, segundo o IPEA, tira mais de 700 bilhões da saúde e mais de 868 bilhões da assistência social e congela os investimentos em educação em 20 anos. Agora, eles querem dizer que a solução



---

para o crescimento do nosso País, a solução para o nosso Brasil, é o desmonte da Previdência e colocaram a conta para os trabalhadores.

A proposta absurda da reforma da Previdência foi lançada por eles em dezembro do ano passado. Hoje, ela está desidratada, porque as ruas se mobilizaram no último mês de março, mas, ao fim, ao cabo, Deputado Jorge Solla, continua prejudicando os trabalhadores rurais, porque a situação vai ficar pior do que está, continua prejudicando os trabalhadores que estão na ativa, tanto os servidores públicos, quanto os demais trabalhadores, continua prejudicando as mulheres, continua prejudicando os policiais, continua prejudicando os professores e eles acham que vão enganar as pessoas aqui.

Ontem, eles tiveram uma derrota na renegociação dos Estados relacionada à questão dos percentuais de cobrança da Previdência. Hoje, estão colocando aqui em regime de urgência a reforma trabalhista que precariza as relações de trabalho, que ataca de maneira muito forte os princípios do Direito do Trabalho. O Direito do Trabalho, meus amigos, foi criado exatamente para dar condições de igualdade entre trabalhadores e empregadores.

O que está acontecendo agora, com essa proposta de precarização, de enfraquecimento da Justiça do Trabalho e do acesso à Justiça do Trabalho, de enfraquecimento da organização sindical dos trabalhadores, é exatamente o enfraquecimento dos trabalhadores. Nessa relação, empregos não são gerados e o trabalho não é modernizado, embora estejam dizendo. Na verdade, estão querendo voltar para o século XIX, extremamente, para uma relação de exploração dos trabalhadores. Nesse caso, são os empregadores que vão ganhar com essa história toda.



Então, hoje, vamos ter a votação da reforma trabalhista. Dia 28 vamos ter greve geral. Há movimentos que são ilegítimos e oportunistas dizendo que essa greve geral é greve de vagabundos. Mas eles enganaram muitas pessoas que foram para as ruas e agora estão tendo seus direitos tirados. Agora, as pessoas arrependidas vão, sim, para a greve no dia 28.

Vamos fazer um grande ato e parar o Brasil, porque nós não aceitamos esse tipo de hipocrisia que está acontecendo no País, em que os trabalhadores têm que pagar pelo golpe.

Peço o registro no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Deferido.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Quero saudar e parabenizar a turma do 3º ano do ensino médio do Colégio Giordano Bruno, lá de São Paulo.

Sejam bem-vindos!

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Tem a palavra o Sr. Deputado Adérmis Marini. (*Pausa.*)

Tem a palavra o Sr. Deputado Edmilson Rodrigues, por 3 minutos. Antes, porém, concedo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Chico Lopes.

**O SR. CHICO LOPES** (PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria que divulgasse no programa *A Voz do Brasil* o que vou denunciar aqui.

No dia 24 de abril, foram publicados no Diário Oficial da União, por meio da Portaria nº 565, de 2017, os valores do ajuste anual da distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — FUNDEB para o exercício de 2016.



A novidade é que os Estados do Maranhão, Bahia, Paraíba e Ceará não terão ajuste positivo nas contas dos Municípios e dos Estados. O meu Estado do Ceará vai perder, dos repasses do FUNDEB, um total de 164 milhões de reais. Essa medida adotada pelo Ministério da Educação — MEC vai causar sérias dificuldades financeiras aos Municípios.

Vamos reagir no sentido da revisão dessa medida tomada pelo Governo ilegítimo, que agora persegue os gestores municipais.

A Associação dos Municípios do Estado do Ceará — APRECE, juntamente com o Governo do Estado do Ceará, articula uma grande frente pela garantia dos recursos do FUNDEB.

Peço que divulgue no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Será divulgado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Tem a palavra o Prof. Edmilson Rodrigues.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Festa de formatura do curso de Engenharia da Universidade Federal de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais. Dandara Tonantzin Castro, negra, convidada da festa — aliás, uma liderança estudantil da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais —, por usar um turbante, foi assediada, xingada, teve o turbante arrancado por um grupo de homens, num ato de violência, de machismo, de racismo, de misoginia, no momento em que se festejava a graduação de novos engenheiros para o País.



Hoje a Deputada Benedita da Silva completa 75 anos. Minhas homenagens à Benedita da Silva, ex-empregada doméstica, assistente social, ex-Ministra, ex-Senadora, ex-Governadora do Rio de Janeiro. Nós temos diferenças, é claro, mas é importante que se diga: ela é uma exceção no Brasil. Felizmente, é uma exceção que luta por justiça e pelo fim do racismo.

O racismo expresso nessa violência contra a jovem Dandara é inadmissível. Eu pessoalmente não consigo suportar isso. Eu não consigo ver que a violência está banalizada e que tanta gente, inclusive dentro deste Parlamento — os mesmos que aplaudem e participam dessa máquina criminoso da corrupção e da destruição da dignidade do nosso País —, em nome de Deus, incentiva essa violência sistêmica e faz com que ela se enraíze ainda mais na cultura política do País.

Hoje está pautada a reforma do trabalho, que não passará facilmente. Não adianta colocar seguranças e impedir que os trabalhadores venham aqui assistir aos debates, porque as redes sociais permitem que se acompanhe o voto de um a um. Já há Deputado se escondendo nos lugares onde recebeu voto. Há Deputados do Pará que não poderão mais descer no aeroporto. E eu não defendo a violência física, mas cada um aqui é responsável pelos seus atos.

Quem votar nessa mudança de mais de 200 dispositivos da CLT para destruir a dignidade do trabalhador, reimplantar a escravização — agora oficializada — deverá se responsabilizar pelos seus atos, porque o povo não aguenta que um bando de engratados, em nome do povo, destrua a dignidade do povo.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Heitor Schuch, por um minuto. *(Pausa.)*



---

Concedo a palavra ao Deputado Bacelar, por 3 minutos. *(Pausa.)*

Concedo a palavra, por um minuto, ao Deputado Lobbe Neto.

**O SR. LOBBE NETO** (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar o Relator da reforma trabalhista — a geração de empregos poderá acontecer —, que é o Deputado Federal do Rio Grande do Norte, da nossa bancada, Rogério Marinho. Foi um excelente trabalho que foi desenvolvido, foi feita uma boa discussão, uma discussão plena, com vários órgãos e com várias entidades.

Então, eu gostaria de deixar aqui o nosso registro. Esperamos que haja avanço na questão da empregabilidade e que o avanço da modernidade das questões na relação patrão/empregado possa ser útil para o desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Muito obrigado, Deputado Lobbe Neto.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Bacelar, por 3 minutos.

**O SR. BACELAR** (Bloco/PTN-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Delegado Edson Moreira, Deputada Luiza Erundina, Sras. e Srs. Deputados, hoje, nós devemos nos concentrar em discutir esta profunda reforma nas relações de trabalho no Brasil. Um País que não tem empregos, um País sem empregos, agora, será sem direitos. Isso na verdade é uma antirreforma, isso na verdade é um antitrabalho.



Mas, antes de entrarmos neste assunto, Sr. Presidente, quero aqui fazer um apelo ao Deputado Rodrigo Maia para que coloque em deliberação o Projeto de Lei nº 2.431, de 2011, de autoria do Deputado Felipe Bornier, que dispõe sobre a liberação da venda de medicamentos inibidores de apetite.

A reforma trabalhista, perversa, malvada, vem para matar o trabalhador brasileiro. Mas esta Casa não deliberar sobre esse projeto de lei, que há 5 anos é discutido, que desde 2006 está pronto, incluído na Ordem do Dia para ser votado, é também colocar em risco a vida de 22 milhões de brasileiros.

Segundo dados de associações médicas, 60 milhões de brasileiros estão com sobrepeso. Destes, 22 milhões são obesos. Segundo pesquisas, o Brasil ocupa a quinta posição mundial em obesidade e isso, volto a dizer, coloca em risco a vida desses brasileiros. Temos aqui médicos, ex-Secretários de Saúde, como o Deputado Jorge Solla, especialista em questões de saúde, que sabem do problema que a obesidade causa no Brasil, seja por doenças cardíacas, seja por diabetes, câncer ou AVC.

Então, está aqui um apelo de 22 milhões de brasileiros que não têm acesso ao mercado. Isso faz com que haja um mercado paralelo no Brasil, o que é pior. Ou então, as classes mais abastadas, as classes mais economicamente favorecidas, compram o medicamento fora do Brasil. Mas são 22 milhões de brasileiros que não têm acesso a ele! E não adianta dieta alimentar, não adianta exercício físico, não adianta nem mesmo a cirurgia bariátrica.

Um apelo ao Deputado Rodrigo Maia: vamos colocar em votação, com urgência, o PL 2431/11, de autoria do Deputado Felipe Bornier.

Obrigado.



---

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

**O SR. BACELAR** (Bloco/PTN-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje subo a tribuna desta Casa, mais uma vez, pedir agilidade na apreciação do Projeto de Lei 2431/11, de autoria do deputado Felipe Bornier, que dispõe sobre liberação da venda dos medicamentos inibidores de apetite. O PL está pronto para apreciação no plenário desde o final do ano passado e, infelizmente, até hoje não foi votado. Em 2011 a ANVISA proibiu o comércio de medicamentos como sibutramina, anfepramona, femproporex ou manzindol e, desde então, estamos lutando para que os remédios voltem às prateleiras das farmácias.

A demora na tramitação me preocupa muito, pois prejudica os mais de 60 milhões de brasileiros que estão acima do peso. Desse total, pelo menos 22 milhões, são considerados obesos. Uma pesquisa feita pelos Estados Unidos, em 188 países, revelou que Brasil ocupa a 5ª posição do ranking mundial de obesidade. Não podemos retirar a oportunidade que essas pessoas têm de ter uma vida melhor, mais saudável e com mais qualidade. Digo isso porque, em muitos casos, apenas a combinação de dieta balanceada e exercícios físicos não é suficiente para perda de peso. Isso sem falar das pessoas mais carentes que não dispõem de recursos para pagar academia e nutricionista.

É por isso que estou aqui hoje. Para chamar a atenção do Congresso Nacional para um problema que afeta grande parte da população brasileira. Não podemos deixar os médicos sem opções de tratamento dos pacientes que precisam perder peso, mas não têm indicação de cirurgia bariátrica, outro único tratamento disponível. Não podemos, simplesmente, tirar o direito do consumidor. Ora nobres



deputados, a obesidade é um problema comum de todos. É grave. Pode desencadear uma série de outras doenças, como AVC, cardíacas, diabetes, câncer, etc. Além disso, a decisão da ANVISA aumentou a ilegalidade na venda de alguns produtos no Brasil, como forma de alternativa na busca pelo emagrecimento.

Entendo que é preciso fiscalizar e não apenas retirar das prateleiras medicamentos como estes. Vamos juntos, aprovar o PL e ajudar a melhorar a qualidade de vida dos brasileiros que tanto precisam de auxílio na perda de peso. É preciso agir e agir rápido. Os obesos pedem socorro!

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Valmir Prascidelli, por 3 minutos.

**O SR. VALMIR PRASCIDELLI** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos vivendo no Brasil um momento bastante esdrúxulo, difícil.

Primeiro nós vemos uma narrativa do Governo que deu um golpe, que tomou o poder de assalto; que assumiu compromisso com o capital financeiro nacional e internacional; que assumiu compromisso com o setor empresarial nacional e internacional, o que desmonta a estrutura produtiva do nosso País, desmonta o sistema brasileiro de políticas sociais. Ele entregou o nosso País a esse capital internacional e agora, de forma forçada, açodada, tratorando os partidos aqui no Congresso e os trabalhadores, quer promover o desmonte da legislação trabalhista, destruir a nossa Previdência Social.



Fazem campanha intensa nos rádios, nas televisões, nos jornais, inclusive em agências contratadas de forma ilícita, numa licitação fraudulenta, como demonstrou o jornal agora, com uma agência no Banco do Brasil.

E querem nos convencer de que o Brasil irá se recuperar retirando os direitos dos trabalhadores. A população sabe perfeitamente que isso é uma falácia utilizada para que eles possam entregar o nosso País e cumprir os compromissos, repito, com o capital financeiro internacional.

Querem pautar açodadamente a discussão da reforma trabalhista e liberam Ministros para virem ao plenário, para tentar sensibilizar suas bases. Os trabalhadores estão atentos e nós lutaremos aqui no Plenário, mas os trabalhadores lutarão nas ruas, para garantir os seus direitos, as suas conquistas, a fim de recuperarmos a nossa economia, não entregando nosso País ao capital internacional, como eles querem.

Por isso, amanhã o Brasil vai parar. Vai parar em defesa da nossa Previdência, em defesa dos direitos dos trabalhadores, mas vai parar exigindo Fora, Temer!, exigindo o fim deste Governo golpista e ilegítimo.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Sabino. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Afonso Florence. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo.



---

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que me ouvem neste momento, quem assiste os jornais, principalmente a Rede Globo, a *Globo News*, que têm os seus comentaristas contratados exatamente para fazer um esforço de dizer que a economia do Brasil começa a melhorar, começa a dar sinais, começa a gerar algum emprego e eles começam a dizer que o capital internacional está voltando a investir no Brasil.

Mas como é que o capital internacional está voltando a investir no Brasil? Ele está chegando aqui e comprando os nossos bens, as nossas riquezas, as nossas empresas. Agora mesmo, salvo engano, uma empresa canadense comprou 70% da Odebrecht Ambiental, recentemente quatro aeroportos que foram concedidos, que são superavitários, foram comprados por empresas da Europa, aí vem o capital da China, e vem da Espanha, e vem dos Estados Unidos. Eles estão investindo no Brasil, mas o lucro será levado para onde? O lucro será levado para os seus países. Eles apenas vão ganhar dinheiro no Brasil e levar o lucro para aplicar nos seus países.

Então, eles não falam a verdade. Eles mostram um lado da moeda. Por que os meios de comunicação não têm coragem de falar a verdade?

Agora, por exemplo, eles resolveram falar de uma Transoceânica. Ela é estratégica para quem pensa num plano de 10 anos, de 20 anos, de 30 anos. Mas por que eles estão focando esta rodovia? Será que é pelo fato de a Odebrecht e empresas envolvidas na Lava-Jato a terem feito?

Essa história da Lava-Jato está quebrando o Brasil. Ninguém aqui quer tapar o sol com a peneira. A corrupção tem que ser combatida. Mas é aquela história do



---

fazendeiro que tinha um boi cheio de carrapato. Em vez de ele comprar o remédio para matar os carrapatos, matou o boi. É o que está acontecendo no Brasil: a corrupção continua.

Hoje mesmo prenderam pela manhã uma quadrilha que falsifica dinheiro. Ela faz parte de uma conexão internacional e parece que chegou a dar 5 bilhões de prejuízo. Então, nós temos centenas “odebrechtezinhas” neste País, e o foco é a Odebrecht.

Por que esse foco? Porque o foco, a estratégia, foi primeiro derrubar a Presidenta Dilma e agora está em impedir o Presidente Lula de ser candidato em 2018. Se houver eleição neste País hoje, se o Temer renunciar — que é o que ele deveria fazer — e houver convocação de eleições, o Lula se elege Presidente do Brasil. Mesmo depois que eles pensavam que já tinham matado o Lula politicamente, Lula se elege porque o Brasil parou. O Brasil está desgovernado.

Sr. Presidente, peço que essa minha fala seja divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Pedido deferido.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Jorge Solla, por 3 minutos.

**O SR. JORGE SOLLA** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Mais do que nunca, está provado a que veio o golpe para tirar a Presidenta Dilma. Não é uma mera troca de Presidente, da pessoa que governa, nem tão pouco uma mera mudança do partido que está à frente do Governo ou do leque de partidos, melhor dizendo. O que fizeram foi uma guinada total nas prioridades do Estado brasileiro.



---

Nós estamos saindo dos Governos Lula e Dilma, cujas prioridades eram as políticas públicas voltadas para melhorar a vida das pessoas. Isso permitiu ampliar o acesso à educação, à saúde e à assistência social, fortalecer e valorizar o salário mínimo, aumentar a distribuição de renda, criar melhores condições de vida para a população brasileira. Nunca se melhorou tanto a vida dos brasileiros quanto nesses anos, com as prioridades do Governo Lula e Dilma.

Agora nós vemos o oposto, Deputada Luiza Erundina. Este é um Governo que quer tirar dinheiro da população, tirar dinheiro das políticas públicas para dar aos empresários, para dar a quem financiou o golpe. E os três principais objetivos deste Governo em termos do Legislativo, Deputado Bebeto, não surgiram por acaso.

O primeiro deles foi a PEC dos gastos públicos, para tirar dinheiro das políticas sociais, da saúde, da educação, da Previdência, para pagar mais juros, para aumentar os lucros dos banqueiros.

O segundo objetivo é a destruição da Previdência pública. E eu vou dar um dado para os senhores. Mesmo antes de se aprovar a proposta de reforma da Previdência, a previdência privada no Brasil, só nestes meses de debate, já aumentou em 26% a captação de recursos no mercado — 26%, sem ter aprovado. O objetivo é destruir a Previdência pública, impedir que o trabalhador possa se aposentar, para fortalecer a previdência privada.

A terceira perna do tripé da destruição dos direitos sociais é a destruição da CLT, dos direitos trabalhistas.

Vamos parar com o cinismo e a hipocrisia! O que está colocado aqui não é modernização nenhuma, é a volta ao passado, é fazer o Brasil voltar para antes da década de 40. O que eles querem é destruir os direitos do trabalho no Brasil.



---

O princípio básico, fundante do Direito do Trabalho é que a relação entre empregador e empregado não é igual — é completamente desigual! O trabalhador, especialmente num período de recessão como este, tem que fazer a escolha, na proposta deste Governo golpista, entre ir para as ruas ou perder seus direitos, entre se desempregar ou abrir mão de todas as conquistas que a ele estão garantidas pela Justiça do Trabalho.

É por isso que os magistrados do trabalho estão aderindo à greve de sexta-feira, estão mobilizados, estão lutando contra essa destruição dos direitos trabalhistas. Nós não podemos permitir que essa destruição aconteça. Hoje nós vamos ver quem é que está do lado dos milionários do País, quem quer tirar dinheiro da população trabalhadora, quem quer destruir a força de trabalho.

Um Parlamentar veio aqui há pouco dizer que o sonho dele é que o Brasil tenha uma força de trabalho mais barata do que a do Paraguai, a da Bolívia, a do Equador, a do Peru. É o que eles querem mesmo. Eles estão entregando a riqueza nacional, dando até poço de petróleo do pré-sal de graça para as multinacionais, distribuindo a preço de banana.

Estão destruindo a ciência brasileira. Destruíram o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia. Primeiro, destruíram o Ministério; depois, derrubaram o orçamento. Acabaram o Ciência sem Fronteiras. A partir de 1º de maio, destruirão a Farmácia Popular do Brasil. Estão destruindo todas as políticas que colocam dinheiro para a população. Mas a Previdência e os direitos do trabalho têm que ser garantidos. Nós não vamos permitir que destruam isso.

A greve geral, na sexta-feira, vai dar um basta ao Governo golpista!



---

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Moses Rodrigues. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Bolsonaro, escrivão da Polícia Federal. *(Palmas.)*

Antes, porém, vou dar 1 minuto para os Deputados Afonso Florence e Pastor Franklin Lima.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Peço a divulgação do meu pronunciamento nos Anais da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero registrar que a votação da reforma trabalhista é a mais grave votação do golpe, é a comprovação de que o golpe é um golpe contra a trabalhadora e o trabalhador, contra o povo brasileiro. Eles vão retirar todas as proteções do trabalho para beneficiar o patronato, e isso significa voltar às condições anteriores ao Governo de Getúlio e, em especial, anteriores à CLT. Aí, a relação entre patrão e empregado vira caso de polícia. É isso que eles estão fazendo.

Essa é a mais grave votação do golpe. Por isso, nós teremos uma grande greve geral no dia 28, para barrar o golpe.

Diretas já! Lula Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Tem a palavra o Deputado Pastor Franklin Lima.

**O SR. FRANKLIN LIMA** (Bloco/PP-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu venho aqui para trazer a informação de que, nesta quinta-feira, nós estaremos em Jaíba, em um grande culto de ação de graças, e, às 10 horas da



---

noite, na Festa da Banana, juntamente com o Prefeito da cidade e alguns Vereadores.

Na sexta-feira, visitaremos a cidade e a Prefeitura de Jenaúba e também de Nova Porteirinha. Colocamos emendas para esta última e veremos as necessidades daquela cidade, para também ajudar.

No sábado, estaremos em Timóteo, onde partiremos um gigantesco bolo para comemorar o aniversário daquela cidade maravilhosa.

No domingo, estaremos, pela manhã, na cidade de Caratinga, em um Culto de Ação de Graças na Igreja Mundial. À noite, estaremos na cidade de Manhuaçu, também realizando um Culto de Ação de Graças.

Na segunda-feira, dia 1º de maio, estaremos comemorando o Dia do Trabalhador em Contagem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Com a palavra o Deputado Eduardo Bolsonaro.

**O SR. EDUARDO BOLSONARO** (PSC-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Delegado Edson Moreira, tenho visto aqui a cara de pau de petistas, de gente do PSOL, do PCdoB, subindo à tribuna para colocar a conta de tudo que está acontecendo no Governo Temer. Eu sou um crítico do Governo Temer e falo aqui com a propriedade de quem vai votar contrário à reforma da Previdência.

Mas o que fizeram em 13 anos de PT? Falaram tanto em reforma agrária, e, hoje em dia, o MST está mais forte que nunca. A CUT, linha acessória do PT, quando estava mamando durante o Governo Dilma, nada fazia de protesto. Dilma



---

falava: *“Vou fazer uma lei de terceirização”*. O que eles faziam? Nada. Agora, se o Temer falar, aí é o fim, vai acabar com o direito do trabalhador, etc. e tal.

E você, aposentado, vai se lembrar do que eu vou falar aqui. Logo no primeiro ano do Governo Lula, quando estava acontecendo nesta Casa o mensalão, grana no bolso de Deputado para ferrar com a sua vida, taxaram os inativos, e esses daqui que estão subindo à tribuna para dizer que estão defendendo vocês não estavam nem aí.

Então, vamos acabar com essa hipocrisia. Metem a porrada no Governo para depois Lula vir aqui assumir e vocês continuarem mamando nas tetas do Governo.

Parem com isso! Que valores são esses? Hipócritas!

Então, prezados que agora me ouvem, não saiam às ruas no dia 28! Você será o papel higiênico da CUT! Você vai asfaltar o caminho para que o maior bandido que esta República já viu, protagonista do maior esquema de corrupção da face da Terra, volte com chances em 2018!

Não precisa votar em ninguém — Bolsonaro, Doria, Alckmin! Não se preste a esse papel! Assim, você acaba com a nossa chance de construir um País melhor aqui. É isso que lhe peço! Não seja papel higiênico de corrupto!

Quer melhorar a reforma da previdência? Fale conosco aqui, com os Deputados, com os Senadores e com quem está na Comissão. Foi através deste tipo de pressão que eu formei minha convicção. Foi ouvindo você e não CUT, UNE, MST e sei lá mais quem por aí — essas linhas acessórias do Governo que só querem um carguinho para, depois, ficarem rindo da sua cara. Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Esperidião Amin. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Vicentinho. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana. V.Exa. dispõe de 3 minutos.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje nós teremos um dia de enorme gravidade neste plenário. E nós já estamos debatendo, Deputado Bohn Gass.

A lei que querem votar aqui altera mais de 100 itens da CLT.

Todos estes itens são alterados para reforçar o lado de quem contrata — o lado do empregador, o lado do patrão — e todos precarizam o lado de quem é contratado.

No histórico das relações trabalhistas no mundo inteiro, ao longo de toda a história da humanidade, a legislação trabalhista, Deputada Luiza Erundina, foi sendo consolidada para reequilibrar as relações de trabalho, pois houve um período em que queriam contratar o trabalho como trabalho escravo.

Eu lembro que, neste Brasil real, onde vocês querem praticamente rasgar a CLT, ainda existe trabalho escravo. E eu estou falando aqui não da opinião de um Deputado do PT, do PCdoB, do PSOL, do PP ou do PSDB. O Ministério Público do Trabalho exarou parecer que sugiro que todos leiam antes de votar. Qual é o centro da conclusão deste parecer? As relações de trabalho ficarão desequilibradas no Brasil. Haverá uma precarização progressiva; milhões de trabalhadores que hoje estão contratados diretamente pela sua empresa, com um conjunto de legislações que protegem minimamente o trabalho, Deputado Bebeto, serão progressivamente



demitidos e trocados um trabalhador terceirizado ou por um trabalhador contratado, na chamada jornada intermitente.

Aliás, já falei diversas vezes na Tribuna, mas o que é jornada intermitente? É o patrão contratar, deixar o trabalhador à disposição as 24 horas do dia, escolher que horas ele vai chamar o trabalhador para trabalhar, e pagar só pela hora trabalhada.

É um escândalo. É uma pré-escravidão.

Aliás, mentir que a mudança da CLT vai gerar empregos é realmente um desrespeito enorme com o povo brasileiro.

Nós tivemos o melhor nível de emprego da história do Brasil no final de 2014, antes que vocês alimentassem a crise política que levou ao golpe parlamentar e colocou no Governo alguém que não tem a mínima legitimidade para estar no Governo.

Antes disso, tínhamos o melhor nível de emprego da história do Brasil, Deputado Waldenor, e a CLT era absolutamente preservada.

Deputado Robinson, a CLT não atrapalhou o Brasil a chegar ao melhor nível de emprego de toda a sua história, e hoje há um Governo ilegítimo e um Parlamento ilegítimo. Por isso, o povo brasileiro está pedindo eleições gerais, eleições gerais e já, para através do voto democrático escolher quem quer na Presidência da República, para através do voto direto renovar este Congresso. Esta Câmara Federal tem um déficit de legitimidade enorme com o povo brasileiro e não deve votar ataques ao trabalhador.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Tem a palavra o Deputado Robinson Almeida, por 3 minutos.



---

**O SR. ROBINSON ALMEIDA** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, povo brasileiro que nos acompanha, eu queria registrar o aniversário de emancipação do Município de Antônio Cardoso, na Bahia, no último dia 18 de abril. Quero parabenizar toda a população, em especial o Prefeito Toinho Santiago.

Toinho assumiu a cidade recentemente e tem feito um trabalho diferenciado, já conseguindo, com o Governador Rui Costa, o recapeamento do acesso à cidade do povoado de Santo Estêvão Velho e também a ampliação do sistema de abastecimento de água, tanto para a sede como para a zona rural, em especial a extensão de rede para o povoado de Travessão, o que beneficia milhares de famílias que não tinham acesso à água de forma regular nesse povo.

Portanto, parabéns pela emancipação, Antônio Cardoso. Parabéns, Prefeito Toinho Santiago. Que consigamos, nesses 4 anos, fazer muitas transformações na cidade.

Queria também, Sr. Presidente, registrar minha alegria de ter participado, junto com os agentes comunitários de saúde da Bahia, de uma audiência pública sobre o PL nº 6.347, um projeto de lei que busca ampliar os direitos dos agentes comunitários de saúde, categoria fundamental para prestar assistência básica à nossa população mais carente e que vai ter, entre outras iniciativas, a possibilidade de uma formação técnica para melhor atender o nosso povo mais pobre no interior do Brasil.

Quero aqui denunciar a atitude do Prefeito de Salvador, ACM Neto, que não paga o piso aos agentes comunitários de saúde. Ele consegue inclusive pagar abaixo do salário mínimo — 780 reais.



Prefeito ACM Neto, reveja sua política. Os agentes comunitários de saúde vão às áreas mais pobres de Salvador, até mesmo às áreas onde a polícia não consegue chegar. Então, os agentes comunitários de saúde precisam ser melhor tratados.

Por último, Sr. Presidente, eu não posso deixar de registrar que esse dia de hoje é muito importante para o povo brasileiro, especialmente para os trabalhadores brasileiros. Está agendada a votação da reforma trabalhista neste plenário, que é um verdadeiro golpe aos direitos dos trabalhadores conquistados durante décadas no nosso País.

O relatório apresentado e aprovado ontem na Comissão Especial da Reforma Trabalhista é um atentado às garantias que existem hoje no texto normativo e que asseguram a possibilidade de se ter hora extra, décimo terceiro, férias, licença remunerada, e tantos outros direitos que foram conquistados na última década.

Por isso, peço a atenção e vigilância dos trabalhadores a essa sessão. E, em especial, peço uma grande mobilização para o dia 28, porque quem vai barrar esse golpe e vai barrar essa reforma é o povo organizado nas ruas.

Queria que este meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado. Vamos divulgar o seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

**O SR. ROBINSON ALMEIDA** (PT-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o art. 611-A da CLI, na redação dada pelo PL 6787/16, previa a prevalência do negociado sobre o legislado em relação a inúmeras



---

matérias, O objetivo do artigo era nitidamente possibilitar o rebaixamento dos patamares legais dos direitos dos trabalhadores.

Essa situação é uma afronta direta ao art. 7º, caput, da Constituição, que garante que qualquer alteração de direitos dos trabalhadores seja realizada no sentido de melhoria da sua condição social. Observamos aqui o enfraquecimento de um dos princípios basilares do direito do trabalho, que é o princípio da norma mais favorável, previsto também nas Convenções n. 98 e 154 da OIT, das quais o Brasil é signatário.

A proposta original também esvaziava enormemente o âmbito de atuação da Justiça do Trabalho, ao determinar que a análise judicial fosse balizada pelo princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva e atingisse exclusivamente a conformidade dos elementos essenciais do negócio jurídico. Trata-se aqui de restrição sem paralelo em qualquer outro ramo do direito, que viola diretamente o art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, que prevê que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito”. Tratamos aqui dois pontos flagrantemente inconstitucionais já presentes na proposta original, que foram acrescidos a inúmeros outros, se considerarmos o texto apresentado pelo relator.

Dessa forma, por se tratar de proposta evidentemente inconstitucional, não deveria, nem mesmo, ter tido sua tramitação iniciada, devendo ter sido devolvida ao autor pelo Presidente, nos termos do art. 137, §1º, inciso II, alínea b do Regimento Interno.



Solicito, portanto, o cumprimento do citado dispositivo regimental, no sentido de declarar o PL 6787/16 flagrantemente inconstitucional, devolvendo-o ao autor, no caso, o Poder Executivo, e impedindo, assim, a sua tramitação.

Dispositivo Regimental:

“Art. 137. Toda proposição recebida pela Mesa será numerada, datada, despachada às Comissões competentes e publicada no Diário da Câmara dos Deputados e em avulsos, para serem distribuídos aos Deputados, às Lideranças e Comissões.

§ 12 Além do que estabelece o art. 125, a Presidência devolverá ao Autor qualquer proposição não estiver devidamente formalizada e em termos;

li- versar sobre matéria:

- a) alheia à competência da Câmara;
- b) evidentemente inconstitucional
- c) anti-regimental.”

Dispositivos Constitucionais:

“Art. 59 Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;”

“Art. 72 São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social.”



---

*Durante o discurso do Sr. Robinson Almeida, o Sr. Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass, do PT do Rio Grande do Sul. S.Exa. dispõe de 3 minutos à tribuna.

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Carlos Manato.

A reforma que estamos votando, a trabalhista, tem a ver com a previdenciária. E a previdenciária, com a trabalhista. Ou tu não vai te aposentar ou vai te aposentar mal.

E eu trouxe aqui um dado para mostrar como a reforma trabalhista do Temer e a reforma previdenciária fazem mal para o povo.

Na previdenciária, para os agricultores: as mulheres que hoje se aposentam aos 55 anos vão se aposentar aos 57. Ele queria que fosse aos 65, mas muita pressão o fez recuar. Só que são 2 anos a mais. E eu fiz um cálculo: o que vai acontecer com as mulheres do Brasil? Dois anos a mais são 12 meses cada ano, mais o décimo terceiro: 13 salários mínimos a cada ano. Em 2 anos, 13 salários vezes 2: 26. Vinte e seis salários mínimos que a trabalhadora rural deixará de receber são 24.362 reais.

Deputados, V.Exas. vão tirar 24 mil 362 reais de todas as trabalhadoras rurais do País! Isso é da mulher trabalhadora que não vai comprar na loja, que não vai



---

comprar na padaria. Esse dinheiro não vai circular. Deputados, vocês vão tirar 24 mil 362 reais de cada mulher trabalhadora rural do País? Não podemos fazer isso!

Eu fiz um cálculo, mas é bom que cada um faça o seu. Você vai se aposentar? Como? Cito o exemplo de uma trabalhadora urbana. Eu peguei o exemplo de quem começa a trabalhar aos 16 anos e já trabalhou 28 anos. Essa pessoa tem 54 anos: 54 anos mais 28 anos de contribuição dá 82. Na tabela, se você tem 82, faltam 3 anos para chegar a 85; ou seja, 1 ano e meio — 1 ano e meio de contribuição e 1 ano e meio de idade. Isso dá 18 meses — 1 ano e 6 meses, 18 meses. Ela trabalharia ainda 18 meses.

Entretanto, pela proposta do Temer, se ela tem 28 anos, faltam 2 anos. Mais 30%, 2 anos, dá 24 meses, mais 30%, 8 anos, dá 32 meses. Trinta e dois meses menos os 18 meses, que ela faria igual, dá uma diferença de 14 meses. Quatorze meses mais o décimo-terceiro dá 15 meses. Quinze meses vai dar menos 14 mil e 55 reais. Então, eu pergunto: nós vamos votar aqui para os agricultores e os trabalhadores não receberem esse dinheiro?

E é o seguinte: a reforma trabalhista de hoje vai fazer com que essas pessoas não cheguem a ter a contribuição, porque elas vão ter que ter 40 anos de contribuição, num cálculo rebaixado.

Como o Temer está rebaixando o povo brasileiro e os trabalhadores, este é o resultado do golpe, porque ele tem que pagar uma conta. E qual é a conta, Presidente Carlos Manato? Hoje se fala muito de um problema que é o tal do Baleia Azul. Mas, muito mais do que o Baleia Azul, o pato amarelo foi o maior problema deste País. Os Deputados se ajoelharam frente aos empresários que pagaram a conta das campanhas eleitorais, do financiamento empresarial, para tirar direitos.



O Temer está quebrando a indústria nacional, porque não há mais conteúdo nacional. Deputado Henrique Fontana, V.Exa. trabalha na indústria naval, V.Exa. trabalha na Frente Parlamentar. Está quebrando por causa disso. Ele está tirando direitos, precarizando a legislação trabalhista.

Na verdade, como eu disse outro dia, nós tivemos décadas de legados importantes, do Getúlio, de 43, do Ulysses Guimarães, da Constituição de 88, e do Lula, que reajustou o salário mínimo acima da inflação. O Temer está jogando na lata do lixo esses três grandes legados de décadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado João Daniel, do PT de Sergipe.

Enquanto S.Exa. sobe à tribuna, concedo a palavra ao Deputado Luis Carlos Heinze.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco/PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, registro aqui a presença de Douglas Teixeira, do Alegrete, estudante de Direito na Universidade Federal de Santa Maria, que está aqui participando do Programa Estágio-Visita, e também do nosso Prefeito de São Borja, Eduardo Bonotto, e do Secretário da Fazenda, Nilton Koltermann. Um abraço a todos eles.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Parabéns, sejam bem-vindos, e mais ainda por estarem acompanhados por essa grande liderança que é o Luis.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado João Daniel, do PT de Sergipe.

V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.



---

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria que nosso pronunciamento fosse divulgado na *A Voz do Brasil* e nos demais meios desta Casa.

Hoje haverá mais uma votação no plenário desta Casa, onde os trabalhadores rurais e urbanos, os assalariados rurais, os assalariados urbanos e todas as categorias, em especial os comerciários e os trabalhadores da construção civil, observarão entrar em pauta, nesta Casa, o projeto que se chama reforma trabalhista. Mas não é a reforma trabalhista.

A matéria que será votada hoje é para rasgar a nossa Constituição de 1988, nos capítulos que tratou dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras deste País. Hoje está sendo votado o projeto que rasga a Consolidação das Leis Trabalhistas em nosso País. Hoje, neste plenário, dividem-se os que defendem os trabalhadores e as trabalhadoras e os que são patrões ou aqui representam os patrões, os que querem mais lucros, que não estão satisfeitos com os atuais lucros.

A crise atual, por conta de uma política econômica errada, cuja economia não cresce, gera desemprego, vai ser aplicada nas costas dos trabalhadoras e das trabalhadoras.

Portanto, o povo brasileiro hoje vai ver que este plenário estará dividido entre aqueles que são os representantes dos patrões e os que são representantes da classe trabalhadora.

Hoje, está marcada a votação do financiamento do pato amarelo. O pato amarelo, que rodou o Brasil para tirar a presidenta Dilma, que exigiu a PEC 55, que exigiu a terceirização, agora, quer a reforma trabalhista e, em seguida, a reforma da



---

Previdência — é o preço do pato amarelo da FIESP, do empresariado ganancioso — , tudo isso contra o povo brasileiro.

Sr. Presidente, as centrais sindicais e o movimento da classe trabalhadora precisam fazer as suas assembleias para a grande paralisação na próxima sexta, no dia 28.

Portanto, só uma grande greve geral mostrará ao Governo e aos setores conservadores deste País que a classe trabalhadora tem peso, tem poder e é ela, que faz com que a economia deste País se mova. Nenhum direito a menos! Greve geral já! Abaixo qualquer medida, qualquer votação da retirada de direitos aqui neste plenário! Contra a reforma trabalhista e contra a reforma da Previdência! Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) -Concedo a palavra à Deputada Raquel Muniz. *(Pausa.) Ausente.*

Concedo a palavra à Deputada Júlia Marinho. *(Pausa.) Ausente.*

Concedo a palavra ao Deputado Capitão Augusto. *(Pausa.) Ausente.*

Concedo a palavra ao Deputado Jony Marcos. *(Pausa.) Ausente.*

Concedo a palavra ao Deputado Padre João. *(Pausa.)*

Enquanto V.Exa., Deputado Padre João, vem à tribuna, concedo a palavra ao Deputado Caetano por 1 minuto.

**O SR. CAETANO** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero registrar, nesta Casa, artigo do conceituado jornalista Raul Monteiro.



Raul Monteiro faz parte do jornal *Tribuna da Bahia* e do site *Política Livre*. É um jornalista competente, capacitado, renomado da Bahia e fez um artigo intitulado “*Lula não pode deixar isso barato*”.

Com base no art. 115, inciso II, do Regimento Interno da Casa, quero solicitar a inserção desse artigo nos Anais da Câmara dos Deputados.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, quero registrar mais uma vez o que aconteceu ontem, aquela ação violenta contra os índios brasileiros. A repercussão foi internacional. Aquela postura de receber os índios com bombas está errada. Eu penso que esta Casa deveria fazer autocrítica com relação a isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Caetano.

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Padre João, do PT de Minas.

V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

**O SR. PADRE JOÃO** (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Quero, Sr. Presidente, colegas Deputados, saudar diversos Presidentes das Câmaras Municipais e vários Vereadores de todos os partidos.

Muitas Câmaras e todos os partidos formalizaram o repúdio a essa proposta injusta que se chama reforma da Previdência — que, na verdade, é o desmonte de toda a Previdência — e também o desmonte da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, chamado de reforma trabalhista.

Queria relacionar aqui alguns Municípios de Minas Gerais que se manifestaram: Manhuaçu, por meio de entidades de trabalhadores na educação; Janaúba; Belo Horizonte, por meio de bispos e representantes do Instituto de



Estudos Previdenciários (IEPREV) e da Assembleia Legislativa; Divinópolis; Muriaé; Frutal; Conselheiro Lafaiete; Ewbank da Câmara; Santa Cruz do Escalvado; Turmalina; Simonésia; Rio Pomba; São João do Manhuaçu; São Pedro da União; Carmo da Cachoeira; São João da Ponte; Rio Manso; Capitão Enéas; Ouro Preto; Urucânia, que é a minha terra natal — parabéns a todos os Vereadores, os partidos assinaram —; Mendes Pimentel; Itaúna; Varzelândia; Itamarati de Minas; Itajubá; Nazareno; Florestal; Carmópolis de Minas; Paraisópolis; Varginha e Perdões. Várias Câmaras Municipais assinaram. E não só estão aprovando a moção de repúdio, mas também aqueles Deputados que já se manifestaram favoráveis estão conseguindo votar enquanto *persona non grata* para aqueles Municípios.

Então, é muito importante essa estratégia de todos os movimentos sociais e populares.

Eu me orgulho também da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, que, desta vez, foi bem mais incisiva com a nota. Essa nota da CNBB despertou também vários bispos e arcebispos, que não somente apoiaram a nota, mas também gravaram vídeo e convocaram os fiéis. Esses, na verdade, são pastores que cuidam, literalmente, do corpo e da alma das ovelhas, porque alguns alienados acham que a vida só começa depois da morte e pouco se importam com a vida que têm aqui, não se importam se estão passando fome ou se estão sendo desprezados.

Então quero saudar as câmaras municipais, os bispos, todas as lideranças que estão externando o repúdio a essa proposta injusta do Temer golpista e sua quadrilha. Também quero intimar todo o povo para que no próximo dia 28 cruze os braços, saia diante da televisão e venha para as ruas. Nesse dia 28 nada deve



---

funcionar. A única coisa que deve funcionar é ir para as ruas dar um basta a essa proposta injusta, injusta sobretudo com as mulheres, com os trabalhadores do campo, com os professores.

É verdade que isso ataca todas as trabalhadoras e trabalhadores, mas alguns ficam ainda mais penalizados, sobretudo os mais pobres, em relação também ao BPC.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu é que agradeço, nobre Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Pastor Franklin.

*(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Benjamin Maranhão. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Pastor Eurico, do PHS do Maranhão. *(Pausa.)*

**O SR. FÁBIO SOUSA** - Do padre ao pastor...

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Todo mundo tem direito. Nós aqui somos democráticos.

Pastor Eurico, V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

**O SR. PASTOR EURICO** (PHS-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a V.Exa. esta oportunidade e parabenizá-lo pela condução dos trabalhos.

O que nos chama a atenção, Sr. Presidente, é exatamente algo que gira em torno de informações da Internet sobre um evento que vai acontecer aqui no Brasil, em São Paulo, que está previsto para ocorrer entre agosto e dezembro.



---

Esse evento, que tem o apoio do Ministério da Cultura, aponta que o Governo vai investir cerca de 8 milhões na divulgação, ou seja, na promoção do islamismo entre as nossas crianças.

É interessante que já se prevê 115 mil cartilhas para serem distribuídas às crianças, para que conheçam o Islamismo, porque isso faz parte do projeto 1.001 invenções: descobrindo o duradouro legado da civilização muçulmana no mundo.

Nós não temos nada contra as pessoas ou as religiões a, b ou c. Temos lutado aqui no Movimento Escola sem Partido, não para proibir os professores de falarem ou de discutirem qualquer tema, seja religioso, seja político, até porque na escola se pode — claro! — falar sobre política; a nossa luta é contra a doutrinação política, e também somos contrários à doutrinação religiosa confessional. Se alguém quer uma doutrinação confessional, que busque uma escola confessional. O que defendemos é o conhecimento geral tanto em religiões como em política, isso é a posição que nós defendemos, mas nunca a de tirar o direito dos professores.

Agora, estamos vendo o quê? Através do Ministério da Cultura, aparece essa novidade. E olha: o mundo todo tem assistido atônito o que acontece através do extremismo religioso, principalmente, no meio islâmico ou muçulmano.

A nossa preocupação é que não sejam usadas as nossas crianças ou catequisadas nas escolas as nossas crianças para essas ideologias que buscam destruir vidas e destruir pessoas em todo o mundo.

Nós temos assistido, todo o mundo tem assistido, o que hoje esses radicais islâmicos têm feito. Nós não somos favoráveis que hoje o Ministério da Cultura invista tanto dinheiro para propagar ideologias que não fazem parte do nosso mundo cristão brasileiro.



---

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Pastor Eurico.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Pellegrino, do PT da Bahia.

Depois, nós vamos continuar na Bahia, com o Deputado Bebeto.

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, O Instituto Ipsos acaba de publicar mais uma pesquisa de opinião. Segundo essa pesquisa, o Presidente Michel Temer tem 87% de rejeição e só 10% de aprovação. Mais uma vez, a pesquisa revela uma ampla repulsa da população brasileira contra a reforma trabalhista e a reforma da Previdência.

Quero dizer aos Deputados que estão pensando em votar essa reforma da Previdência e a reforma trabalhista que o Presidente Michel Temer está chamando esses Deputados para jogar o jogo da Baleia Azul, que é o jogo do suicídio político. Quem votar a favor da reforma trabalhista ou da reforma da Previdência não vai escapar, ninguém!

Sexta-feira o Brasil vai ter a maior greve geral da sua história. Escrevam o que eu estou dizendo. O País vai parar, de norte a sul. Vários bispos da Igreja Católica — a CNBB está reunindo-se neste momento — manifestaram a sua simpatia por esse movimento e a repulsa à reforma trabalhista e à reforma da Previdência. Várias Igrejas evangélicas também já se manifestaram contra a reforma trabalhista e contra a reforma da Previdência.

E, aí, alguns Deputados, na Comissão Especial e neste plenário, tentam defender o indefensável, dizendo que essa reforma trabalhista vai aumentar o



---

emprego no Brasil. Isso é uma mentira, isso é uma falácia. O período em que o Brasil viveu uma situação de pleno emprego foi o período do Governo Lula e do Governo Dilma, quando se chegou à taxa de desemprego de 4,8%, período em que havia todos esses direitos que estão aí na Constituição, nas legislações, na CLT e na jurisprudência.

O que faz emprego no Brasil é investimento estatal, são compras públicas, é fazer a economia girar para frente.

Cada emprego gerado na indústria representa três empregos no comércio, no setor de serviço e por aí vai. A roda da história está girando para trás no Governo Temer. Essa é a grande questão.

Segunda falácia: essa legislação é de 1940. Isso não é verdade. A CLT é 1943, mas depois dela tivemos uma legislação esparsa, uma legislação que foi construída, atualizada, que tem toda a jurisprudência da Justiça do Trabalho. É por isso que esta reforma tem um triplice pilar: ela quer desmontar a CLT, a legislação esparsa, para precarizar o trabalho no Brasil. Nós vamos voltar à Constituição de 1930, quando o trabalho era fator de produção e não de consumo. Isso é um erro, é um equívoco profundo. Essa proposta quer destruir o movimento sindical, para evitar resistência; e quer promover o desmonte da Justiça do trabalho, que é quem constrói a jurisprudência de atualização e de proteção do trabalhador. Isso é um equívoco profundo.

Salário no Brasil é solução, não é problema. Quanto maior o salário, maior o consumo, maior a arrecadação. Isso a história recente do Brasil já demonstrou claramente. No Governo Lula, foram criados 12 milhões de empregos.



---

Portanto, quero fazer um alerta aos Deputados: essa reforma é um equívoco profundo. E nós vamos derrotá-la neste plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Antes de passar a palavra ao Deputado Bebeto, concedo a palavra ao Deputado Júlio Delgado, por 1 minuto.

**O SR. JÚLIO DELGADO** (PSB-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, eu queria fazer um alerta ao Governo. O Governo demonstra claramente, Deputado Henrique Fontana, a sua fragilidade total. Num projeto de lei que não precisa nem de quórum qualificado, ele tira três Ministros de Pernambuco de suas respectivas Pastas, o que enseja a retirada de dois Deputados da nossa bancada que acompanhariam a decisão partidária, para virem votar a favor da reforma trabalhista.

Além de demonstrar fragilidade, Deputado Bebeto, isso evidencia uma afronta à decisão do partido, que fechou contra a reforma trabalhista e contra a reforma previdenciária.

Eu quero deixar clara aqui essa afronta. O Governo tem oito Ministros Deputados. Só tira os de Pernambuco, o que enseja alteração na votação dentro da bancada do PSB. Isso demonstra claramente uma afronta ao PSB, alterando a votação dentro de sua bancada, para que eles possam votar diferentemente da orientação partidária.

Trata-se de uma afronta ao partido, de uma desconsideração do Governo Federal, do Presidente Temer, a uma legenda que tem 70 anos de história neste País. Eu quero deixar isso bem claro.



---

Muito obrigado, Deputado Bebeto, por ter-me concedido a oportunidade antes de seu discurso.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Bebeto, do PSB da Bahia. V.Exa. dispõe de 3 minutos.

**O SR. BEBETO** (PSB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prezado Deputado Júlio Delgado, este é um tema caro ao nosso partido, e nós saberemos enfrentar esse debate no interior da nossa bancada. O exame que nós fizemos a respeito das circunstâncias que a conjuntura atual nos apresenta levou nosso partido a adotar uma resolução política. Mas nós saberemos tratar deste tema no momento oportuno.

Minha vinda a esta tribuna, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dá-se em função da Portaria nº 445, de 2014, cuja vigência vai expirar no dia 30 de abril, o que coloca em pânico populações tradicionais, extrativistas. Trata-se de mais de 100 mil famílias envolvidas em 18 Estados do Brasil, que poderiam ficar desprotegidas nas atividades de cata, de pesca e, sobretudo, na ação extrativista em nossos 18 Estados.

Em função dessa perspectiva, a Associação Mãe dos Extrativistas da RESEX de Canavieiras — AMEX, uma instituição importante, juntamente com a Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos – CONFREM atuaram nesta Casa, incidiram sobre nossos Deputados, foram ao nosso gabinete e pediram uma revisão da medida que vai expirar no dia 30 de abril. Pediram que o Governo editasse nova portaria para garantir essa atividade importante para as populações tradicionais na pesca do guaiamu.



No sul da Bahia, por exemplo, Ilhéus, Canavieiras, Una, mais de 10 mil pessoas vivem desta atividade. Nós tivemos a felicidade, este é um ato positivo de ver a edição de uma nova portaria, a Portaria nº 161, de 20 de abril de 2017, do Ministério do Meio Ambiente, que prorroga esta atividade da coleta da pesca do ganhamum para até maio de 2018.

Portanto, eu quero aqui parabenizar a ação da AMEX — Associação Mãe dos Pescadores Extrativistas de Canavieiras, a ação da Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Costeiros Marinhos, através do Carlinhos, que é da cidade de Canavieiras. Quero dizer que esta é uma vitória daquela população e daquelas populações tradicionais extrativistas e parabenizar essa iniciativa do Ministério do Meio Ambiente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Beбето.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly. *(Pausa.)*

Antes de o próximo orador falar, que é o Deputado Fábio Sousa, vou ler um comunicado do Presidente:

*Sr. Presidente, comunico a Vossa Excelência e, por seu intermédio, à Câmara dos Deputados, que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional para terça-feira, dia 2 de maio de 2017, às dezoito horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à deliberação dos Vetos nºs 47 a 52 de 2016, e nºs 1 a 9 de 2017, do Projeto de Resolução nº 1, de 2017, e dá outras providências.*



---

Este documento foi encaminhado ao nosso Presidente Rodrigo Maia.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Fábio Sousa.

V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

**O SR. FÁBIO SOUSA** (PSDB-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de falar do tema de que eu gostaria de tratar aqui hoje, eu quero falar na qualidade de alguém que é contra a reforma da Previdência proposta, de quem vai votar contra.

Mas eu quero, na hora em que formos debater a reforma trabalhista, saber os argumentos. Não essas teses mequetrefes que dizem que *“fere a CLT, fere isso, fere aquilo”*. Não. Eu quero saber onde está o erro, onde está ferindo, o que é contrário. Não quero ficar só nesse “bate-rebate” que parece que é decorado em salas para todo mundo falar a mesma coisa e no final não falar nada.

Sr. Presidente, o que me traz aqui é um assunto muito sério. O Congresso Nacional aprovou há uns 2 anos a Lei 12.732, que foi sancionada pela Presidente deposta. Por meio desta lei, todas as pessoas que procurassem o Sistema Único de Saúde para se tratar de câncer, ou tivessem o diagnóstico da doença, teriam 60 dias — a autoria foi de uma Deputada inclusive de Goiás — para se tratar, obrigatoriamente.

A verdade é que — reportagens Brasil a fora mostram isso — mais de 50% dos diagnosticados com câncer no País que procuram o Sistema Único de Saúde não conseguem tratamento.

Delegado, eles não conseguem nem fazer os exames necessários.



Então, eu estou apresentando uma alteração à lei. Caso passe o prazo que a lei determina, a pessoa vai poder procurar a rede particular, e o Estado em que a pessoa mora será obrigado a custear o atendimento, o tratamento, os exames, tudo o que for necessário para que a pessoa tenha atendimento que ela precisa.

E vou além: o descumprimento dessa lei será tratado, direta ou indiretamente, com pena de responsabilidade para os gestores.

Nós estamos vendo no Brasil todo pessoas morrendo sem terem a condição de começar o tratamento. Senhoras e senhores, nós sabemos que o tumor de quem é diagnosticado com câncer no início, muitas vezes, é pequeno. Quanto mais rápido se conseguir cirurgia e iniciar o tratamento, mais chances a pessoa tem de não morrer, de ser curada. Agora, se demora iniciar o tratamento, se demora até fazer o exame, evidentemente a pessoa não tem chance.

Sr. Presidente, como esse é um assunto é muito sério, me concede mais 1 minuto, por gentileza, para eu terminar meu raciocínio? *(Pausa.)* Obrigado.

Eu peço aos senhores que me ajudem na aprovação dessa matéria, porque ela será importantíssima para os pacientes, será importantíssima para as pessoas diagnosticadas poderem se tratar. Quando o diagnóstico é feito cedo, a condição real de cura é possível, o que não ocorre quando não se tem acesso ao tratamento.

Para se ter uma ideia, há pessoas que são diagnosticadas com câncer que ficam 6 meses, 7 meses sem fazer exame, sem iniciar o tratamento. É lógico que essa pessoa não terá chance.

Agora, eu vou além e, por isso, eu estou propondo uma CPI nesta Casa para investigar essa situação. Peço a ajuda de V.Exas. para a abertura dessa CPI, pois ainda não consegui as assinaturas necessárias.



Deputada Luiza Erundina, há um Estado no Brasil que não tem uma máquina de radioterapia para ser usada pelo Sistema Único de Saúde. Isso é um absurdo. Enquanto isso, há equipamentos, há insumos encaixotados em Brasília, que poderiam ser distribuídos para o Brasil afora.

Vamos mudar essa realidade. Vamos tratar das pessoas.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Fábio Sousa.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Passo a palavra ao nobre Deputado Zé Geraldo, do PT do Pará.

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu vou continuar falando desta tribuna tudo aquilo que a maioria do povo brasileiro não lê e não ouve nos grandes jornais escritos e televisionados deste País.

Falta dinheiro para tudo, para as universidades, para os hospitais, para as rodovias, para o saneamento. Enfim, o Brasil está parado. E o Governo quer tirar de quem não tem, dos pobres, que pagam mais caro para viver neste País. Nós tivemos uma melhoria salarial? Tivemos, mas o custo de vida também foi crescendo.

Em Brasília, entre ir e vir, um cidadão chega a gastar 10 reais de passagem de ônibus. Lá em Belém do Pará, um litro de farinha de mandioca chega a custar 5 reais na feira, um quilo de banana chega a custar 10 reais, um quilo de carne de boi, de filé, custa 45 reais; um quilo de peixe custa 20 reais, 25 reais ou 30 reais. Então, tudo ficou mais caro, as mensalidades escolares, os planos de saúde. E o Governo vem com essas reformas para colocar o povo para trabalhar mais e ganhar menos.



---

Eu pergunto ao povo brasileiro e ao Governo brasileiro: por que o Governo não encara os 3 trilhões de dívidas judicializadas de sonegação que existem neste País?

Chame esses devedores e faça um acordo: *“Olha, vocês vão pagar 30% do que devem”*. Isso daria quase 1 trilhão. Se começarem pagando 10%, o Governo arrecadaria quase 100 bilhões. Aí, seria possível colocar 2 bilhões, 3 bilhões nas rodovias, nas universidades. Vai ter dinheiro para retomar a economia, para gerar emprego e para proporcionar bem-estar.

Imaginem que, nas Rodovias Santarém-Cuiabá e Transamazônica, no Pará, abertas há 40 anos, das quais os Governos Lula e Dilma começaram o asfaltamento, por meio do PAC, nós ainda temos 500 quilômetros para serem asfaltados, além de 40, 50 pontes para serem feitas. Com esse Orçamento anual que nós começamos a ter no ano passado e neste ano, nós vamos demorar mais 10, 15 anos para asfaltar essas rodovias, coisa que podia ser feita em 2 anos, bastava colocar 1 bilhão para isso no Orçamento, que é o que custará para terminar aqueles asfaltamentos com aquelas pontes.

Eles, porém, destinam 40, 50 milhões de para uma região em que, por 6 meses, chove e, durante 6 meses, faz sol — então, as empresas na Amazônia só podem trabalhar com a construção de rodovias durante 6 meses. Se existem 10, 15 contratos em duas grandes rodovias e se destinam 100 milhões para isso, ao se dividir esse valor por 10 empresas, dá 10 milhões para cada. Qual é a empresa que vai se instalar lá com 10 milhões, sabendo que ela não conseguirá trabalhar nem 3, 4 meses com esse dinheiro? E o tempo em que ela vai ficar parada? Então, isso não tem cabimento.



Então, o Governo precisa ir atrás da sonegação neste País, assim como nós fizemos com o repatriamento, que trouxe, rapidamente, 60, 70 bilhões. Proponha um plano de arrecadação daquilo que já foi sonegado e vamos começar a cobrar de quem ganha mais.

O dia em que eu vir aqui William Bonner, Faustão, Ratinho, esse povo que ganha 100, 200, 300, 400, 500, 600 mil pagar mais imposto, aí eu até topo discutir.

Agora, desde quando estou nesta Casa, aqui só há medida para retirar do pequeno, e o rico fica tranquilo. O Governo não cria medidas para fazer essa arrecadação.

Solicito que este pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

*O Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Dagoberto Nogueira, 1º Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Dagoberto Nogueira) - Com a palavra o Deputado Professor Victório Galli.

**O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI** (PSC-MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, subo à tribuna desta Casa para falar a respeito de um jogo satânico que está circulando nas redes sociais, no Facebook.

Precisamos conter essa onda de casos de morte de adolescentes por suicídio. É necessário somarmos esforços junto às autoridades policiais para contermos essa onda violenta. Esse tipo de crime, através desse suposto jogo, vem



---

sendo praticado por meio do ingresso dos jovens em grupos secretos nas redes sociais, com ênfase no Facebook, onde são criados.

As regras desse jogo não permitem que os participantes saiam do desafio, porque, em caso de desistência, os indutores do desafio ameaçam de morte as pessoas da família, forçando a vítima a cumprir o desafio e, como última etapa, a cometer o próprio suicídio.

Esse jogo criminoso Baleia Azul é fato, e essa brincadeira criminosa está fazendo parte de uma realidade nas redes sociais em nosso País.

Esses grupos usam o estímulo do desafio, trazendo à mente do participante a ideia de serem importantes no grupo, por estarem fazendo coisas difíceis e desafiadoras.

Este caso merece atenção especial desta Casa Legislativa. Quero aqui conclamar os nobres pares para tomarmos providências a fim de estancarmos e censurarmos esse tipo de atividade perigosa e ilícita.

Esse tipo de jogo tem atingido aqueles jovens que estão em áreas de vulnerabilidade ou estão passando por algum transtorno psicológico, campo fértil para os criminosos induzirem a banalização violenta em seus participantes.

Pelo fato de esses jovens estarem emocionalmente vulneráveis, podem ser levados à prática do desafio, chegando ao cúmulo do suicídio.

Gostaria de chamar a atenção dos pais ou responsáveis pelas crianças e adolescente do nosso Brasil de forma a preveni-los deste tipo de jogo mortal. É necessário o diálogo e o acompanhamento das atividades na Internet, principalmente se for identificada alguma alteração comportamental no seu filho.

Concluo com uma citação bíblica:



*Moços e moças, velhos e crianças.*

*Louvem todos o nome do Senhor, pois somente o Seu nome é exaltado; a Sua majestade está acima da terra e dos céus.*

*Salmos 148:12-13*

Sr. Presidente, peço registro do meu pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Dagoberto Nogueira) - Pois não, Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

**O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI** (PSC-MT. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo à tribuna desta Casa para falar a respeito de um jogo satânico que está circulando nas redes sociais (face book). Precisamos conter essa onda de casos de morte de adolescentes por suicídio. É necessário somarmos esforços juntos as autoridades policiais para contermos essa onda violenta. Esse tipo de crime através desse suposto jogo vem sendo praticado por meio do ingresso dos jovens em grupos secretos nas Redes Sociais, com ênfase ao Facebook, onde são criados.

As regras desse jogo, não permitem que os participantes saiam do desafio, porque em caso de desistência, os indutores do desafio ameaçam de morte até pessoas da família, forçando a vítima cumprir o desafio, e como última etapa, a de cometer o próprio suicídio.

Esse Jogo criminoso da Baleia Azul é fato e essa brincadeira criminoso está fazendo parte de uma realidade nas redes sociais em nosso país.



Esses grupos usam o estímulo do desafio, trazendo à mente do participante, a ideia de serem importantes no grupo, por estarem fazendo coisas difíceis e desafiadoras.

Este caso merece atenção especial dessa Casa Legislativa e quero aqui conclamar os nobres pares para tomarmos providências para estancarmos e censurarmos este tipo de atividade perigosa e ilícita.

Este tipo de jogo tem pego aqueles jovens que estão em áreas de vulnerabilidade ou estão passando por algum transtorno psicológico, campo fértil para os criminosos induzirem a banalização violenta em seus participantes.

Por estes jovens estarem emocionalmente vulneráveis, poderiam ser levadas à prática do desafio, chegando ao cúmulo do suicídio.

Gostaria de chamar a atenção dos pais ou responsáveis pelas crianças e adolescente do nosso Brasil de forma a preveni-los neste tipo de jogo mortal. É necessário o diálogo e o acompanhamento das atividades na internet, principalmente se for identificada alguma alteração comportamental no seu filho.

moços e moças, velhos e crianças. Louvem todos o nome do Senhor, pois somente o seu nome é exaltado; a sua majestade está acima da terra e dos céus. Salmos 148:12-13

Peço que registrem nos meios de comunicação dessa Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Dagoberto Nogueira) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lucio Mosquini. *(Pausa.)* Não está presente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Afonso Motta. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Vitor Valim. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldenor Pereira.



---

**O SR. WALDENOR PEREIRA** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Colegas Parlamentares, no fatídico dia 17 de abril de 2016, quando esta casa legislativa decidiu pelo *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, uma Presidenta honesta, honrada, ao proferir o meu voto — naturalmente voto “não”, contra o golpe —, afirmei que aquela sessão seria lembrada no futuro como a maior farsa história política do Brasil.

O meu vaticínio se confirma, Deputado Henrique Fontana. De fato, tratou-se de um golpe institucional/parlamentar, mas que se configura hoje como um golpe classista. Porque, de fato, o golpe aconteceu, decidido por esta Casa Legislativa, contra os trabalhadores do Brasil. Foi um golpe contra o povo brasileiro, Deputada Luiza Erundina.

Nós estamos a apreciar, quase semanalmente, iniciativas perversas, maldosas, do Governo ilegítimo e golpista de Michel Temer, e todas elas ferem, afrontam a democracia brasileira.

Primeiro, eles extinguiram uma série de Ministérios que desenvolviam políticas públicas de interesse do nosso povo e que, comprovadamente, melhoravam sua qualidade de vida.

Em seguida, entregaram o pré-sal. Posteriormente, aprovaram a PEC 241, a PEC 55, no Senado, que congela por 20 anos investimentos, acaba com o programa de valorização do salário mínimo, atingindo fortemente segmentos como educação, saúde e assistência. Agora, fazem tramitar no Congresso Nacional essas duas reformas que, de fato, representam um golpe mortal para os trabalhadores brasileiros.



A reforma da Previdência acaba com a aposentadoria do povo brasileiro, e essa reforma trabalhista joga na lata do lixo a Consolidação das Leis do Trabalho.

Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir mais 1 minuto para conclusão, eu quero destacar que essa reforma trabalhista, de fato, joga no lixo a CLT, afronta direitos sociais e trabalhistas do nosso povo. São inimagináveis as iniciativas e o conteúdo desse projeto de lei.

Eu, que faço parte da Comissão Especial, tive oportunidade de avaliar com minúcia, detalhe a atenção essa matéria e de comprovar e confirmar tratar-se de fato de um projeto muito nocivo, muito perverso, muito maldoso que afronta os direitos do povo trabalhador do nosso País, decide pela prevalência do acordado sobre o legislado, permitindo o vale-tudo. Esse projeto amplia o contrato temporário para até 9 meses e institui a terceirização e até a quarteirização, porque permite que uma empresa terceirizada contrate outra empresa terceirizada para a prestação do serviço.

Por isso, no dia de hoje, nós estaremos obstruindo a sessão e, mais do que isso, estaremos convocando o povo brasileiro para, no próximo dia 28, em greve geral, dizer “não” a essas reformas nocivas do Governo golpista de Michel Temer.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dagoberto Nogueira) - Concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Deputado Dagoberto Nogueira, é uma honra vê-lo sentado, presidindo os trabalhos.



---

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu vou, neste tempo de 3 minutos, trazer à tribuna um assunto que tem sido debatido desde a megadelação da Odebrecht. Abordou-se, por diversos aspectos, a delação da Odebrecht, mas me parece que este Parlamento, inclusive a grande mídia brasileira, não está abordando, Deputado Dagoberto, a temática da corrupção endêmica nesta grande empresa brasileira.

A corrupção empresarial precisa ser debatida, Deputado Caetano, com a mesma intensidade e firmeza que a corrupção na política, que a corrupção que ocorre em empresas públicas.

Ontem, alguns aqui votaram a favor de um projeto que obriga os Estados a privatizarem suas empresas de saneamento. Pois nesta delação do Odebrecht se vê a forma como esta empreiteira corrupta, que montou uma verdadeira indústria corruptora em torno de seus negócios, atuava para conquistar as concessões de água e esgoto nas cidades.

Então, imaginem o que ela faria para privatizar a CORSAN — Companhia Riograndense de Saneamento, por exemplo, ou para privatizar todo o setor de saneamento do País. Era algo muito sofisticado, como aparecia na fala de um dos delatores. Tudo está para ser analisado, eu não prejudgo ninguém por delação, mas, obviamente, que a tendência disso ser verdadeiro é muito grande.

Os delatores diziam o seguinte: *“Eu vou dar tantos mil para esse candidato a Prefeito, tantos mil para o outro candidato a Prefeito”* porque eles queriam, corrompendo a eleição, conquistar a concessão de água e esgoto daquelas cidades em questão. Então, a corrupção empresarial, a Odebrecht é um exemplo acabado disso, tem que ser combatida com muita firmeza.



Quando eu vejo ali é delação Dr. Emílio Odebrecht, do Marcelo Odebrecht, eles não são pobres coitados que foram levados a corromper para manter obras. Não! Eles montaram uma estrutura sofisticadíssima, criminosa, Deputado Wadih Damous, para corromper negócios do interesse da sua empreiteira, da sua empresa, do seu conglomerado, com os negócios públicos.

Tinha um departamento... Eles montaram um departamento especializado, Deputada Christiane de Souza Yared, para corromper em diversos países do mundo. Então, não sejamos ingênuos, a política brasileira precisa ser profundamente modificada através de uma reforma política estrutural.

Mas os negócios de grandes empresas brasileiras também devem ser profundamente fiscalizados pelo Ministério Público, Polícia Federal e precisam passar por uma profunda reformulação, porque essa corrupção é endêmica e essas empresas corrompem para dominar o poder político, para superfaturar obras e para ter lucros imorais e indevidos a partir desses atos de corrupção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dagoberto Nogueira) - Muito bem, Deputado Henrique Fontana.

**O SR. PRESIDENTE** (Rômulo Gouveia) - Concedo a palavra ao Deputado Helder Salomão. (*Pausa.*)

**A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED** - Sr. Presidente, peço 1 minuto, por gentileza.

**O SR. PRESIDENTE** (Rômulo Gouveia) - Por 1 minuto, tem a palavra a Deputada Christiane de Souza Yared.

**A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED** (PR-PR. Sem revisão da oradora.)  
- Eu gostaria só de expressar o meu descontentamento e a minha tristeza ao ver



como esta Casa trabalha. É realmente triste ver que nós não conseguimos e nós não conseguimos discutir o trânsito deste País.

Não é possível que quase 200 pessoas morram por dia e nada seja feito! Eu tenho retirado os meus projetos de pauta, por necessidade. As pessoas me buscam, mas o Governo me busca: “*Por favor, retire de pauta*”. Não pode ocorrer isso!

Não é possível que não consigamos discutir trânsito neste País! Isso é algo vergonhoso — vergonhoso! Se você não é motorista, você é passageiro. Se não é motorista nem passageiro, é pedestre. Está todo o mundo envolvido. Não para de morrer gente. Não param de acontecer sequelas. Os acidentes cada dia aumentam mais. Mas simplesmente esta Casa não discute trânsito porque morte no trânsito é uma fatalidade. É uma vergonha isso!

**O SR. PRESIDENTE** (Rômulo Gouveia) - Será registrado, Deputada.

**O SR. PRESIDENTE** (Dagoberto Nogueira) - Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

**O SR. HELDER SALOMÃO** - Sr. Presidente, eu fui chamado.

**O SR. PRESIDENTE** (Dagoberto Nogueira) - Eu não vi que V.Exa. havia chegado.

Desculpe-me, Delegado Edson Moreira.

Está com a palavra o Deputado Helder Salomão.

**O SR. HELDER SALOMÃO** (PT-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, povo brasileiro, hoje é um dia que vai ficar marcado na história do Parlamento brasileiro. O que nós esperamos é o bom senso desta Casa, embora o que nós vimos nos últimos dias demonstre uma grande responsabilidade desta Casa com os direitos trabalhistas e previdenciários do povo brasileiro. Houve manobras do



---

Presidente da Casa para refazer uma votação e garantir a tramitação em regime de urgência da proposta de reforma trabalhista, que ontem, na Comissão Especial, da qual sou titular, teve o voto da maioria dos Deputados a favor do substitutivo do Deputado Rogério Marinho.

Felizmente, nós estamos vendo a mobilização do povo brasileiro. Várias igrejas, vários religiosos, sindicalistas, movimentos sociais, intelectuais, homens e mulheres do nosso País estão se mobilizando contra essas reformas que vão, se aprovadas, sacrificar o povo brasileiro.

Por isso, nós queremos reforçar esse convite, essa convocação para, no dia 28, fazermos uma grande paralisação no nosso País, porque, se os trabalhadores brasileiros tivessem consciência, todos eles, exatamente do que está sendo votado nesta Casa, nós teríamos não só a greve do dia 28, mas greve por tempo indeterminado, porque o que se pretende, com essas reformas, é acabar com os direitos trabalhistas, precarizar as relações de trabalho, aumentar a carga horária do trabalhador, reduzir salários, além de praticamente impossibilitar a aposentadoria dos brasileiros, com a proposta da reforma da Previdência.

Então, é hora de reagir, porque quem mais vai sofrer com as propostas deste Governo que não tem legitimidade, é exatamente a população mais pobre: homens e mulheres do campo e da cidade, professores, mulheres, jovens, aqueles que precisam do auxílio e do apoio do Estado.

Por isso, a nossa indignação contra a postura de alguns Deputados desta Casa, contra este Governo.

Vamos parar o Brasil em defesa do povo brasileiro, em defesa dos direitos trabalhistas e em defesa da aposentadoria sagrada do povo brasileiro.



Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Dagoberto Nogueira) - Concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira, que já faz tempo que está na tribuna.

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, dou como lido pronunciamento anteriormente feito sobre a atitude do STF ontem de cassar o *habeas corpus* concedido, em liminar, para a soltura do goleiro Bruno, que agora vai voltar para a cadeia, lugar de onde ele não deveria ter saído.

Sr. Presidente, continuo a falar dos caminhos do tráfico de drogas e de como o crime organizado está dominando todo o Brasil e todas as fronteiras, principalmente as áreas produtivas de cocaína, maconha e outros psicotrópicos oriundos da Bolívia, do Peru e da Tríplice Fronteira: Paraguai, Argentina e Brasil. Está beirando todo o Rio Grande do Sul e o Uruguai.

Tudo. Quer dizer, esses roubos, essas ações guerrilheiras que eles estão fazendo, não só no Brasil, mas também passando as fronteiras, como foi na Bolívia, em La Paz e, no Paraguai, terça-feira, mostra como esse crime se organizou e como a segurança pública do Estado brasileiro está definhando.

Primeiro, eles não investem na polícia investigativa. Os governos estaduais estão deixando as polícias civis morrerem de inanição, por quê? O pessoal vai aposentando e não vai sendo repostado esse pessoal, porque não se abre concurso para a reposição do efetivo da Polícia Federal. Parece que a Polícia Federal está trabalhando, está combatendo a corrupção. Isso é só para inglês ver, por que é para inglês ver? O efetivo da Polícia Federal é o mesmo efetivo de 1970. Veja bem, comparem o efetivo de 1970, da Polícia Federal, com o efeito de hoje.



O que a Polícia Federal está fazendo? Ela está selecionando os casos de maior visibilidade e está atacando por eles, e o restante fica padecendo: os grandes traficantes. E, por outro giro, o Supremo, principalmente o Ministro Marco Aurélio, fica soltando grandes traficantes, como aquele do PCC, que organizou e tocou essa ação lá no Paraguai, o “número um” do PCC, que está solto e tentou também — mais 1 minuto para concluir — resgatar do presídio de segurança máxima, o Marcola.

Parece que essa ação foi parada.

Então, o que está acontecendo no País? Os governos não estão investindo na polícia investigativa, que é, realmente, a polícia que tira de ação os criminosos. Por quê? A polícia preventiva aparece com farda bonita lá no local onde fica determinado tempo. Depois, vai embora para casa e os ladrões atacam. A polícia investigativa, não. Ela vai lá, prende o criminoso e o tira de ação. A justiça o condena e ele vai cumprir a pena. Assim, a maior prevenção está na repressão.

Gostaria que o nosso discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA** (PR-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Senhor presidente, Senhoras e senhores parlamentares, Desta vez, retorno a esta tribuna para parabenizar a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) pela sábia decisão sobre a soltura do goleiro Bruno. Na última terça-feira, por 3 votos a 1, foi revogada a decisão esdrúxula do ministro Marco Aurélio Melo de conceder habeas corpus ao mandante do assassinato de Eliza Samudio há menos de um mês.



Bruno cometeu um dos crimes mais repugnantes. Mandou matar a mãe de um de seus filhos para fugir da obrigatoriedade do pagamento de pensão alimentícia. Mandou executar a criança também. Tenho plena certeza disso. Quem cuidaria disso seria a ex-mulher, Dayanne Rodrigues, que entregou o menino a uma família moradora de uma favela, onde ele foi encontrado na ocasião das nossas investigações do caso.

O goleiro, senhor presidente, foi condenado por júri popular, em 2013, em primeira instância, a mais de 22 anos de prisão por homicídio qualificado, ocultação de cadáver e cárcere privado. O crime é grave, excelências. Por isso, jamais deveria ter sido cogitado a soltura desse assassino. Até hoje a família da vítima não conseguiu dar um enterro decente à Eliza porque o corpo sumiu, excelências.

Todos nós sabemos que a principal função da pena é a recuperação do preso para que ele possa ser reinserido na sociedade. Mas Bruno não cumpriu a punição devida. A soltura de Bruno deixou a mãe de Eliza Samudio em pânico. Ela temia pela vida do neto, que os comparsas do jogador fossem procura-la para terminar o serviço que começou, matando a criança.

Felizmente, os ministros da Primeira Turma do STF analisaram o recurso da mãe de Eliza Samudio contra a soltura, sob o argumento de que a liberdade do goleiro colocava em risco sua própria integridade física e a do neto e suspenderam o habeas corpus.

O crime foi bárbaro, contra uma mulher e uma criança, e, lamentavelmente, expõe a fragilidade do sistema penal brasileiro.

É o que eu tenho a dizer, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dagoberto Nogueira) - Concedo a palavra à Deputada Yeda Crusius, por 1 minuto.



---

**A SRA. YEDA CRUSIUS** (PSDB-RS. Sem revisão da oradora.) - Quero registrar o meu Projeto de Lei nº 7.491, de 2017, na mesma linha da segurança pública. O projeto busca isentar o Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI dos veículos para perícia criminal.

A perícia criminal nem sempre é valorizada. Mas, na verdade, qualquer processo começa a ter andamento depois que a perícia criminal cumpre a sua função.

O passivo de tantos processos que não têm andamento se deve, em grande parte, à falta de condições da perícia criminal em cada Estado.

Dando continuidade ao apoio que dei, enquanto Governadora do Rio Grande do Sul, peço que seja registrado no programa *A Voz do Brasil* este Projeto de Lei nº 7.491, que isenta do IPI veículos da perícia criminal.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Dagoberto Nogueira) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Lopes. Depois, dará sequência a Deputada Luiza Erundina.

**O SR. CHICO LOPES** (PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero agradecer o convite da Defensoria Pública do Estado do Ceará que, no dia 28 de abril de 2017, às 16 horas, no Hotel Mareiro, vai lançar a revista da Associação da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Nesse sentido, eles vão fazer o encerramento do 1º Encontro Estadual dos Defensores Públicos do Estado do Ceará. Quero agradecer o convite.

Nós temos um bom relacionamento com a Defensoria Pública no Ceará. É um órgão público que defende as pessoas mais necessitadas, que, às vezes, não têm



---

como contratar um advogado. Presta um grande serviço às pessoas carentes, às pessoas sem as menores condições.

Parabéns à Defensoria Pública do Estado do Ceará! Sucesso no evento de sexta-feira!

**O SR. PRESIDENTE** (Dagoberto Nogueira) - Com a palavra a Sra. Deputada Luiza Erundina.

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)  
- Sr. Presidente, colegas Parlamentares, a matéria que está na mesa na tarde de hoje se refere a mais uma medida de força e de crueldade deste Governo contra os trabalhadores e o povo brasileiro.

A fábrica de maldades deste Governo ilegítimo não tem limites. Há um ataque aos direitos e às conquistas dos trabalhadores e do povo brasileiro, somado ao apoio incondicional desta Casa a iniciativas cruéis de um governo que não tem nenhum apelo popular — muito pelo contrário, tem a rejeição de quase 90% do povo brasileiro e se acha em condições de promover mudanças estruturais no marco legal brasileiro, comprometendo direitos e conquistas valiosas do nosso povo.

E o pior é que, à moda e ao estilo Cunha, a Presidência desta Casa manobra regimentalmente a aceleração de processos, com a votação em regime de urgência de uma matéria que sequer havia sido discutida e muito menos votada na Comissão especial.

Por que tanta pressa, Sr. Presidente? O que esse Governo teme? Ele teme exatamente a força das ruas. Não é por acaso que anteciparam essa pauta para o dia 28, em que está programada uma grande greve geral no País.



Ao mesmo tempo, esta Casa se fecha. Suas portas estão cercadas por força policial armada até os dentes para impedir o acesso de índios e de cidadãos brasileiros para acompanhar o que ocorre nesta Casa, neste plenário, durante a votação desse pacote de maldades de um Governo corrupto, de um Governo ilegítimo, de um Governo golpista. É preciso denunciar isso ao povo.

O povo vai dar uma resposta contundente na próxima sexta-feira e não vai parar aí. O povo está se dando conta das perdas, das maldades e da crueldade desse Governo contra quem constrói o País, contra quem conquista o marco legal que reconhece direitos e a cidadania do povo brasileiro.

Era isso, Sr. Presidente. Vamos nos manter vigilantes para impedir retrocessos maiores.

*O Sr. Dagoberto Nogueira, 1º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Maia, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Alberto Filho.

**O SR. ALBERTO FILHO** (PMDB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero apenas registrar que nós acabamos de aprovar na Comissão Especial a PEC nº 304, de 2017, que é a PEC das Vaquejadas e Rodeios.

Quero parabenizar o Deputado Paulo Azi, pelo belíssimo relatório, o Presidente da Comissão, Deputado Kaio Maniçoba, que muito bem conduziu aquela Comissão, e os Parlamentares, pelo debate que ocorreu tanto a favor quanto contra que, com certeza, só contribuiu para que se aperfeiçoasse ainda mais aquela



proposta que brevemente será votada e, com certeza, aprovada aqui pelo plenário da Casa.

Quero que este meu registro seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa e também pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado João Daniel.

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado.

Sr. Presidente, eu queria registrar rapidamente que, na última segunda-feira, a nossa querida Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe — EMDAGRO — completou 55 anos de história e de compromisso com o Estado de Sergipe.

Está nesta Casa a Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Sergipe, aqui na galeria, em nome de Paulo Alves, saúdo todos os servidores e servidoras desta grande empresa que orgulha o Estado de Sergipe, em especial, os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Quero que esta carta, esta nota do sindicato, seja registrada e divulgada pelo programa *A Voz do Brasil* para parabenizar estes grandes homens e mulheres que fazem a EMDAGRO no Estado de Sergipe.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) –  
ANIVERSÁRIO DA EXTENSÃO RURAL EM SERGIPE.



---

Senhor Presidente, senhoras e senhores parlamentares ocupo esta tribuna para registrar os 55 anos da EMDAGRO.

A Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO) completou nesta segunda-feira, dia 24 de abril do corrente ano, 55 anos de existência. Instituída em 1962, tinha como objetivo implantar em Sergipe, o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, vindo a receber naquela época, o nome de Ancar-SE. Sua criação se deu em solenidade de assinatura do convênio entre o Governo do Estado, a Ancar, Banco do Nordeste do Brasil S/A e a Arquidiocese Metropolitana de Aracaju.

Criada em 1962, a ANCAR-SE foi transformada na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-SE) em 1976. Em 1991, por sua vez, a Emater-SE foi transformada em EMDAGRO.

A Emdagro é uma empresa pública estadual, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, com visão de contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar e expansão da agropecuária do Estado de Sergipe, atuando nas áreas da Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa, Defesa Agropecuária e Ações Fundiárias, para assegurar o desenvolvimento sustentável e o bem estar da sociedade.

A EMDAGRO atua em todos os 75 municípios do estado, através de 34 escritórios locais, 4 escritórios regionais, 3 centros de treinamentos, 3 estações experimentais, 5 postos de fiscalização agropecuária em fronteiras, e uma sede central em Aracaju.

Em que pese às dificuldades financeiras atravessadas pelos Governos Federal e Estadual, a EMDAGRO deu continuidade à execução das políticas



---

públicas direcionadas aos agricultores familiares e demais produtores rurais do estado, através de diversos programas, projetos e ações.

Através de suas principais linhas de ação: Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Defesa Sanitária Animal e Vegetal, Regularização Fundiária e Pesquisa Agropecuária, foram assistidos, beneficiados e atendidos diversos segmentos dos produtores rurais, com prioridade para os agricultores familiares, com o apoio e aporte de recursos oriundos das esferas federal, estadual e próprios.

No exercício de 2016, foram beneficiados, assistidos e atendidos diretamente, 29.744 produtores rurais e 7.202 trabalhadores rurais, nos 75 municípios do estado, ambos os dados sem repetição; 326 organizações formais e informais de agricultores e agricultoras rurais; com atuação direta e sistemática em 598 comunidades rurais, através de diversas ações de políticas públicas definidas pelos Governos Federal e estadual.

No ano em tela, a EMDAGRO deu prosseguimento à execução de uma Chamada Pública, denominada Chamada da Sustentabilidade, prestando serviços de ATER a 1.760 agricultores familiares em três dos quatro Territórios da Cidadania em Sergipe, quais sejam: Sertão Ocidental, Sul Sergipano e Alto Sertão Sergipano.

Através do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), no exercício de 2016, foram desenvolvidas diversas ações, prestando-se assistência/atendimento direto a 29.744 agricultores familiares em todos os municípios do estado.

Todo esse amplo e essencial trabalho desenvolvido pela Emdagro está comprometido, por uma série de fatores que vão desde à falta de uma estrutura física e financeira necessária para o perfeito e seguro desenvolvimento dos serviços,



à falta de concurso público para renovação e ampliação do quadro funcional da empresa. Aliado a isso, está a falta de consolidação de uma política nacional capaz de garantir a sustentabilidade da Assistência Técnica e Extensão Rural para os agricultores familiares.

Parabéns à Emdagro pelos seus 55 anos de bons serviços prestados à sociedade sergipana.

Sindicato dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Sergipe (SINTER-SE).

Presidente: Paulo Alves Filho

Vice-Presidente: Xerxes Santos Furtado

Diretor de Política Sindical: Carlos César Santana Valadares

Diretor Jurídico: José Néviton Santos Melo

Diretor de Comunicação: Erinaldo Pereira dos Santos

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Heitor Schuch.

**O SR. HEITOR SCHUCH** (PSB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria registrar, com muita alegria e muita satisfação, que a FETAG-RS — Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul e o seu Sindicato dos Trabalhadores Rurais, desde ontem, estão fazendo grandes mobilizações. Ontem a mobilização foi em Frederico Westphalen e hoje é em São Sepé, na região central do Estado, em defesa da Previdência Social, contra a reforma da Previdência, contra a reforma trabalhista, a favor do trabalho e a favor da agricultura familiar. Estão lá reunidos, debaixo de chuva, fazendo caminhadas, visitando



---

comércios, conversando com Prefeitos, que serão grandes vítimas também dessa reforma, com o corte das aposentadorias que está posto.

Que a partir daí, nós possamos ter aqui também o nosso compromisso. Eu tenho o meu compromisso e quero renová-lo com a nossa categoria da agricultura familiar, do desenvolvimento rural. Quero parabenizar cada homem e cada mulher que está lá na mobilização, levantando a bandeira, dizendo as palavras de ordem, pela defesa da agricultura familiar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Fabio Reis.

**O SR. FABIO REIS** (PMDB-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu comunico a todos os nossos colegas, com muita alegria, que na última segunda-feira estive em audiência com o querido Ministro da Educação, Mendonça Filho, quando levamos diversos pleitos do Estado de Sergipe.

Lá, graças a Deus, ao lado também da Senadora D. Maria do Carmo, conquistamos a construção do Campus do Sertão. Esse *campus* já está funcionando numa sede provisória que foi oferecida pelo Governador Jackson Barreto e a Universidade Federal de Sergipe — UFS já tem disponível o terreno. Agora nós conquistamos, graças a Deus, a construção definitiva do *campus* da Universidade Federal de Sergipe no Sertão sergipano, no Município de Nossa Senhora da Glória.

Então, eu fico muito feliz. Tenho certeza absoluta de que todos os sertanejos daquela região do Estado de Sergipe estão muito felizes com isso.

Sr. Presidente, já marcamos com o Ministro sua ida àquele Estado para também inaugurar, no final de maio, na Universidade Federal, no *Campus* de



Lagarto, Município ao qual pertenço, o Centro Odontológico. Conseqüentemente, iremos ao Município de Nossa Senhora da Glória, com o intuito de garantir os recursos para a construção do *campus* do Sertão.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Fábio Mitidieri, por 1 minuto, e, em seguida, ao Deputado Caetano, por 3 minutos.

Tem a palavra o Deputado Fábio Mitidieri.

**O SR. FÁBIO MITIDIERI** (PSD-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, a Comissão Especial que analisa a PEC das Vaquejadas acaba de aprovar o relatório do Deputado Paulo Azi, com uma votação expressiva de 18 votos a 1.

Em nome de toda a vaqueirama sergipana, nordestina e brasileira, nós viemos aqui agradecer a Comissão Especial e pedir a V.Exa, Presidente Rodrigo Maia, que pautasse essa PEC das Vaquejadas, que valoriza a cultura nordestina, o investimento e a economia.

Em nome de todos, eu agradeço a Comissão Especial e peço novamente a V.Exa. que a coloque em pauta.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado Fábio Mitidieri, nós vamos pautá-la sim. Estávamos apenas aguardando a decisão da Comissão. Como a Comissão já votou, agora ela está pronta para vir ao plenário. Nós a pautaremos o mais breve possível, a seu pedido.

**O SR. FÁBIO MITIDIERI** - O povo nordestino agradece.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Caetano.



---

**O SR. CAETANO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero falar especialmente para o povo brasileiro.

O que nós estamos vendo nesta Casa é que ninguém mais sabe quem é o Líder do Governo. Não há orientação da base do Governo, por intermédio do seu Líder. Quem orienta hoje a base do Governo é a *TV Globo*. De manhã, de tarde e de noite, a *TV Globo* orienta o que se deve fazer aqui nesta Casa.

Hoje a manchete dos jornais *O Globo*, *Estadão* e *Folha de S. Paulo* foi sobre a reforma trabalhista. Nessas reportagens, eles dizem o que dizem aqui os Deputados da base do Governo: que é preciso modernizar as leis trabalhistas. Este é o argumento da *TV Globo*, que é o argumento dos Deputados da base do Governo.

Como é que podem modernizar as leis trabalhistas sem discutirem com as centrais únicas, sem discutirem com os trabalhadores, sem desfazerem um pacto com o movimento sindical deste País?

O que se fala aqui, pela *TV Globo*, por todos os cantos, é que é preciso mudar a CLT, que a causa do problema do desemprego é a CLT, que está defasada.

Ora, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, o Lula trouxe o desemprego para 4,8%. Deu pleno emprego a este País e não buliu na CLT, não modificou a CLT.

Isso é conversa fiada! Não é a CLT que está trazendo o desemprego a este País. É a *GNT*, é o Governo de Michel Temer e *GNT* que está afundando este País. Esta reforma proposta nesta Casa, que passou ontem na Comissão e que hoje vem



---

a Plenário, não é uma reforma — é uma “deforma”. Estão deformando as leis trabalhistas. Estão destruindo a Justiça do Trabalho deste País.

Obviamente, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa tem que reagir. Parabéns ao PSB!

Parabéns ao PSB de sair da base e aqui fechar acordo no sentido de apoiar o povo brasileiro. O que o povo precisa fazer está fazendo, que é se mobilizar.

No dia 28, vamos parar o Brasil. Verás, Brasil, que um filho teu verdadeiro não foge à luta e não vai fugir neste momento em que o Brasil precisa dizer a esta Casa o que os índios disseram aqui ontem: respeitem os índios, respeitem os trabalhadores e as trabalhadoras, respeitem o povo brasileiro, respeitem a Nação brasileira.

Esta “deforma” trabalhista que eles querem empurrar aqui goela abaixo de todo jeito não ajuda o povo brasileiro, não ajuda ninguém, só ajuda o capital financeiro. Esta é uma reforma para atender a *Globo*, para atender ao sistema financeiro deste País, para atender o imperialismo, para atender apenas aqueles que detêm a força do capital deste País.

Por isso eu vou votar contra essa “deforma” trabalhista que eles estão apresentando aqui hoje, esse GMT, esse Governo Michel Temer, que é o Governo que afundou, que não tem nada de bom, que não traz nada de novo, apenas fome, miséria e desemprego para o nosso País.

Fora Temer! Viva o povo brasileiro! Viva a greve do dia 28.

*O Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Domingos Sávio, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*



---

**O SR. PRESIDENTE** (Domingos Sávio) - Na sequência, concedo a palavra à Deputada Norma Ayub.

**A SRA. NORMA AYUB** (DEM-ES. Sem revisão da oradora) - Exmo. Presidente, Srs. Deputados, hoje estou aqui para falar da precária situação da saúde pública do meu querido Espírito Santo.

No meu Estado, Sr. Presidente, em vários Municípios, com destaque para Itapemirim e Lúna, muitas famílias vêm perdendo entes queridos pela falta de leitos de UTI na rede pública.

O Hospital Evangélico de Itapemirim e a Santa Casa de Lúna estão com as obras praticamente concluídas para o funcionamento de 20 leitos de UTI, faltando somente a aquisição dos equipamentos e o envio do processo ao Ministério da Saúde.

O Ministro interino, Dr. Francisco de Assis Figueiredo, em audiência pessoal, declarou a esta Deputada que daria total apoio à aprovação imediata para sua implantação.

A situação continua tão grave, porque o Governo do Estado, mesmo depois de receber cerca de 25 milhões da Assembleia Legislativa exclusivamente para a criação de leitos de UTI, não vem cumprindo suas obrigações legais, nem mediante determinação judicial.

Um grande desrespeito com o povo capixaba, e isso não pode continuar.

Neste momento, queremos chamar a atenção do Governo do Estado do Espírito Santo para a imediata liberação de uma parcela de 6 milhões de reais, para salvar vidas nos Municípios de Itapemirim e Lúna, onde as obras estão prontas.



Como já disse, os recursos financeiros foram entregues pela Assembleia Legislativa para essa finalidade.

Registro aqui o meu protesto e a minha indignação, pedindo ao Ministério Público Estadual e Federal que apurem as mortes ocorridas, principalmente no sul do Estado, perante a omissão do Governo do Estado e do Município de Itapemirim pela não disponibilização de leitos de UTI.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Que Deus nos abençoe!

*O Sr. Domingos Sávio, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Vanderlei Macris, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlei Macris) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado João Daniel. *(Pausa.)*

A seguir, concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio, por 3 minutos. V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, não é novidade para ninguém que nós vivemos um dos momentos mais graves do nosso País. Mas um momento como este tem que ser enfrentado com muita responsabilidade, com muita coragem e ouvindo o povo brasileiro.

Sem dúvida, o primeiro sentimento do povo brasileiro com o qual nós comungamos — e que foi o que nos motivou desde o primeiro momento neste mandato — é a luta contra a corrupção. Portanto, isso tem que ficar muito claro. Nós todos temos o dever de dar todo o apoio não só à Operação Lava-Jato, mas a todas



---

as demais ações da Polícia Federal, do Ministério Público, para que se separe o joio do trigo. Isso é fundamental.

Não adianta também tentarem julgar todo mundo numa vala comum e dizer: *“Olha, ninguém vale nada, nós vamos acabar com a democracia por esse caminho de tentar desacreditar a todos”*. Isso interessa aos bandidos. A quem tem a consciência limpa e tem história de trabalho interessa a investigação clara e transparente, para separar o joio do trigo. É isso o que eu sempre defendi e continuarei defendendo.

Agora nós temos os problemas do dia a dia, como a realidade do desemprego neste Brasil. Essa realidade tem que ser enfrentada, sim, modernizando as relações de trabalho, melhorando a economia do País. Acredito que não se enfrenta essa realidade fazendo uma greve e parando tudo pura e simplesmente, embora eu respeite o direito de cada um de se manifestar e protestar. Isso é legítimo, até porque é hora, sim, de o povo manifestar o sentimento que tem e é hora de nós ouvirmos o povo.

Por um lado, eu acredito que temos que melhorar a economia, ter austeridade, mas tenho deixado claro que nós não podemos sacrificar os mais pobres.

Por isso defendi, continuo defendendo, claramente dentro do meu partido que não devemos votar a reforma da Previdência antes de termos uma auditoria correta feita pelo Tribunal de Contas. Requeri isso, por escrito, há mais de 1 mês, tenho cobrado do Tribunal de Contas, tenho cobrado, inclusive, das autoridades do Executivo, manifestei ao Presidente desta Casa, ao Relator da reforma da Previdência. Temos que ter, sim, uma auditoria para ter clareza. Há déficit? Qual é o



déficit? Há devedores? Está cobrando de todos os devedores? Há privilégio? Tem que acabar com o privilégio. Não pode ter aposentadoria milionária para Deputado, para o Judiciário, para funcionário público que tenha salários de marajá. Tem que cortar primeiro os privilégios. Tem que cortar na carne, se preciso, diminuir, inclusive, cargos comissionados, despesas da Câmara, fazer uma política de austeridade e não sacrificar o mais pobre primeiro.

Então, a auditoria é necessária. Entendo que ela deve ser feita primeiro para depois partirmos para qualquer processo de votação. Aí, sim, votarmos uma reforma em que se corte primeiro o privilégio, uma reforma em que se cobre claramente quem deve e não permita isenções absurdas para grandes corporações multinacionais. Mas é claro que se necessário for para garantir a seguridade no futuro que se discuta um aumento do tempo de contribuição, mas não de uma forma exagerada, que se discuta uma revisão da idade mínima para se aposentar. Eu já fiz 60 anos. Eu pago o INSS desde os 15 anos de idade, continuo pagando o INSS. Não vou me aposentar pela Câmara dos Deputados. Pago o meu INSS e acredito que não podemos ter privilégios para A ou B. Isso nos dá moral para discutir, sim, as mudanças que o País precisa, como a da reforma trabalhista, sem tirar direitos do trabalhador, mas modernizando a relação de trabalho, respeitando o trabalhador e respeitando o empregador. É o que pensamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlei Macris) - Passo a palavra ao Deputado Marcon, por 1 minuto.

**O SR. MARCON** (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.



Eu quero registrar a minha solidariedade à família e a minha indignação pela morte dos nove trabalhadores no último dia 20 de abril, no Estado de Mato Grosso, no Município de Colniza.

É uma região conflituosa em Mato Grosso. Trabalhadores que brigavam pelo direito à terra, à dignidade e à cidadania foram mortos. Naquela região, é costumeiro acontecer isso. Esperamos que o Governo Federal tome as medidas que têm que ser tomadas: agilizar a reforma agrária e a implantação de assentamentos.

Sr. Presidente, gostaria que fosse divulgada no programa *A Voz do Brasil* a minha solidariedade à família dos nove companheiros mortos no Estado de Mato Grosso.

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlei Macris) - Está deferido.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

**O SR. MARCON** (PT-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a tragédia anunciada e concretizada na manhã do dia 20 de abril, em Colniza interior de Mato Grosso, que culminou com a chacina (a tiros e facadas) de 09 companheiros acampados, não é um fato isolado, os dados têm mostrado a região onde o município se localiza como um dos mais violentos do Estado de Mato Grosso, que é um dos estados mais violento do Brasil. Como já demonstra o Cadernos de Conflito no Campo, lançado pela CPT no dia 17 de abril de 2017.

Essa onda de violência integra um avanço do modelo capitalista sobre os direitos dos trabalhadores sobre a apropriação dos recursos naturais, terra, minerais, água e etc. Avanço este potencializado pelo golpe que o Brasil esta vivendo, e por projetos de lei como a PEC 215 que dispõem sobre terras indígenas e quilombolas,



---

a MP759 que dispõem sobre a reforma agrária e a PL 4059 sobre a compra de terras por estrangeiros, além de outra gama de projetos de lei e medidas provisória que não são criados no sentido de resolver os problemas do campo, mas de aumentar a concentração fundiária.

Essa concentração que leva ao extermínio da biodiversidade, dos recursos naturais e das pessoas nas chamadas áreas de fronteiras.

Colniza hoje chora a morte e o desaparecimento dessas pessoas abandonadas pelo Estado, como a dois anos choraram a morte de Josias Paulino de Castro e Irani da Silva Castro – dirigentes camponeses do município, assassinados dois dias após denunciar ameaças para o ouvidor nacional do INCRA.

Mato Grosso chora por saber que há outras mortes anunciadas, e que nada esta sendo encaminhado no sentido de impedir essas novas tragédias, o Brasil chora pela repetição desses ocorridos, que marcam o mês de abril. Tragédias como El Dourado dos Carajás que dia 17 completou 21 anos de impunidade, e que deixa a sensação de que trabalhadores podem ser assassinados que nada acontecerá aos mandantes. Assim como tantas outras mortes, não divulgadas.

Não podemos nos calar diante de tão grande dor, que nossa indignação alcance os responsáveis diretos e indiretos por este massacre, e que este não seja mais um caso de impunidade e que o estado não seja novamente conivente com os assassinos.

*“A cada companheiro tombado, nenhum minuto de silencio, mas toda uma vida de luta.”*

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlei Macris) - Passo a palavra ao Deputado João Daniel, por 3 minutos.



---

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós gostaríamos que fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* o nosso pronunciamento de homenagem aos 75 anos de história da morte da grande lutadora Olga Benário.

Nesses momentos de crise, em que a classe trabalhadora está sendo ameaçada em todos os seus direitos, nada melhor do que lembrarmos aqueles que deram a vida pelas causas revolucionárias e por um mundo mais justo.

No dia 23 de abril de 1942, portanto, há 75 anos, foi o assassinato de Olga Benário.

Ela foi uma revolucionária do mundo, defensora da classe trabalhadora e das mulheres, que lutou e deu a sua vida pelas causas do socialismo e do direito da classe trabalhadora, das mulheres e dos homens.

Sr. Presidente, nós tivemos a oportunidade, na última segunda-feira, de fazer um grande debate aqui em Brasília, num seminário organizado pela nossa bancada. Tivemos a oportunidade de ouvir estudiosos, professores, pesquisadores e também aquele que conhece profundamente, como ninguém, a economia e a história do Brasil, o ex-Presidente e eterno Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Neste momento, no Brasil, nós temos dois projetos que estão em jogo. Um deles é o que estão querendo implementar, que vem com o golpe que derrubou a Presidente Dilma. Ele inclui a PEC 55, as terceirizações, a reforma trabalhista, a reforma da Previdência e os ajustes que paralisam a economia e geram desemprego, e, gerando desemprego, desvalorizam e precarizam o trabalho. Assim, a classe trabalhadora se enfraquece e se humilha muitas vezes para poder arrumar um emprego.



Neste momento, entram em pauta a reforma trabalhista e a reforma da Previdência, na contramão de tudo aquilo que foi a luta histórica dos trabalhadores e dos governos progressistas e populares da história do Brasil, e, entre eles, os maiores foram os do Presidente Lula e da Presidenta Dilma.

A votação de hoje retira conquistas histórias da classe trabalhadora. A nossa economia só voltará a crescer se nós gerarmos empregos, se nós investirmos nas pequenas empresas, nos pequenos negócios, na reforma agrária, na agricultura familiar, na economia interna.

Neste momento, o Governo faz totalmente o contrário. Meirelles e Temer estão na contramão de todos os Governos, inclusive o americano. Querem fazer lições antigas que nem o FMI nem o Banco Mundial orientam mais. Estão querendo implementar um projeto neoliberal de retirada total de direitos e de desnacionalização do nosso País.

É uma vergonha. Eles são uns entreguistas. Por isso, não há outro caminho, não há outra saída que não sejam as ruas e greve geral. Dia 28 será a greve geral da classe trabalhadora.

Muito obrigado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço hoje uma homenagem especial pelos 75 anos da morte de Olga Benário Prestes, assassinada em um campo de concentração nazista aos 34 anos, em 23 de abril de 1942.



---

Em 1934, Olga foi convidada pela Internacional Comunista a acompanhar a viagem de Luiz Carlos Prestes ao Brasil, após a famosa Coluna Prestes, e garantir a segurança dele na sua volta ao Rio de Janeiro.

A história de militância de Olga começa quando ela tinha apenas 16 anos de idade. Nascida em 1908, numa família abastada de Munique, Alemanha, saiu de casa para, junto com o jovem professor Otto Braun, seu namorado e dirigente do Partido Comunista, e sob a influência do ambiente revolucionário então existente em seu país, participar das lutas da juventude trabalhadora em Berlim.

Membro da Juventude Comunista, em 1928, tornou-se conhecida pela decidida participação na libertação de Otto Braun, detido por “alta traição à pátria” na prisão de Moabit. Ambos tiveram suas cabeças postas a prêmio pelas autoridades policiais, sendo forçados a abandonar a pátria e fugir para Moscou.

A sua militância revolucionária é que fez com que acompanhasse Prestes em seu em seu regresso ao Brasil para participar da luta antifascista que aqui se desenrolava.

Prestes e Olga partiram clandestinamente de Moscou no dia 29 de dezembro de 1934, disfarçados de casal endinheirado em viagem de lua de mel. Após uma viagem de mais de três meses chegaram ao Rio de Janeiro em abril de 1935, onde fixaram residência. Durante a viagem, a relação entre os dois se profunda e se apaixonam, e, assim, tornaram-se marido e mulher de verdade.

Porém, a convivência entre os dois durou pouco mais de um ano, pois em março de 1936, após a derrota dos levantes antifascistas de novembro de 1935, foram presos e separados para nunca mais se verem.



---

Já na cela da Casa de Detenção do Rio de Janeiro, antiga capital da República, Olga descobre que está grávida, o que não impediu a sua extradição para a Alemanha nazista, como uma espécie de vingança do então Presidente Getúlio Vargas, junto com Filinto Müller, seu chefe de polícia, contra o revolucionário Prestes. Foi a forma encontrada de tortura contra ele.

No sétimo mês de gravidez, a 23/9/1936, Olga foi embarcada à força rumo a Hamburgo — Alemanha — no navio cargueiro alemão La Coruña, cujo capitão recebera ordens expressas das autoridades policiais para não parar em nenhum outro porto europeu, pelo risco de portuários da Espanha e da França resgatarem prisioneiros políticos de embarcações que aportavam naqueles países.

Advogados ainda recorreram ao Supremo Tribunal, mas tiveram suas pretensões negadas.

Com Olga foi extraditada também Elise Ewert, a esposa do dirigente comunista alemão Arthur Ewert, ambos presos e barbaramente torturados após os levantes antifascistas de novembro de 1935.

O regime de extremado rigor a que Olga estava submetida era justificado pela Gestapo, pois além de judia, ela era considerada uma “comunista perigosa”, mulher do líder comunista Luiz Carlos Prestes, e que, por isso, jamais deveria ser posta em liberdade.

A 27/11/1936, na enfermaria da prisão de Barminstrasse Olga dá à luz Anita Leocádia, a quem aproveitou para prestar as minhas homenagens também.

Esse nascimento permaneceu desconhecido da família e do público durante vários meses, embora Olga tivesse tentado o registro de sua filha como brasileira na



---

embaixada do Brasil em Berlim, solicitação recusada tanto pela Gestapo quanto pelo Itamarati.

Dona Leocádia, mãe de Prestes, morava em Paris, que passou a ser a sede do Comitê Prestes na época, entidade coordenadora da campanha mundial pela libertação dos presos políticos no Brasil. Inúmeras tentativas de estabelecer contato com Olga foram em vão, até que com o nascimento da criança se estabeleceu uma luta diplomática e pessoal. Ao fim dessa luta Anita foi entregue a avó. Ressalve-se a dedicação do grande advogado e jurista Sobral Pinto, defensor de Prestes e fundamental nesse processo.

Após a separação da filha Olga passou a ser mais perseguida e torturada, tendo sido levada em maio de 1939, para o campo de concentração de Ravensbrück, destinado exclusivamente a mulheres, onde viveu os horrores da violência nazista. Mulher corajosa manteve-se firme e solidária com suas companheiras.

Com o início da Segunda Guerra, existiram esperanças de Leocadia, sua filha Lygia, assim como de Olga, de obter sua libertação, pois algumas prisioneiras o haviam conseguido.

As gestões foram empreendidas, entretanto, a Guerra interrompeu as comunicações postais com a Europa e a documentação remetida para a Alemanha voltou ao México.

Em abril de 1942, foi incluída numa leva de prisioneiras escolhidas para serem assassinadas na câmara de gás do campo de concentração de Bernburg, mas sua morte só foi confirmada após o término da Guerra, em julho de 1945.



Na verdade, Olga foi vítima da sua luta e de Prestes contra as oligarquias, o autoritarismo e o imperialismo. Algumas de suas reivindicações eram: a abolição da dívida externa, a reforma agrária e o estabelecimento de um governo de base popular.

Nesta homenagem a Olga, quero homenagear todas as mulheres de lutam pela liberdade e pelo retorno à democracia no nosso País. Quero também dizer da nossa luta contra as ideias nazistas que frequentemente querem fazer reviver aqui no Brasil, com pré-candidatos se dizendo defensores desses ideais.

Homenageio todas as mulheres camponesas e as suas lutas contra as reformas que este governo golpista vem fazendo, retirando direitos duramente conquistados.

Homenageio também o companheiro Fernando Moraes, que fez uma bela biografia de Olga Benário Prestes e deu a conhecer mais esta mulher que é respeitada por todos os que lutam por liberdade e justiça.

Homenageio, por fim, todos os companheiros e companheiras que morreram na luta por liberdade e que morrem hoje na defesa de suas terras.

*O Sr. Vanderlei Macris, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Domingos Sávio, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. PRESIDENTE** (Domingos Sávio) - Na sequência, concedo a palavra ao Deputado Gonzaga Patriota.



Peço a colaboração de todos para ficarmos limitados aos 3 minutos, porque o nosso tempo já está ficando exíguo e temos os Deputados Júlio Delgado, Cabo Daciolo e outros inscritos aguardando. E nós vamos respeitar a sequência.

O Deputado Gonzaga Patriota não se encontra.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Daciolo.

Enquanto V.Exa. se encaminha à tribuna, concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira por 1 minuto.

**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente Domingos Sávio.

Eu gostaria de dizer que estamos recebendo a visita do Prefeito Marcos, de São Francisco de Paula, cidade que teve um tornado há 45 dias, juntamente com o Sr. Rafael, Secretário de Turismo, o Sr. Roberto, Secretário de Planejamento, e também o Prefeito de São Valentim do Sul.

Nós vamos ter uma importante audiência agora com o Ministro Helder Barbalho para tratar de recursos para o Município. Lá o estrago foi muito grande. Escolas e pavilhões foram arrancados. Mais de 70 residências foram destruídas. O vento simplesmente levou as casas. Então, nós aqui precisamos apoiar o Município.

Tivemos, em uma reunião com o Ministro Eliseu Padilha, uma audiência muito produtiva. Agora seremos recebidos pelo Ministro Helder Barbalho, que vem fazendo um importante trabalho e esteve visitando São Francisco de Paula, juntamente com o Governador José Ivo Sartori.

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Domingos Sávio) - Concedo a palavra ao Deputado Cabo Daciolo.



---

**O SR. CABO DACIOLO** (Bloco/PTdoB-RJ. Sem revisão do orador.) - Glória a Deus! Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Ministério Público Federal, assim como agradecê-lo pelo excelente trabalho que vem fazendo para a sociedade e para o nosso País.

Nós tivemos, no Estado do Rio de Janeiro, a prisão do ex-Governador Sérgio Cabral e de parte da sua quadrilha. Tivemos a prisão do ex-Secretário de Saúde, Sérgio Côrtes, e agora nós chegamos ao Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, que também faz parte desta quadrilha. Militares dali de dentro fazem parte desta quadrilha. Nós chegamos a eles agora.

Quero dizer aos militares do Estado do Rio de Janeiro que 80% dos nossos problemas são administrativos. Nós temos problemas no FUNESBOM, que é a taxa de incêndio do Corpo de Bombeiros. Nós temos problemas na engenharia. Nós temos problemas no SAMU, que é um serviço da Prefeitura passado para o Corpo de Bombeiros, sobrecarregando o GSE e escravizando os militares. Mas essa farra vai acabar!

Tivemos problemas, também, na UPA. A UPA foi criada por coronéis e pelo Governador Sérgio Cabral, para poderem fraudar, num esquema grandioso de corrupção, e pegarem parte do dinheiro do Governo Federal. Eles vão cair!

Quero agradecer agora, exatamente, a alguns oficiais. Porque nós temos bons oficiais dentro da corporação. Existem bons coronéis, existem bons tenentes-coronéis. Existem oficiais que não fazem parte desta quadrilha. E eu quero agradecer a esses oficiais; em especial, aos tenentes-coronéis que não conseguem chegar a coronel, porque o Comandante-Geral não permite que estes cheguem — e a progressão é por indicação —, e eles não chegam por não fazerem parte da



---

quadrilha, por não quererem fazer parte desta lama de corrupção que está instaurada dentro do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro.

Os senhores vão cair!

Quero agradecer a Deus. Quero dizer aos militares que juntos somos fortes, que nenhum passo daremos para trás, e que Deus está no controle. Fiquem em oração, senhores. Fiquem em oração. O fato de estarmos em silêncio não quer dizer que estamos parados. Juntos somos fortes, senhores!

Obrigado, Sr. Presidente. Glória a Deus!

**O SR. PRESIDENTE** (Domingos Sávio) - Os próximos oradores são os Srs. Deputados Júlio Delgado e Vanderlei Macris. Enquanto o Deputado Júlio Delgado chega à tribuna, concedo a palavra à Deputada Geovania de Sá, por 1 minuto.

**A SRA. GEOVANIA DE SÁ** (PSDB-SC. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Quero registrar a presença do meu amigo Prefeito de Praia Grande, cidade ao Sul de Santa Catarina, que faz divisa com o Rio Grande do Sul, onde fica situada a maior cadeia de cânions da América Latina. Ter ele hoje no plenário, conosco, acompanhando as votações, é um grande privilégio.

Um grande abraço a todos. Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Domingos Sávio) - Obrigada, Deputada Geovania de Sá.

**O SR. PRESIDENTE** (Domingos Sávio) - Concedo a palavra ao Deputado Júlio Delgado.



---

**O SR. JÚLIO DELGADO** (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, agradeço a presença do Presidente Rodrigo Maia aqui, antes da abertura da Ordem do Dia.

Quero dizer aos nobres Deputados que no início desta sessão, em comunicação de 1 minuto, fiz este alerta e quero fazer novamente.

Ao parabenizar a Deputada Benedita da Silva pelo seu aniversário, eu quero dizer a todos os Deputados e Deputadas que hoje aconteceu um fato muito grave, Deputada Benedita, um fato que demonstra a fragilidade total deste Governo, uma fragilidade e afronta ao nosso partido.

Sei que o Governo tem uma dezena de Ministros que são Parlamentares, nossos colegas. Eu consegui juntamente com o Deputado Cajado nominar 10, 11 Ministros e sei que são 13 ou 14, mas não consegui listar todos.

Hoje, o Governo retira três Ministros de Pernambuco. Quando começou o período de Breves Comunicações hoje, os nomes dos Ministros ainda nem estavam definidos, só o dos suplentes. Agora, já constam os nomes dos Ministros que voltaram — e só voltaram os de Pernambuco.

Isso demonstra que o Governo tem dificuldade, não encontra números inclusive para votar a reforma trabalhista, que nem sequer precisa de quórum qualificado. Não é projeto de lei complementar, não é proposta de emenda à Constituição, precisa de maioria simples. De forma açodada, ele veio, fez com que a urgência fosse votada semana passada e coloca em votação hoje a reforma trabalhista por maioria simples.

Trazer só os Ministros de Pernambuco é uma afronta ao PSB, uma afronta ocorrida na terça-feira, porque essa alteração... São Ministros de outros partidos,



mas um é do nosso partido, e dois suplentes que saíram tinham pelo menos a tendência de votar com a decisão do partido.

Isso muda o quadro numeral, Deputado Domingos, dentro da bancada do PSB, mas também serve de alerta para os outros partidos.

Claro que discordando da decisão partidária que fechou questão para votar contra as reformas, havendo 12 ou 13 daqueles que descumprirão os votos a favor das reformas, mesmo que minoritários, esses podem se somar aos votos e garantir a permanência do Ministro. Para os outros partidos fica isso.

Os partidos que são favoráveis vão perder Ministro porque um ou outro Deputado, uma minoria, vai votar a favor das reformas? O nosso partido, majoritariamente, será contra. E o Ministro, pelo visto, pela fragilidade do Governo Temer, será mantido.

Essa é a observação que eu queria fazer aos nobres colegas desta Casa. Ela serve de alerta para o nosso partido, é um desagravo ao PSB, um partido que tem 70 anos de história, e aos demais partidos que votarão as reformas.

*O Sr. Domingos Sávio, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Maia, Presidente.*

**DISCURSO DO SR. DEPUTADO PAES LANDIM QUE, ENTREGUE AO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.**

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Vanderlei Macris.

**O SR. VANDERLEI MACRIS** (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muito orgulho que informo a esta Casa



---

que aceitei o convite para ser Presidente da Frente Parlamentar Mista José de Alencar pelo desenvolvimento da indústria têxtil de confecção no Brasil pela Câmara dos Deputados em 2017.

Aceitei o convite porque acredito no setor. Acredito na potencialidade e inovação da indústria têxtil nacional e sei da importância da indústria para o fortalecimento da indústria no Brasil. É uma das mais intensivas em mão de obra.

Sou da cidade paulista de Americana, na Região Metropolitana de Campinas, uma região tradicional do polo têxtil de confecção. Assim, há décadas acompanho diretamente o trabalho e a situação do próprio setor.

O Brasil possui a quarta maior cadeia produtiva integrada do mundo nesta área. São 33 mil empresas em todo o território nacional. Faturou no ano passado cerca de 130 bilhões de reais, emprega diretamente 1,5 bilhão de reais, e emprega diretamente 1,5 milhão de trabalhadores, a maioria de trabalhadoras mulheres, muitas delas com emprego na área de confecção. Também são chefes de família grande parte dessas trabalhadoras.

Mas é importante salientar que o setor têxtil e de confecção já foi bem mais forte em nosso País, exportou e empregou muito mais. Em 2015, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por exemplo, a produção têxtil caiu 14,6%, a de confecção caiu 10,8%, fazendo com que o setor perdesse 98 mil empregos, 98 mil postos de trabalho com carteira assinada.

Já em 2016, a produção têxtil caiu outros 4,5%, a de confecção mais 5,8%, fazendo com que o setor perdesse outros 30 mil postos de trabalho com carteira assinada, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados —CAGED.



---

Em apenas 2 anos, 130 mil trabalhadores perderam seu sustento e postos de trabalho. É do conhecimento de todos que o Brasil recebe, diariamente, uma enxurrada de produtos asiáticos muitas vezes mais baratos, mas, em sua maioria, advindos de trabalho abusivo e desumano.

Por isso, Sr. Presidente, enfrentarei este desafio de colaborar e ajudar um setor intensivo em mão-de-obra, um dos setores mais importantes: o setor têxtil do nosso País.

A retomada da trajetória do crescimento do Brasil, antes de mais nada, precisa do retorno, da confiança e dos investimentos por parte da indústria. A desoneração permitirá ao País muito mais ganhos, e esse é um dos objetivos do trabalho que vamos realizar.

Portanto, Sr. Presidente, é com o direcionamento do trabalho na inovação e na tecnologia — para concluir —, na modernização indispensável para uma Nação que objetiva o desenvolvimento e o progresso, que a Frente Parlamentar Mista pelo Desenvolvimento da Indústria Têxtil e Confecção ressaltará seus grandes empenhos.

A indústria tem o meu compromisso. E eu quero aqui também agradecer ao Deputado Henrique Fontana, que até então era o Coordenador e o Presidente da Frente Parlamentar, que assumiremos na próxima semana, na quarta-feira, às 15 horas, quando estaremos procedendo à transmissão da Coordenação da Frente Parlamentar da Indústria Têxtil e Confecção.

Sr. Presidente, solicito que este pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.



---

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

**O SR. VANDERLEI MACRIS** (PSDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com imenso orgulho que informo esta Casa que aceitei o convite para ser o líder da Frente Parlamentar Mista José Alencar pelo Desenvolvimento da Indústria Têxtil e da Confecção no Brasil, pela Câmara dos Deputados em 2017.

Aceitei o convite porque acredito no setor.

Acredito na potencialidade e inovação da Indústria Têxtil nacional.

E sei da importância da indústria para o fortalecimento do Brasil.

Sou da cidade paulista de Americana, na Região Metropolitana de Campinas. Uma região tradicional do Polo Têxtil e de Confecção. Assim, há décadas acompanho diretamente o trabalho e a situação do Setor.

O Brasil possui a 4ª maior cadeia produtiva integrada do mundo.

São 33 mil empresas em todo o território nacional.

Faturou no ano passado cerca de R\$ 130 bilhões.

E emprega, diretamente, 1,5 milhão de trabalhadores, a maioria mulheres, muitas das quais chefes de família.

Mas é importante salientar que o Setor Têxtil e da Confecção já foi bem mais forte. Exportou e empregou muito mais.

Em 2015, por exemplo, a produção têxtil caiu 14,6%, a de confecção caiu 10,8%, fazendo com que o setor perdesse 98.825 postos de trabalho com carteira assinada.



---

Já em 2016, a produção têxtil caiu outros 4,5%, a de confecção mais 5,8%, fazendo com que o setor perdesse outros 30.070 postos de trabalho com carteira assinada segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Em apenas 2 anos, 130 mil trabalhadores perderam seu sustento em postos de trabalho.

É de conhecimento de todos que o Brasil recebe diariamente uma enxurrada de produtos asiáticos. Muitas vezes mais baratos, mas, em sua maioria, advindos de trabalho abusivo e desumano. O que culmina em acirrada concorrência desleal frente à fabricação nacional, cumpridora de todo o regime trabalhista.

Diante da situação, temos muito trabalho e muito o que fazer para reerguer o Setor Têxtil e da Confecção.

Na semana passada mesmo solicitei uma agenda com o ministro Aloysio Nunes, da pasta das Relações Exteriores.

Precisamos reunir os ministros do governo, conversar e estabelecer estratégias e ações para promover a fabricação e valorizar os produtos brasileiros.

O maior desafio será minimizar os gargalos de competitividade; incentivar a formalização; e ampliar a produção das nossas fábricas.

A inovação, a sustentabilidade, a internacionalização e a inserção do Brasil nas cadeias globais de valor também figuram como Norte da nossa Frente Parlamentar.

Aqui no Congresso, no curto prazo, além de acompanhar atentamente a necessária agenda de reformas, o Setor Têxtil e da Confecção atuará sobre a MP 774, que o excluiu da desoneração da folha de pagamentos.



A retomada da trajetória de crescimento do Brasil demanda, antes de mais nada, o retorno da confiança e dos investimentos por parte da indústria.

A desoneração permitirá ao país muito mais ganhos do que perdas, justamente pelo fato de estar relacionada à redução do custo do emprego sem prejuízo dos rendimentos e benefícios dos trabalhadores, mas garantindo a elevação da produtividade e de maior contribuição comercial aos cofres públicos.

É com direcionamento no trabalho, na inovação e na tecnologia, modernização indispensável para uma nação que objetiva o desenvolvimento e o progresso, que a Frente Parlamentar da Indústria Têxtil e da Confecção ressaltará seus empenhos.

E esta indústria tem o meu compromisso.

Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Lincoln Portela.

**O SR. LINCOLN PORTELA** (PRB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a minha preocupação nos últimos dias tem sido com a não inclusão na reforma da Previdência dos agentes penitenciários ou polícia penal — eu já não gosto mais de chamá-los de agentes penitenciários, porque, se são polícia penal de fato, devem ser de direito. Eles estão fora da reforma da Previdência. O Relator os colocou no texto e depois os retirou.

E agora há também o problema das guardas municipais. As guardas municipais já estão no art. 144 da Constituição pela questão do risco, porque já usam armas nas cidades com mais de 50 mil habitantes. Então, é uma questão de periculosidade, é uma questão de risco.



---

Já entreguei documentos ao Relator. A minha preocupação é com as guardas municipais e também com a polícia penal brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Rodrigo de Castro, que está inscrito aqui.

**O SR. RODRIGO DE CASTRO** (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, neste momento, em todo o mundo, especialmente nos países mais desenvolvidos, nós assistimos a uma verdadeira revolução, que, na verdade, podemos comparar à Revolução Industrial. É a revolução do conhecimento. Milhares de jovens empreendem, criam empresas de base tecnológica e, com isso, conseguem gerar emprego e renda e até revolucionar mercados. Vejam o que acontece, por exemplo, no mercado da hospedagem, dos hotéis, que está sendo sacudido pelos *sites* de ofertas de vagas em casas e apartamentos.

Então, isso tudo está acontecendo, é uma tendência mundial. Nós temos que incentivá-la cada vez mais e não podemos deixar o nosso País de fora dessa grande onda que sacode todo o mundo. Por isso, nós precisamos caminhar muito.

Por isso, nós precisamos caminhar muito. Para realmente chegarmos a um patamar aceitável, precisamos primeiro colocar o País competitivo perante as outras nações. O primeiro passo é a educação. Precisamos melhorar os índices de qualidade da educação.

Nesse sentido, chamo a atenção e louvo o esforço que vem sendo feito pelo Ministério da Educação. Esse esforço também deve ser compreendido pelos Estados e pelos Municípios de todo o País.



---

Além disso, devemos incentivar esse espírito empreendedor que está latente em todos os jovens, em todos os seguimentos sociais. Há jovens que querem ter a oportunidade de participar disso. Nesse sentido, essa indústria de base tecnológica realmente pode ser a salvação para o Brasil. No momento em que há um contingente de milhões de jovens sem acesso ao primeiro emprego, essa pode ser realmente uma saída. Para isso, é preciso uma ação conjunta de todos os Governos: o Federal, os Estaduais e os Municipais.

Quanto à iniciativa privada, há diversas incubadoras, ou seja, empresas que têm um sucesso e querem investir nesse filão. Mas sobretudo é preciso atenção com a juventude em nosso País. Essa realmente pode ser uma possibilidade de uma fonte de ganhar divisas e rendas para o nosso País.

Além disso, Sr. Presidente, comunico que amanhã estarei na cidade de Jaíba, onde será realizada a Festa da Banana, tão tradicional naquele Município.

Mas, desta vez, nós temos algo...Desculpa...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Só para encerrar, Deputado.

**O SR. RODRIGO DE CASTRO** - Nós temos, realmente, algo novo em Jaíba, cuja administração é moderna e voltada para os interesses da população.

Eu quero chamar a atenção para o trabalho do Prefeito Reginaldo, que, nos poucos meses de mandato, já mudou o modo de pensar da Prefeitura, respeitando o funcionalismo, mas, ao mesmo tempo, cobrando mais ações. Esteve diversas vezes em Belo Horizonte, em Brasília, sempre trazendo projetos de interesse daquele Município que tem o maior projeto de irrigação da América Latina e que deve ser revitalizado e seus produtores mais valorizados.



Tendo estado com o Prefeito Reginaldo, no Ministério da Saúde, posso dizer que já temos o compromisso de verbas para a reforma do Hospital municipal e, na CODEVASF, vamos ter verbas de infraestrutura naquele Município.

Parabéns a Jaíba por sua festa e pela administração do Prefeito, Reginaldo, que é motivo de orgulho para todos nós.

Sr. Presidente, peço para que seja dado como lido este meu pronunciamento.

**O SR. VANDERLEI MACRIS** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. a publicação nos meios de comunicação da Casa do meu discurso.

#### **V - ORDEM DO DIA**

*PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra o comparecimento de 276 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Passa-se à Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação de matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

#### **PROJETO DE LEI Nº 6.787, DE 2016.**

#### **(DO PODER EXECUTIVO)**

*Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, que altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho*



---

*temporário, e dá outras providências. Pendente de parecer da Comissão Especial.*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Há requerimento sobre a mesa.

*(Pausa.)*

**O SR. BOHN GASS** - Questão de ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado Bohn Gass, tem a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. BOHN GASS** - Sr. Presidente, esse projeto que trata das alterações trabalhistas, ele não pode ser votado no dia de hoje, pela seguinte razão.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Essa questão já está superada.

**O SR. BOHN GASS** - Não; não, Presidente. Questão de ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Requerimento de votação de processo nominal. *(Pausa.)*

Ela está superada.

**O SR. BOHN GASS** - Não; não, Presidente. Questão de ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu já respondi ontem. Eu já respondi ontem. Eu já respondi ontem. Eu já respondi ontem!

**O SR. BOHN GASS** - A minha questão de ordem é a seguinte: esse projeto. Presidente, é uma nova questão de ordem. Presidente, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - É a mesma. É a mesma!

**O SR. BOHN GASS** - Não, Presidente. Questão de ordem, Presidente!

As medidas provisórias...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não precisa berrar, não. Não vai ganhar no berro, não.



---

**O SR. BOHN GASS** - Presidente, nos meus 3 minutos que o Regimento me garante, eu quero fundamentar a questão de ordem.

Nós temos muito clara na Constituição brasileira, Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Já respondi a essa questão de ordem.

**O SR. BOHN GASS** - Não, Presidente, a medida provisória...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O art. 62, alínea "b". Já respondi a essa questão de ordem.

**O SR. BOHN GASS** - Presidente...

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Vamos votar! Vamos votar!

**O SR. BOHN GASS** - Presidente, as questões de medidas provisórias trancam pauta. Eu preciso apresentar a medida.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Mas já foi apresentada essa questão de ordem.

**O SR. BOHN GASS** - Presidente, V.Exa. nem ouviu.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - E eu já respondi.

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Eu quero apresentar. Presidente, nós temos as questões aqui de medidas provisórias que trancam pauta. O argumento que a Mesa usa para esse tema é de que faz menção a questões do Código de Processo Civil. Ele faz menção subsidiariamente.

Então, esses temas que mexem na CLT, nas leis trabalhistas — são mais de cem alterações que foram feitas pelo Relator —, por exigência constitucional... V.Exa. está aqui para cumprir o Regimento e a lei, e a medida provisória é clara. A medida provisória tranca a pauta!



Atenção, Brasil! Nós estamos frente a uma situação de ser rompida a Constituição de novo e o Regimento. A medida provisória tranca a pauta, Presidente! Se V.Exa., na verdade, não permitir que as medidas provisórias sejam avaliadas primeiro que a alteração da lei, nós estaremos infringindo novamente o Regimento e a Constituição.

O Michel Temer, quando estava nessa mesa aqui e, agora, como Presidente, disse o seguinte: *“não mando esta medida trabalhista porque não tem urgência”*. Podia ter mandado como medida provisória.

Ora, se ele reconhece que podia ter mandado como medida provisória e não tinha urgência, por que passa a ter urgência agora?

Então, regimentalmente, nós não podemos votar.

Na verdade, mexe na reforma trabalhista quando faz vinculação com o Código de Processo Civil, porque alguns artigos podem estar excetuados do trancamento de pauta da medida provisória, mas não é esse o caso.

Eu quero dizer às entidades do País, a todos os órgãos do País que, neste momento, se nós tivermos uma interpretação de que as mudanças em mais de cem artigos da CLT são mudanças no Código de Processo Civil, nós não podemos aceitar.

Então, eu quero, por uma questão de ordem, colocar um impeditivo nesta votação desta sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como já respondi essa questão de ordem, acolho como reclamação.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR



---

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Questão de ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, formulo a presente questão de ordem, com fundamento no artigo 62 da Constituição Federal.

Em março de 2009, quando dirigia os trabalhos desta Casa, o então Deputado Michel Temer proferiu decisão que flexibilizou o trancamento da pauta por medidas provisórias (MPs) não apreciadas após 45 dias de vigência. Naquela oportunidade, fixou o entendimento de que as MPs só sobrestariam, nas sessões extraordinárias, as deliberações de proposições que contivessem ternas passíveis de serem reguladas por medidas provisórias.

Como referência para essa análise, utiliza-se a regra do § 1º do artigo 62 da Constituição, que traz, exhaustivamente, as matérias que não poderão ser objeto de medidas provisórias. Mais precisamente, extraímos da alínea “a” desse dispositivo a proibição de serem editadas MPs sobre matéria penal, processual penal ou processual civil. Veja, Senhor Presidente, que não há qualquer referência a matérias relacionadas ao direito trabalhista ou ao direito processual trabalhista.

É justamente esse o caso do PL 6.787/20 16. Ele trata, precisamente, de tópicos do direito trabalhista e de institutos do direito processual trabalhista; todos temas que podem vir em forma de MP e que ficam, portanto, sujeitos ao trancamento da pauta, conforme a decisão tomada na época de Michel Temer.

Destaco que as regras do já citado **§10** do artigo 62 da Constituição, foram incluídas por meio da Emenda Constitucional 32/2001. Ou seja: no momento em que os constituintes derivados criaram essa regra, tinham plena consciência da existência dos direitos trabalhistas e do direito processual trabalhista (que datam de



1943), e, mesmo assim, optou por não incluir esses conteúdos nas vedações do § 10.

Tanto é verdade que, após a promulgação da Emenda Constitucional 32/2001, foram editadas pelo Poder Executivo diversas MPs que tratam (ou trataram), explicitamente, de temas trabalhistas. Exemplificamente, cito as MPs 74/2002, 251/2005, 312/2006, 385/2007, 410/2007, 665/2Q14 e 761/2016. Esta última ainda está em tramitação no Congresso e todas as demais **já** foram aprovadas, tiveram sua constitucionalidade atestada pelas duas Casas e foram convertidas em leis. Menciono, ainda, especificamente a MIP 251/2005, que altera, precisamente, a CLT, como o faz o PL 6.787/2016.

Além disso, não há que se alegar que o PL 6.787/2016 trata de tema processual civil. O PL da **Reforma Trabalhista**, em toda a sua essência, promove alterações em institutos do direito trabalhista e do direito processual trabalhista. Quando ele menciona institutos de direito processual civil, apenas o faz de forma remissiva, considerando a aplicação subsidiária do CPC na processualística trabalhista.

Tal fato se prova a partir do art. 769, da CLT, o qual determina que nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho. De mesma forma, tem-se a Instrução Normativa 39/2016, do TST, a qual afirma que aplica-se o Código de Processo Civil, subsidiária e supletivamente, ao Processo do Trabalho, em caso de omissão e desde que haja compatibilidade com as normas e princípios do Direito Processual do Trabalho.

Assim, repito, são meras menções a dispositivos do CPC sem alterá-los ou dar a eles novos contornos.



Neste mesmo entendimento, cito a edição da MP 449/2008, que, em seus dispositivos, faz meras referências a dispositivos do Código de Processo Civil, sem, contudo, alterá-los. Diante disso, chega-se à conclusão óbvia que, se é possível fazer referência a dispositivos de processo civil, sem alterá-los, por meio de Medidas Provisórias, de mesmo modo não se justifica a não submissão da Reforma Trabalhista ao trancamento da pauta gerado, neste momento, pelas Medidas Provisórias 752/2016, 757/2016 e 758/2016.

Por fim, lembro que o Poder Executivo pretendia fazer a Reforma Trabalhista por meio de Medida Provisória. O agora presidente Michel Temer disse, publicamente, que só desistiu da ideia por falta de urgência, e não por impedimento temático constitucional. É o que diz a notícia que anexo a esta questão de ordem, publicada no portal da Folha, em 22 de dezembro de 2016.

Diante do exposto, solicito que a apreciação do PL 6.787/20 16 seja suspensa até a conclusão de todas as MPs que estão nesta Casa, aguardando deliberação.

**ANEXO**

MPV 74/202	Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar o pagamento de seguro-desemprego ao trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo.	Convertida na Lei nº 10.608, de 2002
MPV 251/2005	Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão	Convertida na Lei nº 11.180, de 2005



	de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos - PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial - PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. e dá outras providências	
MPV 312/2006	Prorroga, para o trabalhador rural empregado, o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.	Convertida na Lei nº11.368, de 2006
MPV 410/2007	Acrescenta artigo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo, estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural e prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6º do art.	Convertida na Lei nº 1.1718, de 2008



	1º da Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007.	
MPV 449/2008	Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concede remissão nos casos em que especifica, institui regime tributário de transição, e dá outras providências.  (Explicação: alterou de forma significativa o valor relativo aos encargos previdenciários incidentes sobre tais condenações, em desfavor do empregador, enquanto fonte pagadora de condenações na Justiça do Trabalho.)	Convertida na Lei nº 11.941, de 2009
MPV 665/2014	Altera a Lei no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, altera a Lei	Convertida na Lei nº 13.134 DE 2005



	nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro desemprego para o pescador artesanal, e dá outras providências.	
MPV 761/2016	Altera o programa de que trata a lei nº 13.189, de 19 de novembro de 2015, para denominá-lo Programa Seguro-Emprego e para prorrogar seu prazo de vigência	

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Requerimento de votação pelo processo nominal:

*Requeiro, nos termos do art. 186, inciso II, do Regimento Interno, a votação nominal do requerimento que solicita a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 6.787, de 2016.*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, Deputado Alessandro Molon.

**A SRA. ERIKA KOKAY** - Questão de ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Alessandro Molon.



---

**A SRA. ERIKA KOKAY** - Questão de ordem precede, Sr. Presidente. Questão de ordem, como o nome diz, é questão de ordem. Portanto, ela tem prevalência.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Questão de ordem sobre a matéria sobre a mesa.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF. Questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, formulo a presente questão de ordem, com fundamento nos arts. 139 e 142 do Regimento Interno desta Casa.

O art. 139 do Regimento, em seu inciso I, estabelece que, antes de distribuir qualquer proposição às Comissões, o Presidente solicitará que a Mesa verifique se existe outra com conteúdo análogo ao da proposição nova, para, então, realizar a apensação.

Note que a regra não abre uma faculdade para que o Presidente verifique, se quiser, a existência de projetos análogos e promova a sua apensação. Trata-se de norma imperativa que obriga o Presidente e a Mesa, tanto a fazerem a varredura de conteúdos, quanto a consequente apensação.

Tal regra decorre do prestígio aos princípios constitucionais da racionalidade e da economicidade, na medida em que potencializa o fazer legiferante e evita que trabalhos sejam feitos em duplicidade ou que, futuramente, eventuais projetos não apensados sejam declarados prejudicados.

É tamanho o prestígio dado pelo Regimento ao instituto da apensação, que ele prevê um segundo método para sua realização. Caso algum projeto tenha ficado de fora da triagem realizada pela Mesa, o art. 142 permite que qualquer Deputado



---

ou Deputada ou qualquer Comissão possa requerer a tramitação conjunta de projetos de conteúdos correlatos.

Foi exatamente esse o procedimento adotado com relação ao PL 6.787. Dada a não apensação inicial, foram apresentados 11 requerimentos solicitando tramitações conjuntas de projetos com conteúdos similares. Todos eles foram apresentados antes da apresentação do relatório na Comissão Especial e, também, antes da aprovação do requerimento de urgência.

Além dos já citados princípios constitucionais da racionalidade e da economicidade, é preciso destacar que a apensação também prestigia a própria atuação singular do Parlamentar. Ela permite que Deputados individuais possam ver seus projetos tramitarem, serem discutidos e eventualmente aprovados.

A deferência que deve ser dada à atuação singular dos membros desta Casa ganha ainda mais relevo quando se cuida de projetos que não são de iniciativa privativa de outra autoridade. Assim, seria um desprestígio a esta Casa ver um projeto de iniciativa externa ser aprovado à revelia de projetos de Parlamentares já em curso.

Diante do exposto, apresento esta questão de ordem para ponderar que o deferimento ou não de requerimentos de apensação deve ocorrer preliminarmente à análise de mérito de qualquer projeto.

Solicito que a apreciação do projeto seja interrompida, a fim de que V.Exa. se manifeste sobre cada um dos 11 requerimentos.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR



---

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF. Questão de ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, formulo a presente questão de ordem, com fundamento nos artigos 139 e 142 do Regimento Interno desta Casa.

O artigo 139 do Regimento, em seu inciso 1, estabelece que, antes de distribuir qualquer proposição às Comissões, o Presidente solicitará que a Mesa verifique se existe outra com conteúdo análogo ao da proposição nova, para, então, realizaraapensação.

Note que a regra não abre urna faculdade para que o Presidente verifique, se quiser, a existência de projetos análogos e promova a sua apensação. Trata-se de norma imperativa que obriga o Presidente e a Mesa, tanto a fazerem a varredura de conteúdos, quanto a consequente apensação.

Tal regra decorre do prestígio aos princípios constitucionais da racionalidade e da economicidade, na medida em que potencializa o fazer legifcrante e evita que trabalhos sejam feitos em duplicidade ou que, futuramente, eventuais projetos não apensados sejam declarados prejudicados, dada as regras dos Artigos 163 e 164 do Regimento.

É tamanho o prestígio dado pelo Regimento ao instituto da apensação, que ele prevê um segundo método para sua realização. Caso algum projeto tenha ficado de fora da triagem realizada pela Mesa, o Artigo 142 permite que qualquer deputado ou comissão possa requerer a trarnitação conjunta de projetos de conteúdos correlatos.

Foi exatamente esse o procedimento adotado com relação ao PL 6.787/20 16. Dada a não apensação inicial, foram apresentados onze requerimentos solicitando tramitações conjuntas de projetos com conteúdos similares. Todos eles



apresentados antes da apresentação do relatório na Comissão Especial e, também, antes da aprovação do requerimento de urgência pelo Plenário, tudo em atendimento às ressalvas contidas no parágrafo único do Artigo 142. Além dos já citados princípios constitucionais da racionalidade e da economicidade, é preciso destacar que a apensação também prestigia a própria atuação singular do parlamentar. Ela permite que deputados individuais possam ver seus projetos tramitarem, serem discutidos e eventualmente aprovados, ainda que na forma de substitutivos.

A deferência que deve ser dada á atuação singular dos membros desta Casa ganha ainda mais relevo quando se cuida de projetos que não são de iniciativa privativa de outra autoridade. Assim, seria um desprestígio a esta Casa ver um projeto de iniciativa externa ser aprovado à revelia de projetos já em curso de parlamentares, furtando-lhes a autoria. Diante do exposto, senhor Presidente, apresento esta questão de ordem para ponderar que o deferimento ou não de requerimentos de apensação deve ocorrer preliminarmente à análise de mérito de qualquer projeto. Nesse sentido, solicito que a apreciação do PL 6.787/20 16 seja interrompida, a fim de que Vossa Excelência se manifeste sobre cada um dos onze requerimentos de apensação apresentados e solicite que o relator se posicione sobre os projetos eventualmente apensados.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputada, foram 3 minutos, conforme o Regimento. V.Exa. usou o Regimento.

**O SR. ROBINSON ALMEIDA** - Pela ordem, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Só um minutinho, Deputado.

A resposta que dou é o disposto no art. 142:



---

*Art. 142. Estando em curso duas ou mais proposições da mesma espécie, que regulem matéria idêntica ou correlata, é lícito promover sua tramitação conjunta (...).*

Não é obrigatório.

Tem a palavra o Deputado Robinson Almeida.

**O SR. ROBINSON ALMEIDA** (PT-BA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o art. 611-A da CLT, na redação dada pelo PL nº 6.787, de 2016, que está tramitando, previa a prevalência do negociado sobre o legislado em relação a inúmeras matérias.

O objetivo do artigo era nitidamente possibilitar o rebaixamento dos patamares...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado, V.Exa. precisa citar o artigo do Regimento para fazer a questão de ordem. Isso não é artigo do Regimento. Qual é o artigo do Regimento?

**O SR. ROBINSON ALMEIDA** - Sr. Presidente, é o art. 137, § 1º, II, b, do Regimento.

Esta situação é uma afronta direta ao art. 7º, *caput*, da Constituição Federal, que garante que qualquer alteração ao direito dos trabalhadores seja realizada no sentido de melhoria de sua condição social.

Observamos aqui o enfraquecimento de um dos princípios basilares do Direito do Trabalho, que é o princípio da norma mais favorável, previsto também nas Convenções nºs 98 e 154, da OIT, das quais o Brasil é signatário.



A proposta original também esvaziava enormemente o âmbito de atuação da Justiça do Trabalho, ao determinar que a análise judicial fosse balizada pelo princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva e atingisse exclusivamente a conformidade dos elementos essenciais do negócio jurídico.

Trata-se aqui de restrição sem paralelo em qualquer outro ramo do Direito que viola diretamente o art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, que prevê que *“a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”*.

Tratamos aqui de dois pontos flagrantemente inconstitucionais já presentes na proposta original, que foram acrescidos a inúmeros outros, se considerarmos o texto apresentado pelo Relator.

Dessa forma, por se tratar de proposta evidentemente inconstitucional, não deveria nem mesmo ter tido sua...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. ROBINSON ALMEIDA** - Devendo ter sido devolvida ao autor pelo Presidente, nos termos do art. 137, §1º, inciso II, alínea “b”, do Regimento Interno.

Solicito, portanto, o cumprimento do citado dispositivo regimental, no sentido de declarar o PL 6787/16 flagrantemente inconstitucional, devolvendo-o ao autor, no caso, o Poder Executivo, e impedindo, assim, a sua nefasta tramitação.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

**O SR. ROBINSON ALMEIDA** (PT-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o art. 611-A da CLI, na redação dada pelo PL 6787/16, previa a prevalência do negociado sobre o legislado em relação a inúmeras matérias, O objetivo do artigo era nitidamente possibilitar o rebaixamento dos patamares legais dos direitos dos trabalhadores.



Essa situação é uma afronta direta ao art. 7º, caput, da Constituição, que garante que qualquer alteração de direitos dos trabalhadores seja realizada no sentido de melhoria da sua condição social. Observamos aqui o enfraquecimento de um dos princípios basilares do direito do trabalho, que é o princípio da norma mais favorável, previsto também nas Convenções n. 98 e 154 da OIT, das quais o Brasil é signatário.

A proposta original também esvaziava enormemente o âmbito de atuação da Justiça do Trabalho, ao determinar que a análise judicial fosse balizada pelo princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva e atingisse exclusivamente a conformidade dos elementos essenciais do negócio jurídico. Trata-se aqui de restrição sem paralelo em qualquer outro ramo do direito, que viola diretamente o art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, que prevê que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito”. Tratamos aqui dois pontos flagrantemente inconstitucionais já presentes na proposta original, que foram acrescentados a inúmeros outros, se considerarmos o texto apresentado pelo relator.

Dessa forma, por se tratar de proposta evidentemente inconstitucional, não deveria, nem mesmo, ter tido sua tramitação iniciada, devendo ter sido devolvida ao autor pelo Presidente, nos termos do art. 137, §1º, inciso II, alínea b do Regimento Interno.

Solicito, portanto, o cumprimento do citado dispositivo regimental, no sentido de declarar o PL 6787/16 flagrantemente inconstitucional, devolvendo-o ao autor, no caso, o Poder Executivo, e impedindo, assim, a sua tramitação.

Dispositivo Regimental:



“Art. 137. Toda proposição recebida pela Mesa será numerada, datada, despachada às Comissões competentes e publicada no Diário da Câmara dos Deputados e em avulsos, para serem distribuídos aos Deputados, às Lideranças e Comissões.

§ 12 Além do que estabelece o art. 125, a Presidência devolverá ao Autor qualquer proposição não estiver devidamente formalizada e em termos;

li - versar sobre matéria:

a) alheia à competência da Câmara;

b) evidentemente inconstitucional

c) anti-regimental.”

Dispositivos Constitucionais:

“Art. 59 Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;” “Art. 72 São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:”

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado, essa sua questão de ordem caberia da chegada da matéria à Casa. Agora que ela já está tramitando, não é procedente.

**O SR. ROBINSON ALMEIDA** - Mas é constitucional, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O Deputado Alessandro Molon está com a palavra.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Rede-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a Câmara está prestes a apreciar uma



proposta de reforma trabalhista que ataca diretamente direitos conquistados pelos trabalhadores depois de décadas de luta. Quem nos acompanha pela *TV Câmara* vai ouvir hoje alguns Parlamentares dizendo aqui que não há nenhum direito sendo retirado.

Isso é mentira.

E nós vamos provar aqui hoje que quem votar a favor dessa reforma estará votando a favor da sua demissão, brasileiro e brasileira, para que você seja recontratado como empregado terceirizado, ganhando um salário menor e com menos direitos — sem direito a vale-refeição, a plano de saúde.

Vários direitos serão retirados com a aprovação dessa proposta. Por isso nós da Oposição vamos lutar o dia inteiro para que essa proposta não seja votada hoje.

Mas preste atenção em quem vai votar a favor dela, porque aqueles que votarem a favor dela estarão votando contra você, contra o seu salário, contra os seus direitos conquistados duramente.

Sras. e Srs. Parlamentares, hoje o jornal *Valor Econômico* mostra que o Governo de Michel Temer chegou à sua mais baixa popularidade. A popularidade do Governo e de Michel Temer, pessoalmente, é a mesma de Eduardo Cunha, a figura pública mais rejeitada da história do Brasil, segundo o referido jornal.

Com essa proposta, o Governo quer fazer com que as senhoras e os senhores também sejam os mais impopulares, sejam odiados nas ruas, sejam perseguidos e maltratados. A pressa de votar essa reforma hoje é para que as senhoras e os senhores não sintam a pressão das ruas na sexta-feira. Mas sabe o que vai acontecer se essa reforma for aprovada hoje? Na sexta-feira, os nomes das senhoras e dos senhores estarão em todas as manifestações pelo País. Em cada



Estado, em cada capital, as suas fotos serão expostas e enxovalhadas pelos trabalhadores, que vão acompanhar essa votação.

Quem quiser votar hoje essa matéria será objeto do mais intenso repúdio na sexta-feira. Preparem-se, porque os seus nomes não serão esquecidos.

Esse ataque aos direitos dos trabalhadores não passará em branco, e as senhoras e os senhores terão dificuldade de andar nas ruas. Michel Temer anda em avião fechado, as senhoras e os senhores tomam avião de carreira. E serão — podem ter certeza — cobrados por esse voto se essa matéria não for retirada de pauta hoje, Sr. Presidente.

**O SR. SILVIO TORRES** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Passa-se à orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

**O SR. SILVIO TORRES** - Sr. Presidente, eu gostaria de orientar.

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP entende que essa matéria já foi aprovada na Comissão Especial e que, chegando ao plenário, nós precisamos votar.

Nós somos contra a retirada, Sr. Presidente.



O PP vota “não” e pede que toda a base também acompanhe o “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSDB?

**O SR. SILVIO TORRES** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PSDB vai encaminhar o voto “não”, mas antes disso eu queria dizer ao Deputado Alessandro Molon, que acabou de usar a tribuna, que eu vou ficar aqui durante o dia todo, como ele disse que vai lutar, para que ele, em algum momento, possa dizer e mostrar onde é que algum direito constitucional dos trabalhadores esteja sendo mudado na reforma trabalhista. Nesse caso nós vamos saber quem é que está mentindo, quem está mentindo para o povo, quem está usando a mentira porque não tem argumento para votar contra essa reforma.

E mais: ninguém aqui que vai votar a favor, Sr. Presidente, tem medo das ruas. Só tem medo das ruas quem vota sem convicção ou por interesse.

Por isso, Deputado Alessandro Molon, vou acompanhar aqui a sua votação.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, recorro ao art. 74, inciso VII, porque fui citado.

**O SR. JEFFERSON CAMPOS** (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD encaminha o voto “não”.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** - Sr. Presidente, eu fui citado. Eu quero responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Aguarde só um minutinho, Deputado.

Como vota o PMDB?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB?

**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, nós encaminhamos “não” e solicitamos a



todos os colegas Deputados e Deputadas do PMDB para que se façam presentes no plenário, porque essas votações são de extrema importância para o futuro do nosso País. Era isso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT vota “sim” nesse requerimento, porque ele quer, sim, a votação nominal na retirada. Nós vamos fazer de tudo para defender a legislação trabalhista dos anos 40, da qual nos orgulhamos. Vamos defender uma legislação em que todos nós consigamos garantir para os trabalhadores o 13º, que eles possam ter férias, que eles possam ter salário, que eles possam ter uma contratação, que a mulher em período de gravidez possa trabalhar e não ser obrigada a trabalhar em lugares insalubres. Há todos esses elementos que estão sendo alterados, são mais de cem artigos que estão sendo rasgados.

Então nós Deputados aqui vamos entregar para que os patrões possam lucrar mais? Esse projeto, Sr. Presidente, só interessa ao grande capital, só interessa para os patrões. Nós não podemos concordar com tirar direito de trabalhador. Então o PT vai votar “sim” para que votemos nominalmente contra essa retirada de direitos e destruição da CLT.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** - Para orientar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Miro Teixeira para orientar. Depois eu vou dar a palavra para o Deputado Alessandro Molon.



**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós queremos a votação nominal do requerimento retirado de pauta, mas, por economia processual, desde já pedimos que seja consignado no painel obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Obstrução para a Rede.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

**O SR. CHICO LOPES** (PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PCdoB entende que essa matéria está ajudando os operários, o sindicato, e a maior mobilização dos últimos tempos no Brasil, porque se vai mexer com os direitos individuais e coletivos dos trabalhadores. A Câmara não pode se prestar nesse momento ao capital e, sim, à democracia, que é o pleito desta Casa e a razão de ela ser.

Portanto, nós vamos votar “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

**O SR. RONALDO LESSA** (PDT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, “obstrução”.

**O SR. LOBBE NETO** - Sr. Presidente, eu quero passar uma informação para o Plenário desta Casa...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Estamos em orientação.

Como vota o PSB?

**O SR. JÚLIO DELGADO** (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quando o Governo fala que está orientando de forma geral, todo mundo aqui acompanha o problema que estamos vivendo no PSB, que fechou



questão contra. Como essa é a retirada de pauta da matéria da reforma trabalhista, no mínimo, o que se pode dizer é que não se pode colocar orientação.

Então, não quero desrespeitar nem desautorizar nossa Líder, que pode vir fazer autorização, mas tem que colocar “liberado”, pelo menos neste momento em relação a este requerimento, porque esta é a posição que nós estamos discutindo. Não pode colocar isso neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado, quando a base começa a orientar por todos, eu cito todos os partidos da base exatamente para que todos tenham o direito de fazer o que V.Exa. fez agora.

**O SR. JÚLIO DELGADO** - Com respeito a V.Exa. que tem essa consideração — todos sabem o que vive o PSB neste momento —, mas como é uma retirada de pauta e ontem houve essa discussão, eu não quero colocar ali desautorizando, até porque não sou Vice-Líder, o voto “sim” ou a “obstrução”, que é a posição do PSB.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - É uma decisão do partido, Deputado.

**O SR. JÚLIO DELGADO** - Do partido, mas como a Líder não me autorizou, pelo menos “liberado” eu quero colocar ali.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Pronto. A decisão é do partido.

Como vota o Solidariedade?

**O SR. MAJOR OLÍMPIO** (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade, Sr. Presidente, partido que teve e tem as suas origens e o seu ideário na defesa do trabalho e do trabalhador, entende que ainda não está amadurecido o processo, ainda se estão fazendo colocações mais do que pertinentes para o aperfeiçoamento da legislação trabalhista.

Então, o Solidariedade vota “sim”, pela retirada de pauta do projeto.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o DEM?

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, está havendo a reunião na Comissão da Reforma da Previdência. Eu mesmo estou inscrito e seria o próximo a falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Já estou avisando que é para encerrar tudo. Pode deixar.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** - Tem que encerrar, assim como as demais Comissões, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Todas as Comissões, se não estiverem apenas com um debate interno, não têm validade.

**A SRA. LAURA CARNEIRO** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria se posiciona favorável a esse requerimento. Nós precisamos expor aqui dentro deste plenário, com clareza, a posição de cada Deputado e de cada Deputada.

Aqui estão sendo rompidos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras que foram construídos ao longo do século XX. No século XXI, com todas as condições para avançarmos em direitos, estamos retroagindo a uma condição de semiescravidão para grande parte dos brasileiros e das brasileiras.

Veja, por exemplo, a autorização para que mulheres grávidas ou lactantes trabalhem em locais insalubres. Trata-se de um absurdo. Trata-se de uma violência. Trata-se de algo que nós, não apenas como mulheres, mas como Parlamentares, homens e mulheres, não podemos aceitar.



---

A reforma como um todo é altamente violenta. Nós temos que mostrar a cara para que os trabalhadores saibam quem está ao seu lado e quem está contra si.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como orienta o PSOL?

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL vota “sim”, porque entende, como a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, como os juízes federais do Brasil, como a Associação dos Magistrados Brasileiros — AMB, como os Procuradores da República, que este é o maior ataque perpetrado na história recente do Brasil à Consolidação das Leis do Trabalho — CLT. Esta já foi muito modificada, aliás, desde 1943, e atualização já houve.

Nós também concordamos com o juiz da Anamatra que diz que o escopo do projeto, e vamos apontar objetivamente cada retirada de direito que ele promove, é o da individualização da batalha do trabalhador contra o capital e da empresarialização da negociação trabalhista. A ótica do capital predomina nesse projeto e o trabalhador sai prejudicado.

O PSOL vota “sim” à obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Sr. Deputado Alessandro Molon, que disporá de 1 minuto.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero responder ao Deputado que me citou os dois direitos que imediatamente...

**O SR. SILVIO TORRES** - Fala meu nome.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** - ... essa reforma retira e também responder sobre o conteúdo geral da reforma.



As horas em *in itinere*, que são as horas de deslocamento do trabalhador até a sua empresa, se for em local de difícil acesso, hoje esse é um direito, e a proposta de reforma retira esse direito! A incorporação do valor da função gratificada hoje é um direito, e a reforma retira esse direito! Os empregados terceirizados não terão direito à equiparação salarial se houver Plano de Cargos e Salários na empresa. Esse hoje é um direito que será retirado!

Portanto, é uma reforma que ataca os direitos dos trabalhadores, sim! Que o PSDB e os outros partidos da base do Governo que defendem ...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado Alessandro Molon, para encerrar. V.Exa. tem 1 minuto só para responder.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** - Perfeitamente, Presidente.

Para concluir, tenham a coragem de dizer: *nós queremos retirar direitos*. Mas, por favor, não faltem com a verdade. Sejam honestos e retirem os direitos de peito aberto e não mentindo como se não retirassem direitos.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputado.

Em votação.

**O SR. WELITON PRADO** - Sr. Presidente, e o PMB?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Desculpe-me.

Como vota o PMB?

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB vota "sim", pela retirada de pauta. Com certeza, este projeto retira muitos direitos dos trabalhadores. E nós não concordamos de maneira nenhuma com isso. Da mesma maneira, discordamos da terceirização em conjunto com a reforma da



Previdência. São reformas muito prejudiciais ao povo brasileiro, aos servidores públicos e aos trabalhadores, das quais nós discordamos.

O Governo tem vários mecanismos que poderia utilizar — taxar os bancos, as grandes fortunas, fazer auditoria da dívida pública — para não prejudicar quem mais precisa. Então, essa é uma reforma maléfica ao conjunto dos trabalhadores.

O PMB vota “sim”, pela retirada de pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem favoráveis ao requerimento de votação pelo processo nominal permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

REJEITADO.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Foi vitoriosa, Sr. Presidente. Foi aprovado, foi aprovado o requerimento de votação nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Rejeitado.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Ninguém levantou a mão, Sr. Presidente.

**A SRA. ERIKA KOKAY** - Foi aprovado, Sr. Presidente. Foi aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Rejeitado.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF) - Peço verificação, Sr. Presidente.

O PT muda para obstrução.

**O SR. LOBBE NETO** (PSDB-SP) - Verificação conjunta.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM) - Verificação conjunta.



**A SRA. ERIKA KOKAY** - Há muito sangue de trabalhador neste plenário hoje, muito sangue de trabalhador, muita destruição de direitos. São saprófagos por direitos!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e a todos os Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Foi aprovado, Sr. Presidente?

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL entra em obstrução.

**O SR. CHICO LOPES** (PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PCdoB altera para obstrução.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós queremos convocar todos os Parlamentares da base para virem ao plenário. Nós temos hoje votações importantes, estamos em processo de votação, e é necessário que estejamos aqui para concluir, ainda nesta noite, a votação da reforma de modernização trabalhista.

**O SR. LELO COIMBRA** (PMDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Chamo a bancada do PMDB para estar presente, assim como a bancada da Maioria do Governo na Câmara.

**O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM** (Bloco/PTN-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria chamar os Deputados do PTN para que venham a plenário.



**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há uma questão de ordem que eu quero fazer. Ela se baseia no art. 185, combinado com a decisão da Presidência à Questão de Ordem nº 572, de 2005.

A questão de ordem é a seguinte: o procedimento a ser observado na proclamação do resultado das votações pelo processo simbólico é a manifestação pessoal dos Deputados presentes no plenário no momento da votação, e não a orientação das bancadas.

Neste momento, e eu faço questão de registrar essa questão de ordem, porque o resultado foi nítido, visível. Nós olhamos para todos os lados. Nós olhamos para o lado esquerdo. Nós olhamos para o lado direito. Nós olhamos para as pessoas que estavam em pé. Não houve a manifestação do Parlamentar. E V.Exa. deu “rejeitado” sem a manifestação dos Deputados, Sr. Presidente.

**O SR. LOBBE NETO** - Sr. Presidente, essa é matéria vencida. Vamos em frente.

**O SR. BOHN GASS** - Eu estou apresentando uma questão de ordem.

Esses dias, V.Exa., assim como o Deputado Cunha, já fez uma votação em que ocorreu a derrota do Governo. Aqui, há a vontade da maioria que se expressa. Eu sei que o Senador Aécio Neves não gosta disso, porque perdeu a eleição e, aí, tirou a Dilma. Ele não respeita a democracia. Mas V.Exa., que jurou, como nós juramos, respeitar a Constituição, não a está respeitando.

O Eduardo Cunha — e ele está naquele lugar que todo mundo sabe — fazia isso. Quando ele perdia, ele recolocava em votação.



Agora, pessoal, está claro, é a manifestação das pessoas, não dos partidos. E nós olhamos — eu repito — para o lado esquerdo, e as pessoas não se manifestaram; olhamos para o lado direito, olhamos para o centro, não houve manifestação contrária, e V.Exa. deu como rejeitado. Não pode. Está errado.

Nós pedimos agora que fosse feita verificação de quórum, mas essa questão já estava decidida, como diz o Regimento, e V.Exa. está desrespeitando o Regimento. Aqui está claro. Os Deputados não votaram pela rejeição. Esse requerimento, senhores, foi aprovado — foi aprovado.

Então, este é o debate de hoje. Nós não podemos ter sucessivas rasgações da lei e do Regimento. E V.Exa., neste momento, está infringindo o Regimento nesse aspecto. Por isso, nós estamos fazendo esta questão de ordem, porque o artigo do nosso Regimento é claro. Olhei para o lado direito, olhei para o lado esquerdo e para o centro. Esse projeto foi rejeitado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O Plenário vai decidir em votação nominal, Sr. Deputado.

**O SR. LOBBE NETO** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, responda a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Já respondi. O Plenário vai decidir em votação nominal.

Encontra-se presente a Sra. Luzia Ferreira.

**A SRA. ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, o senhor não é Luís XIV.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A senhora não tem o direito de me chamar de Luís XIV. Respeite-me. Há limite.



**A SRA. ERIKA KOKAY** - V.Exa. está se portando como Luís XIV, mas sem o brilho de Luís XIV, é o Luís XIV das sombras.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Encontra-se presente a Sra. Luzia Ferreira, representante do Estado de Minas, eleita pela Coligação PPS/PV/PDT...

**A SRA. ERIKA KOKAY** - Autoritário. Está desrespeitando o conjunto dos Parlamentares.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - E tomará posse em virtude do afastamento do titular.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Convido V.Exa. a prestar...

**A SRA. ERIKA KOKAY** - Pelo requerimento nominal, pela votação nominal...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem uma Deputada tomando posse, Deputada. V.Exa. não é a única Deputada deste Parlamento.

**A SRA. ERIKA KOKAY** - V.Exa. está desrespeitando.

**O SR. ALBERTO FRAGA** - Corte o microfone!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Encontra-se presente a Sra. Luzia Maria Ferreira, representante do Estado de Minas Gerais, eleita pelo PPS, que tomará posse em virtude do afastamento do titular.

Convido S.Exa. a prestar o compromisso regimental, com o Plenário e as galerias de pé.

*(Comparece à Mesa a Sra. Luzia Maria Ferreira e presta o seguinte compromisso):*

“PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO, OBSERVAR AS LEIS, PROMOVER O BEM GERAL DO POVO BRASILEIRO E SUSTENTAR A UNIÃO, A INTEGRIDADE E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL”.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Declaro empossada a Sra. Luzia Maria Ferreira. (*Palmas.*)

**A SRA. SORAYA SANTOS** (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero cumprimentá-la em nome da bancada.

**O SR. ARNALDO JORDY** - Sr. Presidente, peço a palavra apenas para fazer uma breve saudação à nobre Deputada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Sóstenes Cavalcante.

**O SR. SÓSTENES CAVALCANTE** (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de dar as boas-vindas, em nome do nosso partido, o Democratas, ao Vice-Prefeito da bela cidade de São Pedro da Aldeia, na Região dos Lagos, Sr. Mauro Lobo. O Presidente do Democratas, Vinícius, e o Secretário de Governo, Eron, estão vindo à capital federal em busca de recursos para o seu Município, que atravessa dificuldades como a maioria dos Municípios do País.

Queremos desejar a todos vocês, em especial a este Município que no dia 16 vai completar 400 anos, boas-vindas a Brasília. Tenham convicção de que, com o trabalho do Democratas e de todo este Parlamento, nós viveremos dias melhores para o Município de São Pedro da Aldeia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ARNALDO JORDY** (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma brevíssima saudação, em nome da bancada do Partido Popular Socialista, à nossa querida Luzia Maria Ferreira, Deputada que acaba de ser empossada por V.Exa. nesta Casa, onde prestou seu juramento.



Deputada Luzia Maria Ferreira, seja muito bem vinda, neste momento tão especial da vida do País. V.Exa. vem abrilhantar nossos debates.

A Deputada Luzia Maria Ferreira já foi Vereadora, Presidente da Câmara, Deputada Estadual. Ela tem uma larga carreira de serviços prestados ao povo de Minas Gerais e, hoje, vai colaborar conosco, prestando seus serviços a Minas Gerais e também ao Brasil. Ela é a quarta mulher do PPS a integrar nossa bancada.

Seja bem vinda, e sinta-se muito bem saudada pela bancada do PPS.

**A SRA. SORAYA SANTOS** (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, como Coordenadora da Bancada Feminina, quero dar as boas-vindas à Deputada Luzia Maria Ferreira. É uma enorme satisfação recebê-la como 56ª mulher a compor esta bancada, que sempre age suprapartidariamente, quando o assunto é mulher.

Quero dar um exemplo. Hoje, mesmo, o Relator da Reforma Trabalhista acolheu todos os pontos inerentes à mulher, e eles foram construídos por todas as mulheres, de todos os partidos.

Tenho certeza de que V.Exa., que traz duas marcas: primeiro, a marca da equidade, porque, a partir da sua vinda, o PPS passa a ter exatamente o mesmo número de homens e de mulheres, o que é uma busca das mulheres deste País.

Seja bem vinda. Contamos muito com a sua experiência. Temos, na bancada feminina, todo o prazer em recebê-la.

**A SRA. POLLYANA GAMA** (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero saudar a Deputada Luzia Maria Ferreira, de Minas Gerais, cumprimentá-la e externar nossa satisfação de ter, na bancada do PPS, dos nove



Deputados, quatro mulheres — o que se aproxima muito do sonho no que se refere à paridade entre homens e mulheres no Parlamento.

Pudéramos, com a Reforma Política, viabilizar meios para que isso seja concretizado em todas as bancadas deste Parlamento.

Deputada Luzia, seja bem vinda.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Gorete Pereira.

**A SRA. GORETE PEREIRA** (PR-CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu também gostaria de parabenizar a Deputada Luzia, em nome da Procuradoria da Mulher desta Casa.

Deputada Luzia, é uma satisfação recebê-la hoje, apesar de o dia estar um pouco tumultuado! V.Exa. com certeza vai contribuir muito com a Câmara, porque já é acostumada a lidar com esse tipo de conflito por ter sido vereadora e deputada. Sua pessoa aqui hoje engrandece a bancada feminina e a Procuradoria.

Muito prazer em recebê-la nesta Casa!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Eliziane Gama.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (PPS-MA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu também quero trazer aqui meus cumprimentos à Deputada Luzia e lhe dar boas-vindas.

V.Exa. engrandece esta Casa, fortalece a luta das mulheres na Câmara, garantindo inclusive a paridade no nosso partido, o PPS, um bravo partido, que sempre lutou pela igualdade e pela equidade entre homens e mulheres no Brasil.



Deputada Luzia, seja bem-vinda! V.Exa. nos honra e nos traz muita alegria, sobretudo à nossa bancada do PPS.

**O SR. PEPE VARGAS** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado, primeiro, terão a palavra as Deputadas.

Concedo a palavra à Deputada Carmen Zanotto.

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, da mesma forma, como Parlamentar do PPS, quero dar as boas-vindas à nossa colega Luzia Ferreira.

Seja bem-vinda à nossa Casa, Deputada Luzia! Tenho certeza absoluta de que V.Exa. vai contribuir não só com o nosso partido, o PPS, como também com o Parlamento brasileiro, com as mulheres e com todos os temas inerentes à sociedade brasileira. Bem-vinda, querida!

**O SR. PEPE VARGAS** - Sr. Presidente...

**A SRA. MAGDA MOFATTO** (PR-GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Deputada Luzia, seja bem-vinda!

Sua presença faz com que a paridade feminina cada vez mais esteja presente nesta Casa. É um prazer muito grande saber que mais uma mulher está fazendo parte do Parlamento brasileiro.

Seja sempre bem-vinda!

**O SR. PEPE VARGAS** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria também saudar a Deputada Luzia Ferreira e desejar a ela um bom mandato.



Mas, ao mesmo tempo, queria, Sr. Presidente, chamar a atenção para o fato de que, neste debate da reforma trabalhista, os Deputados e Deputadas que defendem essa proposta têm feito um esforço para dizer que essa proposta não tira direito de trabalhador nenhum.

Se não tira nada, por que estão fazendo a reforma então? É evidente que essa proposta tira direitos dos trabalhadores. Dizer que o negociado sobre o legislado, permitindo negociação abaixo do que diz a lei, não vai retirar direitos de trabalhadores é uma falácia, é uma mentira. A proposta tira, sim, direitos dos trabalhadores. Ela coloca uma relação completamente subordinada dos trabalhadores em relação ao capital.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa proposta não pode prosperar. É importante que ela seja retirada da pauta. É importante que os Deputados votem a favor do requerimento, na votação nominal, para retirar da pauta esta matéria.

*O Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. André Fufuca, 2º Vice-Presidente.*

**O SR. JÚLIO DELGADO** (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de mudar a orientação do PSB para obstrução, porque temos uma reunião às 14 horas. E, em função de os Deputados não estarem votando, eu coloco a obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.



---

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje a Rede Globo de Televisão, a Globo golpista, está completando 52 anos. Não podemos permitir que o Governo de Michel Temer e seus aliados golpistas entreguem para a Globo, de presente de aniversário no dia de hoje, o fim dos direitos trabalhistas de nosso País.

Vamos obstruir. Vamos mobilizar as redes sociais, cobrar dos Deputados e Deputadas a postura de defesa do direito dos trabalhadores e trabalhadoras.

Não, não vamos dar de aniversário para a Globo golpista aquilo que ela está esperando. Não, não vamos permitir.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Tem a palavra o Deputado Simão Sessim. E depois, o Deputado Mauro Lopes e o Deputado Carlos Zarattini.

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no próximo domingo, dia 30 de abril, comemoramos o Dia da Baixada Fluminense, uma data muito especial para reflexão dos cerca de 4 milhões de pessoas — algo em torno de 30% da população fluminense —, que habitam uma das regiões mais importantes do ponto de vista sócio-político-econômico do Estado do Rio de Janeiro.

Sempre que ocupo esta tribuna para falar da Baixada Fluminense, o faço com muito orgulho, sobre um povo aguerrido, valoroso, persistente e determinado a viver em busca de valores capazes de lhes proporcionar cidadania e dignidade. E esta é a meta que aquela gente vem perseguindo dia a dia, mês a mês, ao longo dos últimos 163 anos de existência daquela região.

Infelizmente, parece que não temos muita coisa a comemorar numa data tão importante.



Há cerca de 2 anos, Sr. Presidente, o Instituto Trata Brasil, de São Paulo, estudou as condições de saneamento das cem maiores cidades do Brasil, onde vivem cerca de 40% da população brasileira. Pelo menos quatro delas — Nova Iguaçu, São João de Mereti, Duque de Caxias e Belford Roxo —, localizadas na Baixada Fluminense, ficaram entre as últimas posições.

Por isso, Sr. Presidente, faço aqui um relato das condições péssimas de esgoto que vive a Baixada, e também um relato sobre a situação da saúde pública, em que 4 milhões de habitantes dependem de leitos públicos de UTI e não os têm. Só um hospital hoje atende à Baixada, o Hospital da Posse, em Nova Iguaçu.

Vou concluir...

*(Desligamento automático do microfone.)*

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o próximo domingo, 30 de abril, quando comemoramos o Dia da Baixada Fluminense, será uma data muito especial para reflexão dos cerca de 4 milhões de pessoas – algo em torno de 30% da população fluminense -, que habitam uma das regiões mais importantes do ponto de vista sócio-político-econômico do Estado do Rio de Janeiro.

Sempre que ocupo esta tribuna para falar da Baixada Fluminense, o faço com muito orgulho sobre um povo aguerrido, valoroso, persistente e determinado a viver em busca de valores capazes de lhes proporcionar cidadania e dignidade.

E esta é a meta que aquela gente vem perseguindo, dia a dia, mês a mês, ao longo dos últimos 163 anos de existência daquela região.



---

Infelizmente, parece que não temos muita coisa a comemorar numa data tão importante.

Há cerca de dois anos, Senhor Presidente, o Instituto Trata Brasil, de São Paulo, estudou as condições de saneamento das 100 maiores cidades do Brasil, onde vivem cerca de 40% da população brasileira.

Pelo menos quatro delas – Nova Iguaçu, São João d Meriti, Duque de Caxias e Belford Roxo -, localizadas na Baixada Fluminense, ficaram entre as últimas posições.

Nessas regiões, Senhor Presidente, o tratamento de esgoto não chega nem sequer perto da metade da população. Em 2013, por exemplo, a região já era recordista em casos de doentes devido às más condições sanitárias.

E não é só isso, Senhor Presidente. A situação da saúde pública na Baixada Fluminense é de doer o coração. O diagnóstico é dos mais terríveis. As prefeituras da região vão de mal a pior, sem saber como socorrer seus pacientes, já que lhes falta reforço de insumo dos recursos federais capaz de aliviar a dor da falta de atenção médica que está acometendo um universo de aproximadamente 4 milhões de pacientes.

Não obstante, a novela do fecha-não-fecha, por falta de recursos, o Hospital Geral de Nova Iguaçu, também conhecido como Hospital da Posse - única unidade médica de pronto socorro a atender toda a Baixada Fluminense -, ganha capítulos novos a cada dia que passa, sem que se tenha um epílogo feliz.

A Baixada Fluminense, segundo maior Colégio Eleitoral e dos maiores PIBs do Estado, não pode e não deve ser tratada com descaso. Não podemos esquecer que a região possui enorme patrimônio de valores naturais, culturais, históricos,



econômicos, humanos e sociais. Por isso mesmo, essa gente ordeira e trabalhadora trava uma luta diária e ininterrupta, até agora, ainda inglória, em busca de justiça social, de igualdade humana e melhoria da qualidade de vida.

De qualquer forma, aproveito a ocasião para felicitar o povo da Baixada Fluminense, desejando-lhe paz, amor, prosperidade, respeito e felicidade.

Feliz Dia da Baixada Fluminense.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Sr. Presidente, ...

**O SR. SERGIO ZVEITER** - Deputado Fufuca, ...

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Eu queria dizer aqui...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Deputado Sergio Zveiter,...

**O SR. SERGIO ZVEITER** - Eu estou com a palavra aqui, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Só um minuto. Todo mundo vai ter direito à palavra.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Quem está com a palavra?

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero dizer que estão presentes aqui, na Câmara dos Deputados, representantes do Conselho Federal da OAB, da ANAMATRA, do Ministério Público do Trabalho, da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas, da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, dos Advogados pela Democracia, Justiça e Cidadania, dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, dos desembargadores



de TRTs, das centrais sindicais, da UGT, da Força, da CUT, do CTB, da Nova Central, da CGTB, da CSP-Conlutas, da Intersindical, da AMAT e de uma série de outras entidades.

Eles estão entregando um documento, que vou levar às mãos de V.Exa., solicitando a retirada de pauta deste projeto de lei, chamado reforma trabalhista, devido não só à ilegalidade que aqui foi cometida, ao votarem duas vezes o regime de urgência, mas também ressaltando a inconstitucionalidade desse projeto que retira direitos dos trabalhadores.

Portanto, é necessário, é fundamental que todos os Deputados aqui sigam o que a sociedade civil está apresentando junto com a CNBB — Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

Vamos retirar de pauta esse projeto. Esse é um projeto maligno. Esse é um projeto contra o povo brasileiro, contra o trabalhador, é um projeto que não interessa ao Brasil, porque vai massacrar milhões de brasileiros. Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou passá-lo às suas mãos.

**O SR. LOBBE NETO** - Sr. Presidente...

**O SR. PASTOR EURICO** (PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A orientação do PHS, Sr. Presidente, é liberar a bancada.

**O SR. WADIH DAMOUS** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado Sergio Zveiter e, logo após, o Deputado Wadih Damous e o Deputado Lobbe Neto.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Deputada Jandira Feghali também.

**O SR. SERGIO ZVEITER** (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu tomei conhecimento há pouco que o Grupo Globo faz 50 anos, se



não me engano. Com todo o respeito que merece o Deputado que me antecedeu, eu gostaria de parabenizar o Grupo Globo pelo importante trabalho que desempenha no País na área do jornalismo, do entretenimento e do esporte. *(Apupos.)*

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Ave Maria! Pelo amor de Deus, que vergonha!

**O SR. SERGIO ZVEITER** - Quero aproveitar para dizer o seguinte: aqui ninguém tem medo de Deputado. Não é no grito, com agressão, com palavras de baixo calão que as pessoas vão ser respeitadas. Aqui cada Deputado tem um voto. Nós não temos medo uns dos outros, fomos eleitos democraticamente.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Tem que ter medo do povo.

**O SR. SERGIO ZVEITER** - E, do mesmo jeito que nós ouvimos e respeitamos, gostaríamos de ser ouvidos e respeitados. Parabéns ao Grupo Globo!

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Que coisa vergonhosa! Não precisa disso. Não precisa prestar serviço, não, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado Wadih Damous. *(Pausa.)*

**O SR. PASTOR EURICO** - Sr. Presidente, no painel, a orientação do PHS está...

**O SR. WADIH DAMOUS** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como nós vimos aqui, e o Líder Carlos Zarattini noticiou, o mundo jurídico brasileiro, advogados, através da Ordem dos Advogados do Brasil, Juízes do Trabalho, através do Tribunal Superior do Trabalho e da ANAMATRA, Procuradores do Trabalho, a CNBB, enfim, entidades da sociedade civil estão aqui presentes pedindo a retirada desse amaldiçoado projeto, desse nefasto substitutivo.

Esta Casa não pode fingir que isso não está acontecendo.



Infelizmente o Presidente Rodrigo Maia não está aqui, mas eu vou dizer. Lamentavelmente o Presidente mostrou destempero ali, ao apontar o dedo para a cara de um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, dizendo que não ia retirar de pauta coisa alguma, porque já estava em andamento.

Esse destempero não nos leva a um bom caminho. Nós temos de entender que quem mandou esse lixo legislativo para cá foi o Palácio do Planalto, cujo titular golpista já teve queda de mais de 4% em sua popularidade. Ele não tem legitimidade para governar este País, como esta Casa não tem legitimidade para aprovar essa selvageria contra a classe trabalhadora.

A Rede Globo não vai ganhar isso aqui de presente.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Deputado Pastor Eurico, V.Exa. quer encaminhar?

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Sr. Presidente, estou inscrita.

**O SR. PASTOR EURICO** (PHS-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no painel, o PHS consta o voto "não". Nossa orientação é para liberar a bancada. Por favor, alterem ali. Essa é a nossa orientação.

A bancada está liberada.

**O SR. LOBBE NETO** (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero saudar todas as autoridades que estão na Câmara dos Deputados.

Sejam muito bem-vindas! Estamos em votação. Vamos continuar em votação.

Há uma informação que eu gostaria de dar na Casa: o Supremo Federal acaba de decidir a respeito do *lato sensu* e votou favoravelmente à cobrança *lato sensu* nas universidades. Aquilo que o Congresso Nacional não legislou, agora com o recurso, o Supremo deferiu e votou o *lato sensu* na cobrança das universidades.



Mais uma vez há a judicialização. Tendo em vista que esta Casa não vota e não se responsabiliza pelos projetos existentes aqui, demorou para votar, faltaram quatro votos e agora o Supremo decidiu pela cobrança para regularizar uma cobrança que já está sendo feita nas universidades.

**O SR. MAURO PEREIRA** - Sr. Presidente...

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Sr. Presidente, eu estou inscrita.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Agora falará a Deputada Jandira Feghali. Porém o PSB quer encaminhar antes. Após o PSB encaminhar, falarão a Deputada Jandira, o Deputado Mauro e logo depois o Deputado Zé Geraldo.

Como encaminha o PSB?

**O SR. RODRIGO MARTINS** (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado André Fufuca, eu estou como um dos Vice-Líderes do PSB. A Deputada Tereza Cristina, que é a Líder do PSB, pediu-me que, aqui a representando, fizesse a alteração de "obstrução" para liberação da bancada.

Então eu queria fazer este registro em plenário: que a orientação para a bancada, segundo a Líder, conforme determina o regimento, é pela liberação da bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Fique registrado aqui o pedido do Deputado.

Com a palavra a Deputada Jandira Feghali.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar eu quero dizer que o que o Plenário da Câmara está fazendo neste momento é inconstitucional. Existem três medidas provisórias trancando a pauta. Esta não é matéria de Processo Civil, não é matéria



---

penal. Nós não podemos votar esta matéria antes de apreciar as medidas provisórias.

Isso é uma ilegalidade, uma inconstitucionalidade. O PCdoB entrou com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal. Estamos aguardando a decisão do Supremo sobre essa ilegalidade e essa inconstitucionalidade.

Em segundo lugar quero expressar a minha homenagem às entidades que aqui vieram e dizer ao Deputado que ficou prestando serviço à *TV Globo* e ao sistema Globo no microfone que o medo dele tem que ser do povo, porque essa matéria tira o poder da Justiça do Trabalho, desregula completamente as relações de capital e trabalho e suprime, aluga força de trabalho brasileira e se apropria dela.

É um absurdo que o Plenário desta Câmara, neste momento da luta política brasileira, nesta conjuntura brasileira, fique com esta calma diante de um debate que suprime, às vésperas de uma greve geral.

E aí, sim, Deputado, o senhor tem que ter medo é do povo. O medo não está aqui dentro, não, é do povo que está lá fora, que vai fazer uma greve geral histórica neste País na próxima sexta-feira e vai colocar como alvo as votações neste Congresso.

E este Governo, que não tem popularidade, não tem legitimidade, não tem credibilidade para encarar uma proposta desse tamanho e dessa dimensão.

É um absurdo o que se está fazendo aqui hoje! É um absurdo a supressão de direitos e a agressão que o Presidente Rodrigo Maia faz à Constituição, ao Regimento e à legalidade brasileira!



---

Quero fazer esse registro e exigir que esta votação seja suspensa, porque nós estamos cometendo aqui uma inconstitucionalidade, colocando em pauta a supressão de direitos contra a Constituição e contra o Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado Mauro Pereira e, logo após, a Deputada Raquel.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Deputado Fufuca, estou aqui também.

**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado André Fufuca, eu gostaria de, primeiro, dar boas-vindas para todas as entidades que estão nos visitando no dia de hoje, inclusive, o Tribunal Superior do Trabalho.

Nós estamos aqui prestando um serviço à comunidade brasileira. Nós precisamos ter leis. O Congresso e a Câmara são para fazer as leis e debater. É o que nós estamos fazendo aqui.

O nosso trabalho vai facilitar o trabalho da Justiça do Trabalho. É isso o que nós estamos fazendo. É para isso que nós fomos eleitos. Nós temos que fazer leis, nós temos que debater. Está sendo debatido. Está sendo muito bem debatido. A única coisa é que nós não estamos agradando nem ao PT nem aos partidos que andam junto com o PT. Esses estão descontentes. Esses governaram 13 anos, não fizeram nada, quebraram o Brasil, deixaram o Brasil de joelhos e agora querem continuar prejudicando o nosso País.

**O SR. ZÉ GERALDO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Peço que conclua, Deputado.

**O SR. MAURO PEREIRA** - Eu quero solicitar aos colegas Deputados e Deputadas que venham ao plenário. Vamos votar, porque nós precisamos, sim,



gerar empregos. Nós precisamos gerar empregos para esses 13 milhões de desempregados. É para isso que nós estamos aqui, é essa a nossa obrigação.

Deus queira que nós demos ao povo brasileiro este presente, que são leis claras para o empregado e para o empregador!

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Raquel Muniz

**A SRA. RAQUEL MUNIZ** (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero que seja divulgada nos meios de comunicação e no programa *A Voz do Brasil* a aprovação, na Comissão de Viação e Transportes, uma importante Comissão, do nosso requerimento para a realização de mesa redonda e visita técnica à BR-251.

A nossa luta é pela duplicação da BR-251, mas já temos recursos para fazer o recapeamento. Queremos celeridade nisso e queremos chamar as autoridades do Ministério dos Transportes e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT para participarem conosco dessa importante ação aprovada na Comissão de Viação e Transportes.

Quero dizer, Sr. Presidente, que estou muito feliz. A campanha do meu marido foi judicializada, e agora começamos a receber aquilo que clamamos muito: justiça. Os processos contra o meu marido foram arquivados, e eu estou de cabeça erguida nesta Casa para lutar pela minha região. O passado já passou para nós. Já estamos conseguindo a nossa absolvição. Agora, para aqueles que nos acusaram, continua. Com certeza, haverá justiça também para eles, e eles irão para a cadeia.



Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

**O SR. ZÉ GERALDO** - Sr. Presidente...

**A SRA. LAURA CARNEIRO** - Deputado...

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado Fufuca, Sr. Presidente, com todo o respeito, V.Exa. é pai?

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Não.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Ainda não.

Aqui, há muitos Parlamentares que são pais e Parlamentares que são mães, é justo uma mulher grávida trabalhar em local insalubre? É justo uma mulher amamentar em local insalubre, como foi a proposta original do Relator, que estava aqui colocada? Isso não é justo! Não podemos votar uma matéria como esta como se natural fosse, não é. São mais de 100 direitos dos trabalhadores brasileiros que estão sendo retirados, não podemos aceitar que isso aconteça.

O PSOL vai continuar em obstrução.

**A SRA. LAURA CARNEIRO** - Sr. Presidente, eu quero fazer um registro e, ao mesmo tempo, contraditar a palavra do Deputado Glauber.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Todos vão falar.

**O SR. ZÉ GERALDO** - Sr. Presidente!

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - Sr. Presidente!

**O SR. SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente!



**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Tem a palavra o Deputado Marcos Rogério.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (DEM-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas comunicar ao plenário o falecimento do jornalista Carlos Chagas.

O jornalista Carlos Chagas acaba de falecer. A filha dele, ex-Ministra de Comunicação Social do Governo Dilma, publicou, agora há pouco, há 16 minutos, a seguinte mensagem:

*“Amigos, meu pai, jornalista Carlos Chagas, acaba de falecer. Era a melhor pessoa que conheci nesse mundo”.*

Todos nós sabemos da trajetória de Carlos Chagas, comentarista político do SBT, CNT e de tantos outros veículos de comunicação por muitos anos, é uma pessoa respeitada e de uma trajetória, por todos nós, reconhecida, que acabou de falecer.

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Peço que conclua, Deputado.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** - Quero deixar aqui este registro, o nosso pesar pelo falecimento dele e os nossos sentimentos à família.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. IVAN VALENTE** - Sr. Presidente...

**A SRA. LAURA CARNEIRO** - Sr. Presidente...

**O SR. PASTOR EURICO** - Deputado Pastor Eurico!

**O SR. SILAS CÂMARA** -Sr. Presidente...



**A SRA. LAURA CARNEIRO** - Presidente Fufuca...

**O SR. SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente, peço a palavra apenas para esclarecer a verdade, Sr. Presidente. Mulher pode... Se ela tiver...

**O SR. ZÉ GERALDO** - Sr. Presidente, eu sugiro que V.Exa. faça uma inscrição, porque eu estou há meia hora aqui. Não! Aí não dá desse jeito! Cada um que chega vai falar? Eu quero falar, Sr. Presidente!

**O SR. ALIEL MACHADO** - Sr. Presidente...

**O SR. LEO DE BRITO** - Sr. Presidente...

**A SRA. LAURA CARNEIRO** - Presidente Fufuca...

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Há uma inscrição aqui, todos serão respeitados.

Concedo a palavra ao Deputado Pastor Eurico. *(Pausa.)*

**A SRA. LAURA CARNEIRO** - Eu estava inscrita depois da Deputada!

**O SR. ZÉ GERALDO** - Depois dela, era eu! Então, faça uma inscrição! Eu fico até meia hora aqui. Isto aqui virou uma bagunça!

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente...

**O SR. BEBETO** - Sr. Presidente, só fala quem ganha no grito aqui, é? Sr. Presidente, nós estamos pedindo a palavra aqui e V.Exa. não destina a palavra a quem a está pedindo!

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Deputado, aqui há uma lista. A lista será respeitada.

**O SR. BEBETO** - É no grito? Se for pelo grito, nós vamos saber gritar mais alto aqui!



**A SRA. LAURA CARNEIRO** - Ah, eu também grito! Voz de mulher é um inferno!

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - Sr. Presidente...

**O SR. IVAN VALENTE** - É conforme a ordem? Esse aí não estava na fila!

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - É normal...

**O SR. ZÉ GERALDO** - *(Ininteligível)* não, rapaz?

**O SR. IVAN VALENTE** - Ele não estava na fila! Ele não pode falar a qualquer momento!

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - S.Exa. está na fila, Deputado. S.Exa. está na fila.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Não, não é normal! Não há nada normal aqui!

**O SR. LEO DE BRITO** - Ele passou à frente, Sr. Presidente!

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Está tudo anormal! No grito, eu grito!

**O SR. LEO DE BRITO** - É no grito mesmo? É no grito, Sr. Presidente? Ele passou à frente!

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Deputado, aqui há uma lista.

**O SR. ZÉ GERALDO** - Eu estou há meia hora aqui!

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Aqui há uma lista. O Deputado Darcísio Perondi está à sua frente na fila, Deputado. Logo após S.Exa...

**O SR. LEO DE BRITO** - Eu também estou na lista! É por ordem de chegada?

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Logo após o Deputado Darcísio...



**O SR. LEO DE BRITO** - Essa lista está por ordem de chegada! Ele chegou depois!

**A SRA. LAURA CARNEIRO** - Depois da Deputada, era eu! V.Exa. concedeu a palavra ao Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Deputado...

**O SR. ZÉ GERALDO** - Eu estou onde nessa lista aí, Sr. Presidente? Dá para eu almoçar e voltar?

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Deputado, o Deputado Darcísio Perondi está com a palavra. Logo após, será o Deputado Heráclito.

**O SR. LEO DE BRITO** - Se for no grito, é quem grita mais!

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é normal que haja aqui, nesta Casa, muitas organizações fazendo pressão, isso faz parte da democracia. E mais: membros da OAB.

**O SR. ZÉ GERALDO** - Se é a lei dos idosos que vale aqui, eu respeito.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - O Presidente da Câmara, com tranquilidade, disse: vai continuar. Começou.

É que a OAB, junto com os sindicatos, faz parte desse sistema que engessou os direitos trabalhistas e agora nós estamos libertando.

**A SRA. LAURA CARNEIRO** - Não fala da OAB, não!

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - Nós estamos fazendo uma libertação das relações de trabalho dos advogados lobistas, da OAB, de muitos promotores corporativos, que ganham 40 mil reais, que são de associações que estão aqui, pressionando os Deputados.



E pior: o membro da OAB do Rio de Janeiro que falou há pouco usou os termos “selvageria” e “lixo”, referindo-se ao trabalho que a Comissão fez nesses 90 dias. Dezenas e dezenas...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Ela nem votou os destaques, os suprimiu.

**O SR. ALIEL MACHADO** - Sr. Presidente André Fufuca, estou aqui. Por gentileza, conceda-me a palavra.

**A SRA. LAURA CARNEIRO** - Presidente, eu continuo aguardando.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo.

**A SRA. LAURA CARNEIRO** - Não acredito que V.Exa. passou por cima de mim de novo. Mulher não fala, é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o único lugar neste País em que Michel Temer e Henrique Meirelles ainda tentam ter maioria é aqui neste plenário. Fora daqui, revela a pesquisa: 92% da população entrevistada diz que o Brasil está no rumo errado. E muitos aqui insistem em ainda votar a reforma trabalhista e a reforma da Previdência.

Não adianta ficar dizendo que agora o dólar baixou, que os brasileiros estão viajando mais para o exterior. Grande coisa! Eles vão gastar o dinheiro lá fora, porque as passagens aéreas brasileiras estão caríssimas. Ninguém sai de São Paulo ou do Rio de Janeiro para ir a Santarém conhecer as praias de água doce mais lindas do mundo, porque para chegar lá se gastam 3 mil, 4 mil reais de avião para ir e voltar. É mais fácil ir a Paris.



Então, 92% do povo não quer mais este Governo que está aí.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - O PT está perdendo a mesada da CUT com o fim do imposto sindical.

**A SRA. LAURA CARNEIRO** - Sr. Presidente, eu peço a palavra. Ou vocês não vão dar a palavra a mulher aqui?

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Só 1 minuto.

**O SR. BEBETO** - Sr. Presidente, peço a palavra para alterar nossa orientação.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Espere só 1 minuto, Deputado.

Nós temos uma lista aqui e devemos obedecê-la. Eu estou de acordo e cada um que pede eu estou colocando na lista. Aqui não há privilegiados ou preteridos.

**O SR. BEBETO** - Sr. Presidente, aqui se trata de alteração de orientação.

**A SRA. LAURA CARNEIRO** - Então, a próxima sou eu.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - V.Exa. gostaria de fazer alteração de orientação?

**O SR. BEBETO** - Claro!

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - O PSB já orientou duas vezes.

**O SR. BEBETO** (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não, não. Sr. Presidente. Eu sou o 1º Vice-Líder da bancada. A Líder não está aqui. Eu falo em nome da bancada.

Houve uma orientação equivocada. Nós estamos sob o manto de uma decisão política da Direção Nacional do PSB, que deve ser respeitada até que nova decisão se altere.



Nesse sentido, aqui estou com a bancada alterando a orientação para o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - O PSB vai obstruir, no caso.

Concedo a palavra, pela ordem, à Deputada Laura Carneiro.

**A SRA. LAURA CARNEIRO** - Sr. Presidente, primeiramente quero registrar a presença do Prefeito...

**O SR. LEO DE BRITO** - Sr. Presidente, obedeça a ordem das inscrições.

**A SRA. LAURA CARNEIRO** (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiramente, eu gostaria de registrar e agradecer a presença do Prefeito de Sapucaia, Fabrício Baião, nesta Casa.

Em segundo lugar, quero dizer ao Deputado Glauber Braga que não se preocupe. A bancada feminina hoje mais uma vez atuou. E fez esse acordo ontem na Comissão, com o Relator Rogério Marinho. Nós escrevemos o art. 394 exatamente como era de nosso interesse, dando à mulher a capacidade de decidir e dizendo que ela não pode ficar em áreas insalubres.

Ainda nesse mesmo acordo com o Relator, avançamos, Deputado Glauber Braga, quando criamos uma multa no caso de discriminação contra a mulher.

Assim, não é verdade. Eu tenho que ser justa. O Relator Rogério Marinho, durante todo o processo, combinou com a bancada feminina que acataria todas as nossas sugestões.

Estiveram presentes hoje Deputadas de todas as bancadas, inclusive do PT: a Deputada Maria do Rosário e a Deputada Benedita da Silva.



---

*O Sr. André Fufuca, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Maia, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 49;

NÃO: 224;

ABSTENÇÃO: 1

O REQUERIMENTO FOI REJEITADO.

#### **PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO**

**A SRA. IRACEMA PORTELLA** (Bloco/PP-PI. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 23 de abril, o Marco Civil da Internet completou três anos de vigência. A Lei 12.965/14 é considerada referência mundial no campo das legislações que tratam sobre esse tema.

Os princípios da lei, especialmente a garantia da neutralidade da rede, da liberdade de expressão e da privacidade dos usuários, foram estabelecidos para manter o caráter aberto da internet.

A neutralidade de rede prevê que o tráfego de qualquer dado deve ser feito com a mesma qualidade e velocidade, sem discriminação, sejam dados, vídeos ou outras informações.

Se essa neutralidade não fosse assegurada, a internet poderia funcionar como uma TV a cabo: os cidadãos pagariam determinado valor para acessar redes sociais e outro para acessar redes e vídeos, por exemplo.

O artigo 19 da legislação diz: “com o intuito de assegurar a liberdade de



---

expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário”.

O Marco Civil também garante a privacidade dos usuários da internet. Estabelece que informações pessoais e registros de acesso só poderão ser vendidos se o usuário autorizar expressamente a operação comercial.

Segundo reportagem da Agência Brasil, a pesquisa *O Brasil e o Marco Civil da Internet: o estado da governança digital*, do Instituto Igarapé, organização dedicada a temas de segurança, justiça e desenvolvimento, indica que projetos de lei em tramitação neste Parlamento colocam em risco direitos como o da privacidade e o da liberdade de expressão.

Entre as propostas apontadas pelo documento como ameaça ao Marco Civil, está o Projeto de Lei 215/2015, que exigiria, se aprovado, que todas as empresas de internet armazenassem informações do usuário como nome, CPF e endereço residencial, diz a matéria da Agência Brasil.

A proposição também exigiria que essas empresas fornecessem as informações à polícia em investigações criminais sem ordem judicial, o que teria um efeito prejudicial para normas de privacidade online.

O autor desse estudo, o pesquisador do Instituto de Política Internacional da Universidade de Washington Daniel Arnaudo, explicou que, em maio de 2016, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre Crimes Cibernéticos aprovou um



---

relatório final recomendando projetos que vão contra o Marco Civil.

Na opinião do cientista político e professor do curso de relações internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Maurício Santoro, o Marco Civil da Internet é uma lei com relevância global, que trouxe avanço considerável ao que se tinha.

Segundo ele, existe uma série de ações no Congresso que podem enfraquecer o Marco Civil. “O que mais me assustou foi a CPI sobre crimes cibernéticos com um discurso contra o marco civil”, afirmou.

Não há dúvidas de que o Marco Civil foi um significativo avanço no arcabouço legal brasileiro. A internet nasceu para ser um território de livre acesso e circulação de informações, aproximando pessoas e unindo saberes.

No entanto, essa plataforma democrática não deve prescindir de regulação e legislações pertinentes para salvaguardar os usuários. Daí a relevância do Marco Civil, uma lei que foi intensamente discutida pela sociedade brasileira.

O nosso desafio, como legisladores, é sempre encontrar o equilíbrio entre a promoção da liberdade e a proteção dos cidadãos.

Devemos coibir, com vigor, os crimes cometidos com a ajuda da internet e aperfeiçoar o combate a todo e qualquer tipo de violência expressada e amplificada pelo enorme alcance que as redes sociais têm atualmente.

Essa é uma das nossas principais missões.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigada.

**O SR. DR. SINVAL MALHEIROS** (Bloco/PTN-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhoras e Senhores aqui presentes, ou que me ouvem, leem e veem pela Rádio Câmara e TV



---

Câmara, Internet, redes sociais e, inclusive pela Língua Brasileira de Sinais — LIBRAS, e em particular aos ilustres cidadãos do meu Estado, São Paulo, aos quais tenho o orgulho de aqui representar.

Uso hoje esta tribuna para falar sobre a Funasa (Fundação Nacional de Saúde), que há 26 anos promove a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental. Antes, porém, parablenizo o presidente da República, Michel Temer, assim como o ministro chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, pela sensibilidade na nomeação meritória do advogado Rodrigo Sérgio Dias, que demonstrou competência extremada à frente da Diretoria de Saúde Ambiental (DESAM) e, principalmente por esta razão, acaba de ser empossado, na tarde desta terça-feira, 25 de abril de 2017, na presidência desta importante instituição brasileira.

Foi com muita alegria que recebi esta notícia, principalmente por conhecer o novo presidente. Rodrigo Dias cresceu no seio de uma bem estruturada família de São José do Rio Preto, cidade que está a apenas 50 quilômetros de distância de Catanduva, município onde está localizado o meu domicílio eleitoral. Portanto, posso dizer com toda a certeza, como amigo, como vizinho, como deputado e também como médico, que acaba de galgar o topo da Fundação Nacional de Saúde um jovem dinâmico, íntegro, com espírito público e que não medirá esforços para oferecer à sociedade brasileira o que ela realmente deseja e necessita.

Como já são conhecedores, Nobres Pares, a Funasa vai até o interior do Brasil. O coração, eu diria. Espaços que nenhum outro órgão chega. Por isso a importância dessa Fundação na vida do nosso povo, principalmente das populações mais distantes dos grandes centros urbanos. Estou me referindo às áreas de difícil acesso em nosso País, como os assentamentos, remanescentes de quilombos,



---

reservas extrativistas, comunidades indígenas e ribeirinhas.

A Fundação Nacional de Saúde acumula uma história de conquistas em seus 26 anos de atuação, completados neste mês de abril. Referência nas áreas de engenharia de saúde pública e saúde ambiental, a Funasa transformou a realidade de milhares de famílias no país, promovendo a dignidade humana e a melhoria da qualidade de vida. A importância da Funasa vai muito além da assistência técnica destinada à prevenção e ao controle de doenças. Na prática, ela representa o protagonismo dos municípios brasileiros, resguardando o conceito de saneamento básico como uma ação preventiva de saúde pública.

O novo presidente Rodrigo Dias já conhece toda a instituição, credenciado pela exitosa experiência profissional diretor de Saúde Ambiental da Fundação Nacional de Saúde. Aliás, Rodrigo Dias foi um dos grandes destaques do IV Seminário de Saúde Ambiental, em Caxias do Sul (RS), com o tema “Saúde Ambiental: Territórios Saudáveis e Sustentáveis”. Aquela atividade contou com a participação de técnicos da Funasa, dos Ministérios da Saúde e Meio Ambiente, da Organização Pan-Americana de Saúde, de Universidades Federais do Rio Grande do Sul e do Espírito Santo, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, dentre outros importantes órgãos brasileiros.

Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, como médico e como representante de São Paulo nesta Casa, destaco a importância do saneamento básico para o Brasil. Neste mandato, tive a grata oportunidade de acompanhar de perto todas as ações da Funasa e gravar uma das frases de Rodrigo Dias que ficou marcada em minha mente e em meu coração: “Por meio dos programas e ações da



---

Funasa, os municípios encontram o caminho para combater à pobreza, investindo em obras estruturais, capacitação técnica e planejamento”. Posso acrescentar a esta frase que para cada um real investido no setor de Saneamento Básico, nosso País economiza quatro reais na área de Saúde Pública.

E este, sem dúvida, será o mote da atuação do novo presidente da Fundação Nacional de Saúde. Afinal, a mim e a dezenas de outros parlamentares e senadores, Rodrigo Dias já expôs os grandes desafios do setor de saneamento nos próximos anos, a começar pela garantia e implementação dos recursos públicos previstos no Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), com investimentos superiores a 500 bilhões de reais. Sem dúvidas, a Funasa terá papel essencial para superarmos as dificuldades técnicas e financeiras que marcam a maioria dos municípios brasileiros, e assim, avançarmos na gestão pública do saneamento básico, com qualidade e controle social.

Por fim, quero dizer a você, meu estimado amigo Rodrigo Dias, graças à sua postura ilibada quando atuou na Secretaria de Gestão Pública de São Paulo, graças à sua conduta retilínea quando atuou na Secretaria de Indústria e Comércio de Goiás e graças à capacidade apresentada quando atuou, recentemente, à frente da Diretoria de Saúde Ambiental da Funasa, que eu, bem como todos os integrantes do nosso partido, o PTN/Podemos, estaremos ao seu lado nesse desafio gigantesco. Somos todos testemunhas do seu comprometimento com a Funasa, quer seja na proteção da saúde pública, quer seja na universalização do saneamento básico. Tenho a certeza, assim como todos os nossos companheiros, de que sua gestão será pautada na garantia do pleno atendimento das demandas locais, na modernização administrativa, no desenvolvimento regional e na melhoria da



---

qualidade de vida nas cidades brasileiras.

Meus parabéns ao presidente Michel Temer!

Meus parabéns a Rodrigo Sérgio Dias. Muito obrigado!

**O SR. VINICIUS CARVALHO** (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da TV Câmara e ouvintes da Rádio Câmara, no dia 5 de maio, serei agraciado, em São Paulo, com o Título de Cidadão Assisense, uma condecoração que muito me honra, primeiro pela indicação do parlamentar Eduardo de Camargo Neto, do meu partido, o PRB, e depois pela aprovação, por unanimidade, pela Câmara de Vereadores.

Receber esta homenagem representa para mim o resgate de um momento adverso que enfrenta a política brasileira. Ser merecedor desse título me envaidece, não no sentido de alimentar ego, mas no sentido de acreditar que ainda é possível reconstruir esse país com políticos sérios, com valores éticos e morais, algo distante da corrupção que emerge a todo instante e que faz tantos brasileiros se sentirem desgostosos, desamparados, desprotegidos.

Não há como um trabalho não ser notado, quando é realizado dentro dos padrões que a sociedade exige não só do político, mas do cidadão. Isto significa dizer que devemos sempre preservar em nossas condutas a honra, a nobreza e a dignidade do cargo que ocupamos, com a consciência de que é possível mitigar as desigualdades para o encontro das soluções justas, procurando garantir a igualdade de todos.

Desde a inauguração de meu escritório político em Marília, há cerca de dois anos, venho atuando para atender as demandas das cidades paulistas que



---

compõem a região Marília-Assis-Tupã. É importante destacar que obtive apenas dois votos em Assis, fato que não me impede de levar recursos e apoio para o município. Através de emenda parlamentar, destinei, recentemente, 200 mil reais para a compra de material hospitalar para a Santa Casa da cidade.

Trabalhamos em prol do povo, sem idealizar esta ou aquela condecoração, mas é fato que toda ação gera uma reação. É fato que toda causa traz consequência. E quando isso se processa visando o bem, o valor é inestimável. Sempre que a cidade precisa, me coloco à disposição, buscando diálogo com o prefeito José Fernandes. Agora mesmo, a nossa luta versa no sentido de manter o setor de Oncologia, na Santa Casa de Assis. Um acordo entre as secretarias municipal e estadual de saúde levou o atendimento para a cidade de Ourinhos, prejudicando muitos pacientes. Estive reunido com o ministro da Saúde, Ricardo Barros, que nos deu ciência de que a pasta não foi responsável por essa deliberação, apenas aquiesceu uma solicitação estadual. Apresentei, então, um Projeto de Decreto Legislativo para suspender a Portaria nº 637 da Secretaria do Estado, que descredenciou a Santa Casa como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia. Estamos buscando a solução do impasse, a fim de que a população de Assis tenha ao menos a divisão que realiza a quimioterapia.

O nosso trabalho não se resume apenas ao plenário e às comissões desta Casa. O nosso trabalho vai além. Vai ao encontro das necessidades mais urgentes do nosso povo, mesmo que tenhamos que abdicar do lazer nos finais de semana. Foi o comprometimento com a atividade parlamentar que fez com que o conceituado site Atlas Político me considerasse, em 2016, o deputado mais atuante do estado de São Paulo.



Agradeço, sinceramente, a todos os vereadores que a mim outorgaram o Título Honorífico de Cidadão Assisense, deixando claro que o mérito observado por cada um dos senhores não se encerrará na solenidade do dia 5 de maio. Permaneceremos em vigília constante para continuarmos sendo merecedores desta distinção. Agradeço também a minha equipe de trabalho, incansável em atingir os objetivos por mim traçados. Encerro este pronunciamento, com o pensamento da escritora Clarice Lispector: “quem caminha sozinho pode até chegar mais rápido, mas aquele que vai acompanhado, com certeza vai mais longe”.

Muito obrigado.

**O SR. CARLOS BEZERRA** (PMDB-MT. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil precisa reduzir a burocracia na atividade de pesquisa para voltar a crescer. O mundo contemporâneo é caracterizado pela massiva presença de tecnologia no cotidiano e nações capazes de desenvolver produtos e serviços inovadores destacam-se no mercado internacional, cada vez mais competitivo. Por essa razão, o desenvolvimento tecnológico deve ser tão ágil quanto possível.

A situação brasileira, porém, está muito distante desse ideal, como mostra levantamento realizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Foi apurado que a maioria dos pesquisadores brasileiros está insatisfeita com o ambiente em que desenvolvem suas atividades. Os trâmites burocráticos para obtenção de insumos para as pesquisas têm consumido parcela preciosa de seus tempos.

Verificou-se que os cientistas brasileiros gastam, em média, 30% do tempo de estudo com a gestão administrativa de projetos. Esse tempo poderia ser gasto com



---

o próprio desenvolvimento de produtos e serviços, ganho de produtividade de todo desejável neste severo momento de crise econômica por que passa o País.

E a rigidez dos processos de gestão também incomoda os pesquisadores, como aponta Oscar Rosa Matos, coordenador do Laboratório de Ensaio Não Destrutivos, Corrosão e Sondagem da UFRJ. Ele destaca a incompatibilidade do modelo inflexível vigente com a atividade de pesquisa, notando que constatar a necessidade de materiais não previstos no cronograma inicial pode inviabilizar a pesquisa.

Isso porque a burocracia não pode exigir previsão de tudo o que vai acontecer no desenvolvimento do projeto. Ora, se fosse possível ter esse planejamento, talvez sequer fosse necessária a realização do procedimento, de caráter investigativo. Isto é, a atividade é necessária porque ainda não se conhece o comportamento daquilo que é pesquisado, e o experimento pode revelar a necessidade de insumos não previstos inicialmente.

Além disso, a expressiva parcela de 63% dos pesquisadores ouvidos no levantamento afirmou que houve aumento na quantidade de formulários exigidos para a concessão de apoio financeiro aos projetos. Esse aumento nos entraves à pesquisa é inadmissível no contexto atual, cada vez mais dinâmico e competitivo.

Dado que 64% dos projetos brasileiros em andamento tem financiamento público, esse aumento na burocracia é gravame altamente comprometedor. Como a tradição nacional de pesquisa é caracterizada por significativa presença do Estado, a reconfiguração dos processos de trabalho estatais é crucial para ganhos de eficiência nas pesquisas.

E isso extrapola as medidas diretamente relacionadas às pesquisas. Uma das



demandas dos pesquisadores é a de que seja atribuído “tratamento prioritário e simplificado” na alfândega, para que os materiais sejam liberados em, no máximo, 48 horas. Ou seja, a necessidade de insumos importados nas pesquisas determina que a política alfandegária brasileira seja célere, possibilitando que os experimentos possam ser realizados em tempo hábil.

Verifica-se, portanto, Senhor Presidente, que o pesquisador brasileiro não se encontra em condições de concentrar os seus esforços em suas atividades precípuas. Com isso, o País tem a produtividade comprometida em área da economia de grande relevância contemporânea, além de caracterizada por intensa competitividade. Por isso, reduzir a burocracia na pesquisa é crucial para que o Brasil volte a crescer.

Muito obrigado.

## VI - ENCERRAMENTO

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*

*DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Encerro a sessão, antes convocando 2ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, quarta-feira, dia 26 de abril, às 13h22min, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 6.787, de 2016. Haverá matéria sobre a Mesa para deliberação.

Está encerrada a sessão.

*(Encerra-se a sessão às 13 horas e 22 minutos.)*